



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO

ROSICLEIDE HENRIQUE DA SILVA

**“GOLPE CIVIL-MILITAR: APOIO DE ESTUDANTES, MULHERES E
IMPREENSA”.**

JOÃO PESSOA- PB
2019

ROSICLEIDE HENRIQUE DA SILVA

“GOLPE CIVIL-MILITAR: APOIO DE ESTUDANTES, MULHERES E IMPRENSA”.

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Paraíba –UFPB, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação, na linha de pesquisa História da Educação, sob a orientação do Professor Dr. Charliton José dos Santos Machado.

ORIENTADOR: PROF. Dr. CHARLITON JOSÉ DOS SANTOS MACHADO

JOÃO PESSOA-PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586g Silva, Rosicleide Henrique da.

Golpe civil-militar: apoio de estudantes, mulheres e imprensa / Rosicleide Henrique da Silva. - João Pessoa, 2019.

141 f.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado Machado.
Tese (Doutorado) - UFPB/Educação.

1. Memória de estudantes, Mulheres, Imprensa, Golpe c.
I. Machado, Charliton José dos Santos Machado. II.
Título.

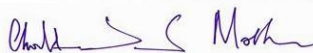
UFPB/BC

ROSICLEIDE HENRIQUE DA SILVA

“GOLPE CIVIL-MILITAR: APOIO DE ESTUDANTES, MULHERES E IMPRENSA”.

TESE DEFENDIDA EM: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA:



Presidente: Prof. Dr. Charlton José dos Santos Machado
Orientador-PPGE/UFPB

Examinadora: Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho
Examinadora Interna - PPGE/UFPB

Examinador: Prof. Dr. Paulo Geovanni Antonino Nunes
Examinador Interno - PPGH/UFPB



Examinadora: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo
Examinadora Externa-PPGFP/UEPB



Examinadora: Profa. Dra. Jussara Natália Moreira Bélen
Examinadora Externa-Departamento de Ciências Sociais CEDUC/UEPB

Examinadora: Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes
Examinadora Interna - PPGE/UFPB (suplente)

Examinador: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos
Examinador Externo- PPGE/UFC (Suplente)

A minha família, em especial meus pais Lourival Henrique da Silva (in memória) e Maria das Dores Ferreira da Silva por serem exemplos de Doutores na arte de amar e educar. Ao meu esposo Davi Ferreira da Silva pelo apoio incondicional nessa caminhada. A Davyson, meu filho, que ainda está sendo gestado em meu ventre, mas já vem dando um novo sentido a minha vida. À amiga Ana Maria Coutinho, por me lembrar da importância de não desistir dos meus sonhos, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.
(Chico Xavier)

A Deus que sempre me fortaleceu nos momentos de solidão. Foi necessária muita força, tranquilidade e fé ao longo da caminhada para conseguir superar todas as dificuldades e tornar esse momento possível.

Ao meu orientador professor Dr. Charliton Machado pela construção da amizade desde as primeiras experiências no Grupo de Estudos Educação e Educadoras na Paraíba em 2014, bem como pela liberdade na escrita desse trabalho. Agradeço pelas considerações pertinentes e pelas palavras de ânimo ao longo de toda trajetória.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação-PPGE, em especial, aqueles que compuseram a banca de qualificação apresentando direcionamentos valiosos acerca da construção desse trabalho: Paulo Geovanni Antonino Nunes, Maria Lúcia da Silva Nunes, José Gerardo Vasconcelos e Maria Elizete Guimarães Carvalho. Para a banca de defesa final agradeço também a colaboração das professoras Patrícia Cristina de Aragão Araújo e Jussara Natália Moreira Bélen. Muito grata a todos que vem contribuindo na construção do conhecimento, na minha formação acadêmica e de tantos outros estudantes no campo da história, em especial, na história da educação.

Ao meu pai Lourival Henrique da Silva (in memória) que desde a mais tenra idade nutriu na criança o sonho de se tornar doutora. Sem dúvidas, sua força e pensamentos positivos acerca da vida ainda são muito presentes em mim.

A minha mãe Maria das Dores Ferreira da Silva que com seu jeito simples e acolhedor me transmite serenidade para enfrentar as adversidades da vida, além de representar amor e cuidado, sempre.

Ao meu irmão Sandoval e minhas irmãs Rosângela, Rosemary e Rosineide por guardarem as nossas melhores lembranças da infância e, sempre que possível, trazermos a memória todas as nossas histórias que aliviam a caminhada e nos fazem sorrir das peripécias da vida. Agradeço pelo amor e união de sempre. A Isabella Nunes, minha sobrinha, que com sorrisos e alegrias reflete sobre nós o encanto da vida.

Ao meu esposo Davi Ferreira da Silva, aquele que acompanhou toda a minha trajetória acadêmica. Agradeço pelo amor e cuidado em nosso dia-a-dia, por representar força e equilíbrio nessa caminhada e por todas as vezes que renunciou comigo os nossos momentos de lazer em prol da construção de um sonho, pois “sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade”(SEIXAS, 1974).

Agradeço aos meus entrevistados: Arlindo Pereira de Almeida, João de Deus Diniz, José Tarcísio Fernandes, Manuel Batista de Medeiros, Mauro Nunes Pereira, Severino Ramalho Leite que aceitaram em compartilhar comigo as suas memórias e que foram importantes na construção desse trabalho. Também a todos os locais de pesquisa pelos quais passei, bem como a forma atenciosa com a qual fui recebida, em especial, no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte-Fundação Espaço Cultural (FUNESC), ambos em João Pessoa, Paraíba.

A turma 36 de doutorandos com a qual construí novos laços de amizade, em especial, Lays Regina, Iolanda Barbosa, Michelly Sobral, Marília Fialho, Luíz Gomes, Raissa Coutinho. Também a Shirleyde Karlla, na época, mestranda. A Andressa Barbosa, amiga desde a graduação em História na UFCG, turma 2007.1, e que o doutorado nos possibilitou um reencontro. Agradeço pela partilha da amizade, sempre! A Luziel Augusto, Vanessa Lira, Camila Almeida e Adriana Villar, agradeço pela amizade e acolhimento desde o tempo em que cheguei a João Pessoa para cursar o doutorado, bem como pelas conversas sobre a vida, os estudos, as idas e vindas à biblioteca.

A Fhavianny Silva e Francisco Chaves Bezerra que desde o início acreditaram comigo que esse trabalho era possível. Agradeço a leitura inicial do projeto, os palpites sempre tão pertinentes, os empréstimos de livros. A Romualdo Sales pela importante ajuda nos direcionamentos para que fosse submetido o projeto de tese ao Comitê de Ética. A Camila Fideles pelo acolhimento e partilha do dia a dia, em especial, nos últimos meses em que estive em João Pessoa me dedicando as pesquisas do doutorado.

À Ana Maria Coutinho Bernardo por me ajudar a olhar a vida com mais calma. Por me acolher nos momentos mais difíceis da caminhada. Exemplo de ser humano, de professora, de amiga. Agradeço por me lembrar da importância de não desistir da caminhada. Sem dúvidas, você faz parte de toda essa conquista.

Com o coração leve e na certeza que fiz o possível (o impossível deixei nas mãos de Deus) para a realização desse sonho, agradeço a todos que participaram desse momento tão especial da minha vida. GRATIDÃO!

RESUMO

O presente trabalho intitulado “Golpe civil-militar: apoio de estudantes, mulheres e Imprensa” tem como objetivo central compreender como os discursos dos estudantes, das mulheres e da imprensa foram produzidos no sentido de legitimar o golpe civil-militar de 1964, tendo em vista que esses discursos ganharam força na Paraíba, em especial, a partir do episódio denominado “Revolução de 64”. Tendo em vista que, majoritariamente, a produção acerca do período ditatorial na Paraíba voltou seu olhar sobre as manifestações de esquerda, nossa preocupação está relacionada a uma narrativa no contexto da Ditadura Militar que nos permita pensar para além do que a historiografia evidencia acerca das narrativas de cunho esquerdista. Assim, trazer à baila outras versões acerca desses acontecimentos se faz importante no sentido de entender como o discurso conservador ganhou força na Paraíba através dos estudantes, das mulheres e da imprensa no sentido de percebermos como essas manifestações foram representadas nos jornais e nos depoimentos dos que vivenciaram aquele período. Seguindo essa linha de pensamento é que utilizaremos metodologicamente o conjunto de procedimentos da História Oral, tomando como fonte oral as entrevistas com os estudantes de espectro “direita” e das fontes escritas, os jornais (A União, O Norte, Correio da Paraíba e Diário da Borborema). Também nos apropriaremos do paradigma indiciário apresentado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, no sentido de compreendermos os “indícios” importantes no processo da investigação histórica. A apropriação de conceitos necessários à construção do nosso estudo está relacionada aos conceitos de cultura política tendo como base os autores Bernstein, Motta e Gomes, como também o conceito de representação enveredado nos caminhos da história cultural a partir do historiador Roger Chartier. Na discussão sobre memória contamos com a contribuição de autores como Le Goff, Halbwachs, Bosi e Pollak.

Palavras-Chaves: Memória de Estudantes. Mulheres. Imprensa. Golpe civil-militar. Revolução de 64. Paraíba.

ABSTRACT

The present work entitled “Civil-Military Coup: Supporting Students, Women, and the Press” has as its central objective to understand how the speeches of students, women, and the press were produced in order to legitimize the 1964 Civil-Military Coup. since these speeches gained strength in Paraíba, especially from the episode called “Revolution of 64”. Bearing in mind that, mostly, the production about the dictatorial period in Paraíba focused on left-wing manifestations, our concern on writing about the acting of right-wing students is related with a military dictatorship narrative that allow us to think beyond the evidences provided by historiography about leftist nature narratives. Thus, bringing up other versions of these events is important in order to understand how conservative discourse gained strength in Paraíba through students, women and the press in order to understand how these manifestations were represented in newspapers and in the testimonies of those who experienced that period. Following this line of thought we are going to used methodologically the set of procedures of the Oral History, having as oral source the interviews with “right-wing” spectrum students and written sources, such as the newspapers (A União, O Norte, Correio da Paraíba e Diário da Borborema). We are also going to appropriate ourselves of the evidential paradigm presented by the Italian historian, Carlo Ginzburg, in order to understand the important “evidences” in the historical investigation process. The appropriation of the concepts required to the making of our study is related to the concepts of political culture based on Bernstein, Motta and Gomes, as well as the concept of representation embarked on ways of the cultural history from the historian Roger Chartier. In the discussion about memory, we account with the contribution of authors like Le Goff, Halbwachs, Bose and Pollak.

Key-Words: Student Memory. Women. Press. Civil-military coup. Revolution of 64. Paraíba.

LISTA DE SIGLAS

AI- Ato Institucional

BC- Biblioteca Central

BDTD- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CCHLA- Centro de Ciências Humanas e Letras e Artes

CE- Comissão Estadual

CEC- Centro Estudantil Campinense

CEIS- Comissão Especial de Investigação Sumária

CEP/CCS- Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde

CEVPM-PB- Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba

CNV- Comissão Nacional da Verdade

CV - Comissões da Verdade

DB- Diário da Borborema

DO- Diário Oficial

FUNESC- Fundação Espaço Cultural

GDSCS- Grupo de Documentação em Ciências Sociais

HISTEDBR- História, Sociedade e Educação no Brasil

HO- História Oral

IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IHGP- Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

IPES- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM- Inquérito Policial Militar

ME- Movimento Estudantil

NCDH- Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PPGE- Programa de Pós-Graduação em Educação

RBHE- Revista Brasileira de História da Educação

RU- Restaurante Universitário

TEDE- Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

PARTE I

SOBRE TEORIA, METODOLOGIA E HISTORIOGRAFIA.

CAPÍTULO 1: PERCURSOS E PERCALÇOS DA PESQUISA.....	14
1.1 Inquietações e trajetória de pesquisa.....	14
1.2 A construção do objeto.....	17
1.2.1 Seguindo um percurso teórico: A Nova História Política, a Nova História Cultural e o uso de alguns conceitos.....	23
1.2.2 Definindo os procedimentos e as fontes de pesquisa: percorrendo o caminho metodológico.....	29
1.2.3 Em busca das fontes: memórias do trabalho de campo.....	32
1.3 O surgimento de novas temáticas e a produção do conhecimento no campo da história da educação.....	37

CAPÍTULO 2: ORGANIZANDO LUTAS E COMPONDO HISTÓRIAS: A PARAIBA EM “MOVIMENTOS” NO CONTEXTO PRÉ-64.....

2.1 Da CAMDE às Marchas da Família com Deus pela Liberdade: O protagonismo feminino em cena.....	42
2.1.1 Estudantes em Movimento: A CEPLAR na Paraíba.....	52
2.1.2 Os estudantes e a universidade: das lutas reivindicatórias no pré-64 a Ditadura Militar.....	62

PARTE II

A UNIVERSIDADE E OS ESTUDANTES: UMA REPRESENTAÇÃO CONSERVADORA NA PARAÍBA.

CAPÍTULO 3: “A REVOLUÇÃO FOI ACEITA PELA NAÇÃO COMO OBRA SALVADORA PARA TODOS”.....

3.1 Construindo o cenário da “Revolução”.....	70
3.1.1 “A Revolução está na rua”: Pedro Moreno Gondim e a defesa das “liberdades democráticas” na Paraíba.....	76
3.1.2 “Ela não parou”: principais tarefas da “Revolução”.....	85

CAPÍTULO 4: - “PRECISA-SE DE UMA REVOLUÇÃO QUE CONTINUE” - OS ESTUDANTES ENTRAM EM CENA.....	92
4.1 Experiências estudantis: o discurso em defesa da “Revolução de 64” na Paraíba.....	92
4.1.1 Guilardo Martins: “A Universidade e a Revolução”.....	101
4.1.2 Os estudantes de “esquerda” entram em ação: Comícios, passeatas e concentrações.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	126
FONTES.....	137
APÊNDICE.....	139
ANEXOS.....	140

PARTE 1
SOBRE TEORIA, METODOLOGIA E HISTORIOGRAFIA

CAPÍTULO 1

PERCURSOS E PERCALÇOS DA PESQUISA

*Você não sabe o quanto
 eu caminhei
 Pra chegar até aqui
 Percorri milhas e milhas
 antes de dormir
 Eu não cochilei
 Os mais belos montes
 escalei
 Nas noites escuras de
 frio chorei, ei , ei
 ei ei ei..uu..
 A Vida ensina e o tempo
 traz o tom
 Pra nascer uma canção
 Com a fé no dia-a-dia
 Encontrar solução
 encontrar solução(...)
 (A ESTRADA, Cidade Negra, 1998)*

1.1 Inquietações e trajetória de pesquisa

O interesse em estudos sobre Movimento Estudantil na Paraíba surgiu em 2010, ainda enquanto estudante do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)¹. Assim, durante uma aula da disciplina História do Brasil IV, ministrada pelo Professor Dr. José Benjamim Montenegro nos foi apresentado uma Obra intitulada *“1968: o ano que não terminou”*, do jornalista Zuenir Ventura que provocou inquietações acerca de suas discussões sobre a atuação do Movimento Estudantil no Brasil.

Com as discussões iniciais sobre o engajamento do Movimento Estudantil no Brasil foram surgindo outras inquietações para se pensar a temática estudantil no contexto da Paraíba, levando-se em consideração enquanto recorte espacial, a cidade de Campina Grande. Naquele momento, sentimos a necessidade de responder algumas questões, tais como: Em Campina Grande houve um Movimento Estudantil organizado? Se houve, então de que forma ele atuava? Como era a participação dos Estudantes em tal Movimento? Como era a relação dos estudantes com as instituições da qual faziam parte, seja a Escola pública ou a Universidade?

¹ É interessante ressaltar que a autora não participou de militância em Movimento estudantil, seja a nível secundário ou universitário. Nesse sentido, na realização de sua pesquisa não há um envolvimento passional, o que não significa interesse acerca das discussões.

Com o passar do tempo às leituras e pesquisas iniciais a respeito dessas inquietações resultaram num trabalho monográfico intitulado: *“Memórias Estudantis: Um estudo sobre a participação dos jovens no Movimento Estudantil de Campina Grande (1970- 1980)”*, concluído em 2011, sob a orientação do Professor Dr. José Benjamim Montenegro.

Nesse trabalho inicial foi realizada uma abordagem em que os estudantes secundaristas e universitários de Campina Grande, entre os anos de 1970 e 1980, compuseram o cenário de lutas e reivindicações do Movimento Estudantil no âmbito da escola pública e da universidade, haja vista que muitos dos estudantes que iniciavam suas participações no Movimento Estudantil Secundarista davam continuidade as suas bandeiras de lutas quando ingressavam na Universidade.

Com a formação inicial em História, logo foram surgindo outras inquietações sobre a temática e o desejo de continuarmos os estudos sobre Movimento Estudantil. Naquele momento, era necessário repensar sobre esse campo de estudo, suas contribuições à história, mais precisamente a história da Paraíba, a relação dos estudantes também com outros movimentos sociais e a própria ideia da representação do estudante no campo da historiografia tradicional ao não considerá-los enquanto classe social.

Pensando nessas questões acima mencionadas, bem como em outras que foram surgindo ao longo da pesquisa que entre junho e dezembro de 2011 realizamos uma pesquisa prévia e a escrita de um Projeto de mestrado, submetido à seleção do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

Com a aprovação na seleção de mestrado, em 2012, na linha de Pesquisa Cultura e Cidades, do PPGH-UFCG, tínhamos uma desafiante caminhada pela frente. Entre os anos de 2012 a 2014 nossas pesquisas iniciais ganharam mais consistência com estudos mais aprofundados realizados em arquivos como o do Jornal Diário da Borborema, o Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande, o Arquivo Geral da UFCG, a Biblioteca Átila de Almeida, da Universidade Estadual da Paraíba, a Biblioteca Central da Universidade Federal de Campina Grande, a Biblioteca do Curso de Comunicação Social da UEPB e também fizemos uso da História Oral.

Foram dois anos de intensa dedicação ao mestrado desde as disciplinas ofertadas, as pesquisas em arquivos e o uso da história oral, onde entrevistamos militantes estudantis da década de 1960. Todo esse esforço resultou num trabalho dissertativo intitulado: *“O movimento estudantil em Campina Grande-PB: entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60)”* apresentados ao PPGH-UFCG em 28 agosto de 2014 sob a orientação do Professor Dr. Luciano Mendonça de Lima.

É interessante ressaltar que, antes mesmo da conclusão do mestrado em História, havia o desejo de continuarmos os estudos num possível Doutorado em Educação. Esse desejo se tornou, ainda mais recorrente, quando foi concluído em setembro de 2014 o Curso de Especialização em Educação intitulado *Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares* pela Universidade Estadual da Paraíba, onde desenvolvemos um trabalho intitulado: “*Cultura, Lazer e Resistência: Os estudantes campinenses entram em cena em tempos de Ditadura Militar na Paraíba (década de 1960)*”, sob a orientação da Profa. Mestra Silvânia Karla de Farias Lima.

Assim, o interesse em aprofundar estudos relacionados ao campo da Educação segue, de forma intensa, quando foi apresentada a oportunidade de conhecer o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba e as discussões acerca da Linha de Pesquisa História da Educação, particularmente, no estudo da disciplina Tópicos em História da Educação: Imprensa, História e Educação, enquanto aluna especial, ministrada pela professora Dra. Fabiana Sena, no semestre 2014.2.

Dentre as abordagens no campo da história da educação, a disciplina tinha como objetivos: compreender o Jornal no tempo histórico de sua enunciação; identificar a produção, a circulação e usos da Imprensa no Brasil do século XIX e XX, bem como compreender o uso da Imprensa na História da Educação como objeto e fonte de pesquisa.

Seguindo essa linha de pensamento no que concerne às leituras acerca da disciplina ofertada, foi possível enveredarmos num campo de conhecimento que se tornava desafiante. Com o término da disciplina, o leque de conhecimentos adquiridos e a certeza de que o campo da História da Educação já se fazia interessante a seguir, foi produzido um artigo intitulado: “*Imprensa e estudantes: Um estudo sobre as greves estudantis na Universidade da Paraíba a partir do Jornal Diário da Borborema*”, onde discutimos como ocorreram as lutas reivindicatórias dos estudantes universitários de Campina Grande-PB, no período anterior ao Golpe Militar na Paraíba (1964), por melhorias no campo educacional.

Não foi possível à realização da seleção de doutorado no segundo semestre de 2014. Para esse ano ficou reservado o estudo da disciplina ofertada pela professora Fabiana Sena no PPGE (iniciada em julho), a conclusão do mestrado em História (agosto), a conclusão da Especialização em Educação (setembro) e a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas “História da Educação da Paraíba” – HISTETDBR/GT/PB, em particular, nas pesquisas desenvolvidas pelos professores Dr. Charliton José dos Santos Machado e Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes.

Iniciamos o segundo semestre de 2015 com um projeto de doutorado elaborado: “*O Movimento Estudantil na Paraíba: a atuação dos Estudantes de espectro “Direita” na Paraíba no contexto da Ditadura Militar (1964-1974)*” e buscando entender as leituras de bibliografias que foram contempladas na seleção de doutorado ocorrida em 2014, haja vista que a forma como os autores discutiam seus estudos e suas relações com o campo da história da educação era um exercício proposto a cada obra analisada.

Enquanto o edital da seleção de doutorado não fora divulgado, tivemos a oportunidade de aprofundar estudos no campo da História da Educação na condição de aluna especial da disciplina “Pesquisa em História da Educação: Pesquisa Biográfica”, ministrada pelos professores Dr. Charliton José dos Santos Machado e Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes, no período 2015.2. Eram objetivos da disciplina discutir trabalhos historiográficos que tinham como base “a pesquisa (auto) biográfica, com destaque para fotografia, cinema e literatura, assim como o incentivo a produção da pesquisa (auto) biográfica na Educação”.

Para a conclusão da disciplina foi possível à escrita de um artigo denominado *Maria Salete Van der Poel e o Movimento CEPLAR em Campina Grande-PB* que, posteriormente, foi publicado no V Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais – Feminismos, cidadania e participação política no Brasil, realizados entre os dias 26 a 28 de novembro de 2015, pela Universidade Estadual do Ceará, Campus do Itaperi, na cidade de Fortaleza. A disciplina possibilitou a oportunidade de discussões entorno da relação entre “Indivíduo, História, Sociedade, Educação e Memória”, bem como, compreendermos a importância da pesquisa biográfica no campo da História da Educação.

1.2 A construção do objeto

Com a realização e, posterior, aprovação em todas as etapas da seleção de doutorado² pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, o projeto de tese intitulado foi “*O Movimento Estudantil na Paraíba: a atuação dos Estudantes de espectro ‘Direita’ na Paraíba no contexto da Ditadura Militar (1964-1974)*”. Resolvemos redefinir o nosso recorte temporal e se anteriormente havíamos elegido os anos de 1964 a 1974 tendo como principais fontes o Jornal A União e as entrevistas, decidimos continuar os estudos acerca da oralidade, mas analisando também outros jornais como Correio da Paraíba,

² A seleção de doutorado constava das seguintes etapas: Prova escrita, análise do projeto e entrevista, análise de currículo, sendo essa última uma etapa classificatória.

O Norte e Diário da Borborema entre os anos de 1964 a 1968. Nesse sentido, entendemos que para maior viabilização da pesquisa é essencial o olhar acerca das diversas fontes de estudo.

O recorte temporal escolhido entre 1964 a 1968 foi pensado no sentido de que 1964 se tornou um marco na história política do país com a instauração do golpe civil militar, tendo repercussão explícita na Paraíba, onde a sociedade passa a vivenciar os primeiros anos do estado de exceção, ocasionando em períodos de tensão entre os estudantes, sem desconsiderar, as perseguições, prisões, torturas e mortes.

Em 1968 temos o “endurecimento” do regime, haja vista que esse ano se transformou em símbolo de resistência e de luta entre os estudantes, ainda mais quando da instauração do AI-5³ em que os movimentos de contestação na Paraíba sofreram tentativas de sufocamento. Dessa forma, perceber como essas manifestações tinham respaldos na imprensa da época, bem como entender como elas eram representadas, seja nos Jornais ou através das experiências dos que vivenciaram esse período foi algo desafiador em nossas pesquisas.

Assim, o objetivo central de nossa tese é compreender como os discursos dos estudantes dos estudantes, das mulheres e da imprensa foram produzidos no sentido de legitimar o golpe civil-militar de 1964, tendo em vista que esses discursos ganharam força na Paraíba, em especial, a partir do episódio denominado “Revolução de 64”.

Quando Reis (2004) afirma que “as esquerdas, derrotadas no campo de enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas nas batalhas das memórias”, compreende-se que os trabalhos historiográficos em que as memórias dos militantes de esquerda se destacam tem uma maior legitimidade na sociedade. Para Kaysel (2016) a direita no Brasil tem uma longa história e ao relacionar as categorias “direita” e “esquerda”⁴ compreende-se que não é possível um estudo sobre a “direita” política no Brasil sem relacionar ou fazer menção a sua antagonia que é a “esquerda”. Assim, consideramos que havia uma manifestação

³ Foi considerado o mais rigoroso Ato Institucional, num total de dezessete, decretado no período ditatorial no Brasil. O AI-5 foi instituído no dia 13 de dezembro de 1968 durante o governo do Presidente Artur da Costa e Silva, sendo caracterizado pela perda do poder dos parlamentares que fossem contrários ao regime militar, bem como pelas intervenções militares, determinadas pelo referido Presidente, nas instâncias municipais e estaduais. Também houve a suspensão dos direitos constitucionais dos cidadãos e o estabelecimento de torturas aqueles que não apoiassem o regime. Nessa época, a sociedade reagiu, especificamente, os estudantes de esquerda que saíram as ruas fazendo protestos através de passeatas, enfrentando os militares, ocupando faculdades e demonstrando sua força de oposição a ditadura militar brasileira.

⁴ Os termos “direita” e “esquerda” teria surgido na França em 1789 quando em Assembleia Constituinte ocorreu uma “redistribuição no recinto plenário agrupando-se os representantes de acordo com suas posições políticas a facilitar a decisão do rei na contagem dos votos durante sessão. Assim, quem fosse favorável a proposta se postassem à direita, os contrários a ela no outro lado. Usados como elementos da prática parlamentar os termos “direita” e “esquerda” ganharam significados fortes, positivos e negativos para setores amplos da sociedade em questão e se converteram nesse processo em marcas de identidade” (CRUZ, 2015, p. 15- 16).

conservadora à direita na Paraíba e entender como esses discursos ganharam representação na década de 1960 é uma das nossas preocupações.

A escolha sobre a temática não surgiu ao acaso uma vez que se fazendo uma revisão bibliográfica constatou-se a inexistência de trabalhos sobre nosso objeto de estudo. Consultando o Portal da Capes (periódicos e teses) e a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), nenhum estudo sobre a referida temática foi identificado. No Banco dos Programas de História e Educação, da Biblioteca Central da UFPB também não foi encontrado nenhum registro. Pesquisamos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e foram encontrados três registros de teses, mas nenhum se aproxima do nosso trabalho.

Dando continuidade as nossas buscas, fomos analisar a Produção dos Programas de Pós-graduações e não foram encontrados trabalhos que tivessem uma relação com o nosso estudo. Além do Acervo da Biblioteca Central da UFPB (BC), analisamos a Biblioteca Setorial de Centro de Ciências Humanas e Letras e Artes (CCHLA) e a Biblioteca Setorial do Núcleo de Desenvolvimento e Informação Histórica Regional (NDIHR).

No Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE) da UFPB quando pesquisamos pelo nome “estudante” foram encontrados 14 registros, mas nenhum desses trabalhos está relacionado. Além do nome “estudante”, utilizamos de uma pesquisa em que a Área de Concentração estivesse relacionada a Ciências Humanas: Educação, Departamento em Educação, entre os anos de 2010 a 2018, Campus I- João Pessoa-PB. Para o Programa de Pós-graduação em Educação, utilizando-se do nome “Ditadura” foram encontrados 2 registros de teses que também não se aproximam com os nossos estudos.

Na Biblioteca Central da Universidade Federal de Campina Grande existe apenas 1 registro de tese quando pesquisamos pelo nome “estudante”, sendo que esse trabalho está na área de concentração de Design Instrucional-Ciência da Computação. Fazendo um levantamento bibliográfico sobre alguns trabalhos que evidenciam a atuação dos estudantes na Paraíba, encontramos trabalhos como o da historiadora Ajanayr Michelly Sobral Santana intitulado *Entre Práticas e Representações: o Centro Estudantil Campinense como espaço de Formação (1948-1964)*, apresentado ao PPGH-UFCG em 2015 e cujas discussões estão relacionadas às práticas e representações do Centro Estudantil Campinense na formação dos estudantes.

Delimitado em três capítulos intitulados A Juventude Centrista em Movimento; O Centro Estudantil Campinense como espaço de legitimação de lideranças masculinas e A Atuação feminina no Centro Estudantil Campinense, a autora busca compreender,

respectivamente, como se deu a trajetória política dos estudantes considerados centristas e suas representações no CEC bem como as narrativas construídas acerca da posição política dos estudantes campinenses. Santana (2015) propõe num segundo momento de seu trabalho uma discussão sobre os discursos narrados na construção da imagem dos centristas que relacionados ao espaço do Centro desenvolviam suas atividades. Por fim, busca problematizar a participação feminina levando em consideração os espaços praticados pelas estudantes enquanto militantes centristas.

Além de constituir-se enquanto produção pioneira na Linha de Pesquisa II Cultura e Identidade do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), o trabalho de Santana (2015) ao discutir sobre a atuação dos estudantes secundaristas é também considerado inovador no campo da produção historiográfica paraibana no que concernem os estudos sobre os estudantes e o movimento político liderado pelo CEC.

Seguindo a linha de pensamento acerca dos estudos relacionados aos estudantes, o trabalho da historiadora Érica Lins Ramos, intitulado *“Da convivência ao despertar militante: O movimento universitário na cidade de Campina Grande-PB (1964-1986)”*, está fundamentado na história cultural em que a autora se apropria dos conceitos de cultura política, nova história política e nova história cultural para explicar que o Movimento Estudantil Universitário de Campina Grande não estava à margem da sociedade, ou seja, estava articulado com a União Nacional dos Estudantes (UNE) na luta por melhorias no campo educacional. Essas lutas foram denominadas pela historiadora como bandeiras caracterizadas como reivindicações dos estudantes que se davam, na época, a nível nacional e local.

O trabalho da referida historiadora propõe analisar o Movimento estudantil universitário na cidade de Campina Grande entre os anos de 1964-1968, período marcado, sobretudo, pela resistência dos estudantes secundaristas e universitários a Ditadura Militar. É interessante destacar que esse objeto de pesquisa se constitui numa temática pouco estudada pelos historiadores, em especial, no tocante ao campo da Nova História Política quando relaciona em seu trabalho o conceito de cultura política, haja vista a demanda de conceitos utilizados pela historiografia em seus diversos campos de saber.

A produção de Ramos (2013) se constitui em três capítulos onde são apresentadas as influências dos estudantes que militavam no Movimento estudantil relacionada à Universidade em tempos de Ditadura. Também as bandeiras de lutas dos estudantes universitários à época, as suas aspirações e reivindicações bem como a articulação dos

estudantes nas ruas de Campina Grande nesse processo de sonhos e lutas no campo educacional, tendo em vista que as reivindicações estudantis não se davam apenas no ambiente acadêmico.

Ao pensar sobre a atuação dos estudantes universitários no período ditatorial na Paraíba, trabalhos como o de Luís Augusto de Mendonça Ribeiro, intitulado “*O Educacional no discurso político: história e memória do Movimento Estudantil da UFPB (1964-1969)*” trazem à baila discussões pertinentes com relação à construção do discurso político produzido acerca da memória do Movimento Estudantil da UFPB no campo da história da educação.

Tendo como recorte temporal os anos de 1964 a 1969, a proposta do autor se configura em estudar a memória estudantil dos militantes a partir de relatórios produzidos pelas Comissões da Verdade (CV) que foram instaladas em todo o Brasil. Ao fazer referência ao relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual (CE), bem como, recorre ao Projeto audiovisual que ficou conhecido como Acervo e Memória da Repressão e Resistência na Paraíba, produzido pelo Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (NCDH-UFPB), o autor traz à baila novos dados e informações acerca dos fatos ocorridos com os estudantes militantes desse período.

Não poderemos deixar de mencionar uma importante contribuição que vem servindo de base para outros estudos no campo da história que é o trabalho da historiadora Monique Cittadino, intitulado “*Poder Local e Ditadura Militar: O Governo João Agripino-Paraíba (1965-1971)*”. Nessa obra a autora mostra como estava organizada a Paraíba no período que foi governada por João Agripino, discutindo a partir de biografias colhidas com seus familiares e relacionando a atuação desse governo aos aspectos sociais, políticos e econômicos que a Paraíba enfrentou a partir do golpe militar em 1964.

Cittadino (2006) evidencia em sua produção uma diversidade de transformações ocorridas na Paraíba a partir do golpe civil militar ocorrido em março de 1964. Como desdobramento desse acontecimento que teve repercussão e influências políticas, sociais e econômicas na Paraíba no contexto da ditadura militar, a autora destaca a campanha eleitoral de 1965, os investimentos de infraestrutura ocorridos no governo de João Agripino, a construção de rodovias, bem como as mobilizações do movimento estudantil à época. Sua pesquisa se concentra em distintos aspectos sociais, políticos e econômicos que envolvem a Paraíba em seu período ditatorial.

Sobre alguns trabalhos que evidenciaram o papel da esquerda no Brasil, lançaremos um olhar acerca da contribuição do historiador Alexandre Tavares do Nascimento de Lira ao discutir em sua produção intitulada: “*A Legislação na Educação no Brasil durante a ditadura*

militar (1964-1985): um espaço de disputas” a legislação enquanto resultado das lutas políticas no país no que concernem os movimentos de educadores e estudantes brasileiros.

Para Lira (2010), a insatisfação devido às questões de ensino era evidente, sendo que o Movimento Estudantil participava de forma ativa na construção das instituições democráticas e a União Nacional dos Estudantes (UNE), de acordo com o autor, desempenhará um papel importante nas lutas em favor da Reforma de Base.

Dando continuidade as discussões sobre Movimento Estudantil de esquerda no Brasil, temos a importante contribuição do sociólogo Marcelo Ridenti (2010), que em sua obra denominada *O Fantasma da Revolução Brasileira*, analisou os estudantes como fonte de recrutamento das esquerdas em armas na década de sessenta e setenta, relacionando as organizações da luta armada no Brasil a partir de suas bases sociais. Nesse sentido, o autor defendeu a ideia de “desvendar o significado e as raízes sociais da luta dos grupos de esquerda, especialmente dos armados, entre 1964 e 1974”. (RIDENTI, 2010, p.17).

Nessa mesma direção seguiram outros trabalhos como o de Gorender (1985). Intitulado “*Combate nas trevas- A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*”, o autor voltou seu olhar às histórias do movimento de esquerda brasileira desde o período anterior ao golpe militar no Brasil. Para tanto, os anos de 1964 a 1968 apareceram “como um processo de tentativa e erro por parte dos generais donos do poder. Processo de agitações dentro do meio militar e de seu confronto com as reações das classes sociais e das organizações de esquerda”. (GORENDER, 1985, p.153).

Gorender (1985) analisa como se dava a luta pelas reformas de base, evidenciando que ela “enquadrava-se nos limites do regime burguês, porém o direcionava num sentido progressista mais avançado aonde o Brasil poderia se tornar tanto um país capitalista como se transformar em socialista” (GORENDER, 1985, p.56). Ele chama atenção à atuação dos partidos políticos, a nível nacional, dando ênfase principalmente ao PCB que “no período de 64-68 assinalou vertical decréscimo da capacidade de atuação nos meios estudantis, onde as dissidências estudantis passaram a atuar de maneira coordenada”. (GORENDER, 1985, p.159).

Assim, para pensar este trabalho de tese, partimos de dois princípios essenciais: em primeiro lugar, a não existência junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), nem no Estado da Paraíba, de trabalhos que relacionem os discursos conservadores num período denominado de “Revolução de 64”. Dessa forma, ao realizarmos um levantamento no Sistema de Publicação Eletrônica de Teses

e Dissertações da Biblioteca Central da UFPB não foi encontrado trabalhos acerca dessa discussão.

Em Segundo lugar, devido à carência de estudos acerca da temática, pretendemos dar uma contribuição à história, especificamente ao campo da história da educação, com o intuito de minimizar as lacunas existentes em relação aos estudos acerca da construção e representação do movimento denominado “Revolução de 64” na Paraíba.

1.2.1. Seguindo um percurso teórico: A Nova História Política, a Nova História Cultural e o uso de alguns conceitos.

Tendo em vista que a Nova História Política valoriza a experiência humana ao pensar os sujeitos a partir de suas ações, utilizaremos do conceito de cultura política⁵ no sentido de compreendermos “as normas e os valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”(BERSTEIN, 1998, p.332-353). O próprio conceito de cultura política é algo complexo não se tratando de uma definição única. Porém, a “importância do papel das representações na definição de uma cultura política e o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país” (BERSTEIN, 1998, p. 350) são dois aspectos importantes na compreensão desse conceito.

Mesmo sabendo que existem diferentes tipos de culturas em determinadas épocas e civilizações, compreender que não havia superioridade ou inferioridade entre as culturas está relacionado a um processo de construção de pensamento ao longo da história, pois desde o seu surgimento o conceito implicava “certa hierarquização no que concerne a ideia de que alguns povos possuem cultura política são mais avançados enquanto outros ainda não a têm ou apenas em forma inferior e incompleta”(MOTTA, 2009, p. 15).

Como a historiografia estava pouco interessada em estudar sobre os fenômenos políticos voltando-se para as questões econômicas e sociais, o conceito de cultura política passou a ser apropriado pela história, em especial os franceses, nos anos 1980 e 1990 com a ideia de retorno da política (MOTTA, 2009, p. 18). Dessa forma, o conceito de cultura política teve importante contribuição no processo de renovação das abordagens historiográficas ao relacionar os aspectos entre cultura e política na construção da história.

⁵ O conceito de cultura política “ganhou estatuto acadêmico nas primeiras reflexões sistemáticas nos anos de 1950 e 1960 em meio ao debate das Ciências Sociais norte-americanas. A motivação dos autores a discutir o tema era compreender melhor a origem dos sistemas políticos democráticos, partindo da percepção da insuficiência dos paradigmas iluministas que viam o homem como ator político racional”(MOTTA, 2009, p.16).

Pensar num conceito a ser aplicado ao nosso objeto de estudo dentre as apresentadas pela historiografia não é algo fácil tendo em vista que a própria definição de cultura política sugere várias possibilidades de interpretações. Pensando na relação entre História e o conceito de cultura política dentro de uma dimensão da nova historiografia reconhece-se que a “História retomou/releu tal conceito, ressignificando-o no interior de seu campo disciplinar, ou seja, passou a integrar sua “definição” assinalando a convergência ocorrida entre uma “nova” história política e uma história cultural”(GOMES, 2005, p. 27).

Dessa forma, um dos motivos que vem sendo apresentados pelos historiadores no uso do conceito de cultura política diz respeito ao fato dele permitir “explicações/interpretações sobre o comportamento político dos atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades” (GOMES, 2005, p.30). O uso do conceito cultura política pelos historiadores estariam diretamente relacionados ao seu ofício, haja vista que no exercício historiográfico com relação ao tempo e ao espaço, ele não pode cometer “anacronismos em relação ao passado e não pode postular orientações normativas, acreditando em uma concepção de tempo linear e progressivo ou supondo homogeneidades e ausências de conflitos em sociedade” (GOMES, 2005, p. 30).

De acordo com Gomes (2005) ao historiador que trabalha com a historiografia o conceito de cultura política é importante porque

Incorpora sempre uma leitura do passado - histórico ou mítico, ou ambos- que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos, textos referenciais e, principalmente, um enredo- uma narrativa- do próprio passado. Nesse sentido, estudar uma cultura política, ou melhor, com a sua formação e divulgação- quando, quem, através de que instrumentos-, é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais (GOMES, 2005, p. 33).

Nesse sentido, o conceito de cultura política pode ser utilizado como uma forma de compreensão acerca do passado e do futuro nos permitindo identificar uma determinada realidade social num determinado tempo e espaço. Com o surgimento da Nova História Cultural propõe-se uma nova redefinição no campo de interesse dos pesquisadores, uma vez que os grandes recortes temáticos com análises pontuais e delimitadas são deixados de lado e o sujeito com suas práticas e peculiaridades ganha destaque com a “história dos de baixo” em que histórias de pessoas comuns se tornam objeto de estudo⁶.

⁶ Na esteira desse pensamento podemos evidenciar o caso de Domenico Scandella, conhecido por Menocchio que é narrado na obra O queijo e os vermes a quem Carlo Ginzburg narra sua trajetória relacionada à vida e ao julgamento desse personagem. Essa narrativa trata-se de uma micro história em que se estuda o caso de um personagem e a partir deste é possível compreender o cotidiano local de uma determinada época. Ao escrever

Novos objetos de pesquisa vão surgindo no campo da investigação histórica e, conseqüentemente, novas questões passam a ser discutidas. As temáticas relacionadas “às atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc” (CHARTIER, 1988, p.14) passam a ser alvo de discussão dos historiadores através de suas práticas, cuja influência veio desde os anos de fundação da Escola dos Annales.

Enveredando os caminhos da História Cultural e relacionando ao nosso objeto de pesquisa, nos pautamos no conceito de Representação do historiador francês Roger Chartier (1996), por entendermos que essas representações são forjadas a partir dos interesses de determinados grupos sociais. Assim, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”. (CHARTIER, 1996, p. 17).

Na construção do próprio conceito de cultura política no campo da História, pode-se utilizar o conceito de representação baseado em Roger Chartier (1996). Para esse conceito três dimensões estão relacionadas, segundo Gomes (2005):

Primeiro as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões de mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e performances simbólicas através da imagem, finalmente a presentificação em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade (GOMES, 2005, P. 32).

Tendo em vista o conceito de representação, seu principal objetivo é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1996, p.16-17). Visando trazer à baila como foram construídos os discursos conservadores por parte dos estudantes, das mulheres e da imprensa no sentido de legitimar o golpe civil-militar, é que buscaremos entender como eles estavam representados na sociedade paraibana.

Além do conceito de representação também utilizaremos do conceito de memória que não se constitui numa definição única. Para Jacques Le Goff (1982) a memória coletiva “não

sobre Menocchio Ginzburg propunha “reconstruir o mundo intelectual, moral e fantástico por meio da documentação produzida por aqueles que o tinham mandado para a fogueira”. Ver mais em GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**/ Carlo Ginzburg. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão- São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.265.

é apenas uma conquista, mas um instrumento e um objetivo de poder, pois foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”. (LE GOFF, 2003, p. 422). Ainda segundo o autor, tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é “uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória” (LE GOFF, 2003, p. 422).

Sendo assim, as memórias são coletivas na medida em que são lembradas pelos outros, mas elas não são capazes de explicar todas as nossas lembranças. Dessa forma, os depoimentos dos estudantes de espectro “direita” que vivenciaram os anos de 1964 a 1968 na Paraíba nos remetem a lembranças que estão relacionadas a um determinado grupo, não bastando apenas reconstituir “pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança, sendo preciso que esta (re) construção funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros” (HALBWACHS, 2006, p.39). Sendo assim, segundo o autor, para que essas memórias sejam coletivas é preciso que elas continuem a fazer parte de um mesmo grupo ou de uma mesma sociedade.

Quando evidenciamos a memória coletiva também podemos relacioná-la a função do indivíduo e o princípio de lembrar, pois se as lembranças são grupais, as memórias de acordo com Bosi (1994):

[...] se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência (BOSI, 1994, P. 414).

A memória coletiva “se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo” (BOSI, 1994, p. 411). Assim, se a memória coletiva está relacionada à ideia do indivíduo enquanto sujeito de sua ação no processo da construção das histórias, é interessante ressaltar que “por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411).

No entanto, diante das várias possibilidades de pensar o conceito de memória o que discutiremos em nossa pesquisa está relacionado ao que Pollak (1989) considera como “enquadramento da memória”, haja vista que quando a “memória entra em disputa os objetos

de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes” (POLLAK, 1989, p. 2). Dessa forma, uma memória enquadrada é objeto de conflito e disputa de poder no sentido de se legitimar no campo do conhecimento histórico.

Assim sendo, quando levantamos a ideia de entendermos os discursos produzidos pelos estudantes, pelas mulheres e pela imprensa no sentido de legitimar o episódio denominado “Revolução de 1964”, estamos lançando mão da existência de uma “batalha de memórias”, haja vista que um discurso “conservador” estava sendo produzido em contrapartida ao discurso sobre o movimento de esquerda no Brasil.

Quando se fala em “Revolução” o próprio termo sugere várias interpretações. Uma das linhas de pensamento é de que a “Revolução de 64” foi instaurada para estabelecer a “ordem e a tranquilidade no cenário paraibano”. Esse discurso de cunho conservador à direita foi construído no sentido de legitimar esse momento histórico enquanto uma “Revolução gloriosa” à nação, sendo propagado na imprensa que a “Revolução é do povo contra aqueles que roubaram dos trabalhadores mais humildes”⁷ (A UNIÃO, 21 de junho de 1964, p. 6).

Outra compreensão acerca da ideia de “Revolução” está relacionada à apropriação do termo pelos militares que, segundo Almeida (2007), “usurpou o poder e implantou o Estado militar sob a visão de que a nação deveria ser dirigida por uma elite competente, organizada e forte” (ALMEIDA, 2007, p. 315). Assim, no processo de legitimação da “Revolução de 64” na Paraíba em que a ideia do comunismo se fez presente contribuindo com o pânico e o medo que perpassava as fronteiras do imaginário, “um plano estrategicamente bem arquitetado pela elite brasileira aliada ao estamento militar impregnaram a nação a ideia de que o comunismo iria dominar o Brasil” (ALMEIDA, 2007, p.312).

Andrade (1922), ao tratar sobre a intervenção militar no Nordeste nos afirma que:

Para os homens que deflagraram o movimento militar tratava-se de uma revolução que iria derrubar governos populistas que levariam o Brasil a uma república sindicalista ou até comunista. Para aqueles que foram depostos pelo movimento militar e que pregavam a necessidade de realização de reformas políticas que possibilitassem ao país modernizar-se, em função dos desejos e aspirações da maior parte da população, tratava-se de um golpe militar (ANDRADE, 1922, P.12)

Tendo em vista que “o golpe de 1964 foi saudado pelas classes dominantes e forças aliadas como uma autêntica Revolução, ele veio destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de orientação popular”(TOLEDO, 2004, p. 76). A concepção acerca da “Revolução de 64” é fruto desses acontecimentos de 1964 relacionadas à

⁷ Fala proferida pelo General Castelo Branco acerca do sentido da “Revolução de 64” contida no Jornal A União, 21 de junho de 1964, p. 6.

ideia do militarismo, o que resultou em discussões teóricas no campo das ciências humanas. Para Decca (1997), “a questão revolucionária se colocou desde as opções de luta armada contra os regimes até as expectativas de adesão dos militares às causas da revolução” (DECCA, 1997, p. 23).

No Brasil, a partir da década de sessenta, com as manifestações estudantis as discussões a respeito da “revolução e do militarismo embora pudessem parecer polarizados no que diz respeito aos posicionamentos políticos e ideológicos, não significou uma completa dissociação desses temas” (DECCA, 1997, p. 24). Dessa forma, o conceito de “Revolução” foi também apropriado pelas Forças Armadas, particularmente o Exército brasileiro que desde os tempos da “Segunda República”, em outubro de 1930, se viram instalados no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira República” (CARVALHO, 2005, p. 62).

Carvalho (2005)⁸ apesar de não aprofundar o conceito de “Revolução” sob a ótica militar, ao pensar na relação entre as Forças Armadas e a Política no Brasil evidencia uma leitura baseada na política das intervenções militares, entre elas, o ocorrido em 1964 com a deflagração do golpe civil militar. As Forças Armadas teriam se tornado “mais fortes, mais coesas e mais conservadoras, ajudando a destruir a república oligárquica dos coronéis da Guarda Nacional, mas implantando uma república autoritária dos generais, exemplo de modernização conservadora” (CARVALHO, 2005, p. 117). Para Carvalho (2005), 1964 representou a vitória final do tenentismo⁹, haja vista que a “modernização conservadora exigia à quebra do poder da oligarquia rural, o planejamento econômico, a industrialização, a urbanização, mas também exigia as premissas básicas da ordem liberal capitalista” (CARVALHO, 2005, p. 130).

No entanto, quando nos reportamos ao conceito de “Revolução” nos apropriaremos da ideia de que ela foi utilizada para justificar a ação golpista de 1964, tendo em vista que com a “Direita” no poder buscou-se “cultivar a memória do golpe como intervenção salvadora em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção”(REIS, 2004, p. 39). Assim, quando nos reportamos à ideia de “Revolução de 64”,

⁸ Fazemos referência a sua obra: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2005.

⁹ De acordo com Carvalho (2005) “todas as correntes do tenentismo concordavam em alguns pontos centrais para o debate e a ação política posteriores a 1930, sendo que a convergência de pontos de vista poderia ser atribuída à formação militar comum do grupo e à posição que a força armada ocupava na estrutura de poder. Dentre essas correntes estaria o Nacionalismo da política, o antiliberalismo, o anti-representativismo e o reformismo”(CARVALHO, 2005, p.128-129).

na verdade, estamos nos referindo à forma como os golpistas evidenciavam a intervenção dos militares no poder.

1.2.2 Definindo os procedimentos e as fontes de pesquisa: percorrendo o caminho metodológico.

“Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2002, p.62). Trazendo a luz o pensamento do historiador Michel de Certeau, em que trata da importância da pesquisa historiográfica, também se faz necessário compreendermos o ofício de quem opera¹⁰ o processo de pesquisa e escrita da história. Em sua célebre obra denominada “*A escrita da história*”, Certeau (1982) descreve as principais características do historiador, evidenciando como a disciplina história ganhou sentido no campo da pesquisa ao longo do século XX, estando relacionada a um lugar social, a uma prática e uma escrita.

Nesse sentido, a operação historiográfica proposta pelo autor concerne à ideia de como estão articulados o nosso objeto de pesquisa com a teoria e os procedimentos metodológicos utilizados para se legitimar a pesquisa no campo da história. Assim, ao pensarmos a produção da história não podemos deixar de vinculá-la ao próprio ofício do historiador, ao seu *métier*, pois a escrita da história tem relação com o trabalho de fabricação do passado, um trabalho que segundo Certeau (1982) depende de um lugar social, prática e escrita, pois somos constructos sociais que analisamos e produzimos num determinado tempo e espaço.

Escrever a história é também “mediar temporalidades, exercer atividade de tradução entre naturezas, sociedades e culturas de tempos distintos, colocadas nesta terceira margem da temporalidade que é o presente”. (ALBUQUERQUE JR, 2007, p.33). Seguindo essa linha de pensamento no que concerne a produção da história, o trabalho do historiador é colocado numa terceira margem e num momento em que o discurso e as invenções do saber se fazem necessárias, tendo em vista que seu ofício está em dialogar com as regras e métodos do fazer historiográfico sem negligenciar a importância da linguagem para este fazer. Assim, “os homens inventariam a história através de suas ações e representações” (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 19).

¹⁰ Tomando emprestada a expressão de Michel de Certeau presente na Obra Escrita da História, no capítulo intitulado *Operação historiográfica* em que o autor relaciona o ofício do historiador ligada a um lugar social, uma prática e uma escrita. Para o autor, vai ser justamente em torno do lugar social, ou seja, a Instituição, que vão se instaurar a rede de interesses de uma pesquisa. Ver mais em: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**/ Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica[de] Arno Vogel.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Levando-se em consideração a importância da produção da história da educação na Paraíba e seguindo os fios¹¹ que compõem as narrativas acerca do nosso objeto de estudo, buscaremos “reconstruir” os discursos que foram produzidos no sentido de legitimar o acontecimento de 1964, denominado de “Revolução de 64”. Para isso, daremos ênfase aos mais simples detalhes no sentido de compreendermos os acontecimentos, haja vista que as “hipóteses, dúvidas e incertezas tornam-se parte da narração”. (GINZBURG, 2007, p. 265).

Para Ginzburg (1939) em sua célebre obra *Mitos, emblemas, sinais*¹² nos esclarece o seu método denominado de paradigma indiciário ou divinatório. Para o autor a pesquisa pode ser comparada aos fios de um tapete, haja vista que

O tapete é o paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório ou semiótico. Trata-se, como é claro, de adjetivos não sinônimos, que, no entanto, remetem a um modelo epistemológico com articulado em disciplinas diferentes, muitas vezes ligadas entre si pelo empréstimo de métodos ou termos chave (GINZBURG, 1939, P. 170).

Ginzburg (1939) em seus estudos parte de documentos históricos ao analisar os vários contextos, apresentando os “indícios” tão importantes no processo da investigação histórica. É seguindo essa linha de pensamento que buscaremos se debruçar sobre os “sinais” acerca do nosso objeto de estudo, tendo em vista que “as poucas coisas indiciam muitas outras”¹³. Assim, buscaremos no contexto da história da educação “não somente resgatar evidências históricas, mas também perscrutar indícios de acontecimentos de ontem” (FILHO, 2006, p. 07).

Para a construção e investigação acerca do nosso objeto de pesquisa utilizaremos metodologicamente de fontes orais (entrevistas) e impressos (jornais). No que concerne à história oral, enquanto técnica da produção da fonte oral, ela não é objeto exclusivo da história, pois vai surgir no Brasil nos anos de 1970 quando foi criado o Grupo de

¹¹ Essa expressão surge a partir da importante obra de Ginzburg denominada *O fio e os rastros* onde o autor nos apresenta a tessitura importante na construção de um trabalho historiográfico.

¹² Ginzburg num capítulo de sua obra denominado *Sinais- Raízes de um paradigma indiciário* trata de uma reflexão sobre o conhecimento histórico e que os “sinais” dessa reflexão possibilita o trabalho do pesquisador no sentido de reconstrução dos acontecimentos. Esses “sinais” para o autor surgem a partir de documentos históricos, mas também suas raízes são ainda mais profundas quando a partir do paradigma venatório se propõe a descoberta de “eventos diretamente experimentáveis pelo observador como esterco, pegadas, pelos, plumas” (GINZBURG, 1939, p. 153), que davam os primeiros indícios na descoberta dos eventos históricos.

¹³ Essa expressão utilizada por Filho (2006) em seu texto *“A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades”* faz referência ao interesse do historiador italiano Carlo Ginzburg em estudar o modelo indiciário quando da sua obra *Mitos, emblemas, sinais* em que o autor enfatiza no capítulo *“Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”* um ensaio que relaciona as histórias do especialista em arte Morelli, Freud e o detetive Sherlock Holmes no sentido de compreender como as histórias são construídas a partir das experiências cotidianas.

Documentação em Ciências Sociais (GDCS). Assim, a “ideia era criar arquivos na área de Ciências Sociais, com o objetivo de contribuir para a preservação de documentos necessários aos estudiosos das ciências sociais no Brasil”.(MENEZES, 2005, p.29).

No entanto, a história oral se constitui numa metodologia interdisciplinar podendo ser aplicada as diversas áreas do conhecimento ampliando, dessa forma, o campo das pesquisas. Para Alberti (2010), o trabalho com a história oral “se beneficia de ferramentas teóricas e diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como Antropologia, História, Literatura, Sociologia e a Psicologia, por exemplo” (ALBERTI, 2010, p. 156).

É interessante ressaltar que “a história oral pesquisa a memória dos indivíduos como desafio, encarando a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como um processo em andamento” (PORTELLI, 2007, p. 66). Nesse sentido, a história oral abre espaço para o trabalho da memória como forma de resistência e no que concerne ao seu estudo, Alberti (2010) nos informa que:

A memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas da História Oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo (ALBERTI, 2010, P. 16).

Dessa forma, resolvemos trabalhar com a história oral porque compartilhando das ideias de Alberti (2010), compreendemos que ela “deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu”. (ALBERTI, 2010, p.170).

Além da história oral enquanto metodologia, o jornal também será utilizado em nosso trabalho por considerá-lo um lugar de representação e produção sobre o mundo, sobre as relações sociais e de poder. Seguindo essa ideia, Vieira (2007) ao problematizar o jornal impresso, nos informa que esta é:

Parte de uma estrutura midiática de enorme impacto e cada vez mais, diversificado ação política e cultural. Na Europa, sua presença na cena pública remonta ao século XVII, enquanto nos Estados Unidos ao XVIII e no Brasil ao início do XIX. O diário encarnou o principal ramo da chamada grande imprensa até a primeira metade do século XIX no Brasil, ainda que o rádio, a televisão e a rede internet tenham, respectiva e gradativamente, assumidos espaços significativos na esfera das comunicações, a partir da segunda metade do século XX. (VIEIRA, 2007; P.15).

Por compreendermos que o jornal se constitui numa fonte tendenciosa, ou seja, serve aos interesses de quem as produziu, não consideramos suas histórias fidedignas no sentido de expressar uma verdade absoluta, pois existem várias versões de um mesmo acontecimento sendo que algumas são mais próximas da realidade, outras mais distantes. Assim, o jornal será utilizado enquanto ponto de partida, haja vista que “os documentos, as fontes e os vestígios do passado expressam pontos de vista daqueles que produziram e/ou preservaram”. (VIEIRA, 2007, p.16).

Nesse sentido, é função do historiador entender o jornal enquanto espaço de veiculação e produção de discursos que não estão associados às ideias que refletem a veracidade ou não das histórias. Seguindo esse pensamento, Vieira (2007) nos esclarece que:

As questões que se impõem não estão associadas às ideias do verdadeiro e do falso, da imprensa dizer ou não à verdade, mas sim no entendimento dos motivos que levaram a defender determinadas teses, bem como no desvelamento das estratégias discursivas mobilizadas para sustentá-las e, assim, persuadir o seu público leitor (VIEIRA, 2007, p.16).

Para Koselleck (2006, p.305), desejo do historiador em transformar esses vestígios em fontes que testemunham a história o faz percorrer caminhos opostos, ou seja, “ou ele analisa fatos que foram anteriormente articulados na linguagem ou com ajuda de hipóteses e métodos reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir de vestígios”.

1.2.3. Em busca das fontes: memórias do trabalho de campo

- **A pesquisa nos arquivos**

O ofício do historiador ao lidar com as fontes requer técnicas para entender como elas foram produzidas, sejam elas impressas ou orais. Ao analisar os jornais, o historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas “que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa”. (LUCA, 2010, p. 139).

Para tanto, transformar o jornal em fonte histórica é uma operação em que o historiador se relaciona com caminhos teóricos e metodológicos diferenciados, sendo necessário entender a imprensa como “linguagem constitutiva do social que detém uma

historicidade e peculiaridades próprias e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade” (CRUZ E PEIXOTO, 2007, p.02).

É importante ressaltar que até nos primórdios do século XX, a imprensa não era aceita ou reconhecida como documento válido à pesquisa histórica, pois os estudos acerca do passado deveriam estar relacionados à busca “da verdade histórica”. Nesse sentido, sob a ótica positivista, a imprensa “não fazia parte do rol de documentos considerados capazes de permitir o conhecimento dos fatos históricos de forma objetiva” (CAPELATO, 2014, p. 300). Para tanto, a partir da década de 1970 quando “iniciaram as grandes revisões historiográficas com novas posturas teórico-metodológicas que houve a aceitação de novas fontes para o conhecimento do passado, entre elas, a imprensa” (CAPELATO, 2014, p.300)¹⁴.

Tendo em vista a pesquisa nos jornais enquanto necessária no processo de escrita de um trabalho acadêmico, procuramos indícios que possibilitassem a escrita de um projeto de tese sobre a atuação dos estudantes de “espectro” direita na Paraíba. Assim, nosso primeiro passo para a construção do projeto foi a busca de matérias em jornais de circulação da década de 1960 que nos evidenciassem a atuação desses estudantes no cenário paraibano.

Dentre os jornais pesquisados estavam A União¹⁵ e o Diário da Borborema¹⁶. O dia reservado para pesquisa era a quinta-feira, dia de folga das atividades enquanto professora na Escola Estadual Dom Adauto, Serra Redonda, local onde trabalhava e residia, respectivamente. Assim, em concomitante as atividades enquanto professora na referida instituição de ensino, com cerca de sete turmas entre Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscava-se também desenvolver uma pesquisa acadêmica com o intuito de realizar a seleção de doutorado. A pesquisa se concentrou inicialmente no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e com a posterior aprovação na seleção do Doutorado pelo PPGE para o ano 2016 (Turma 36) na linha de pesquisa História da

¹⁴ É interessante ressaltar que essa negação da imprensa enquanto fonte estava relacionada ao fato dela ser considerada, a princípio, “uma atividade subjetiva superficial e ligada ao presente, não fazendo parte do rol de documentos considerados capazes de permitir o conhecimento dos fatos históricos de forma objetiva”(CAPELATO, 2014, p. 300). No entanto, com as renovações historiográficas a imprensa tem sido incorporada “entre os historiadores não só como fonte, mas também como objeto de pesquisa em relação a diferentes períodos da história do Brasil e no que se refere aos estudos sobre ditadura brasileira nota-se que eles se valem dos jornais e revistas como fonte para análise de outros temas”(CAPELATO, 2014, p. 300).

¹⁵ “Fundado a 2 de fevereiro de 1893, numa quinta-feira, pelo Presidente da Província Álvaro Machado que viera administrar a Paraíba a mandado do Presidente da República Floriano Peixoto. Considerado o jornal Oficial do Estado da Paraíba, a União reproduz a ideologia dominante através dos Atos do Governo e os deslizes cometidos pelos partidos oposicionistas, visitas de autoridades à Paraíba, mensagens de esperança dirigidas ao povo e apologias a homens e obras públicas”. Para maiores esclarecimentos ver: ARAÚJO, Fátima. História e ideologia da imprensa paraibana. João Pessoa: A União, 1983; p. 103-104.

¹⁶ “Fundado a 2 de outubro de 1957, nasceu pertencendo à cadeia de Diários Associados por inspiração do próprio Assis Chateaubriand, tendo como primeiro diretor João Gusmão Bastos. Com relação ao estilo, no sentido amplo, são claros, precisos, diretos e apresentam criatividade com relação a variação dos assuntos”(ARAÚJO, 1983, p. 133-134).

Educação, resolvemos aprofundar a pesquisa também em outros jornais como O Norte¹⁷ e Correio da Paraíba¹⁸ situados no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, localizado na Fundação Espaço Cultural (FUNESC), na cidade de João Pessoa, Paraíba.

Esse aprofundamento da pesquisa só foi possível ser iniciado no segundo semestre de 2016, pois ainda no primeiro semestre buscamos cumprir as disciplinas ofertadas pela grade curricular do PPGE e as atividades enquanto professora no Estadual Dom Adauto. Dessa forma, deixamos de lado a pesquisa em campo e “mergulhamos” nas leituras das disciplinas e atividades realizadas a cada encontro na Pós-graduação. Nesse meio tempo foi possível também solicitar através de um processo administrativo junto a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba o afastamento das atividades enquanto professora e, dessa forma, em agosto de 2016 foi publicada em Diário Oficial (DO) uma licença para estudos por um período correspondente a três anos (agosto/2016 a agosto/2019). De licença das atividades docentes, a decisão foi estabelecer residência em João Pessoa para dedicação exclusiva ao doutorado.

Ainda no segundo semestre de 2016 nos dedicamos às disciplinas ofertadas no PPGE e o retorno às pesquisas. A ideia era dinamizar o tempo e, por isso, resolvemos pesquisar no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte localizado na Fundação Espaço Cultural (FUNESC) com horário de funcionamento das 08h:00min às 17h:00min, o que facilitaria a realização da pesquisa durante todo o dia, já que o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) era aberto ao público apenas na parte da manhã, das 08h:00 min às 12h:00min. No Arquivo da Fundação Espaço Cultural foi possível encontrarmos todos os jornais (A União, Diário da Borborema, Correio da Paraíba, O Norte) necessários à realização da pesquisa, sendo muito bem recebido por seu Pedro, servidor público da instituição que, gentilmente, se colocava à disposição na busca dos jornais previamente selecionados para cada dia de pesquisa.

Nesse interim, é interessante destacar a forma como fomos bem recebidos em todos os arquivos pelos quais passamos desde o Instituto Histórico, com destaque ao funcionário Ivan que também nos ajudava selecionando os jornais que seriam utilizados naquele determinado dia de pesquisa, ao Arquivo da Fundação Espaço Cultural com destaque para seu Pedro. Sabemos que o trabalho de pesquisa requer muita dedicação no trato com as fontes, o que

¹⁷ “Fundado a 7 de maio de 1908 pelos irmãos Oscar e Orris Eugênio Soares. Surgiu dentro dos moldes do jornalismo bem elaborado com exploração dos fatos de forma minuciosa, observando-se boa seleção dos colunistas. Sua ideologia é a dominantes, com requintes, muitas vezes, de oficialidade devido ao conservadorismo que apresenta em alguns de seus editoriais”(ARAÚJO, 1983, p. 115-118).

¹⁸ “Fundado no dia 5 de agosto de 1953 pelo deputado Teotônio Neto tendo como primeiro diretor Afonso Pereira, quem deu o título ao jornal. Até os anos de 1968 foi considerado o melhor jornal da Paraíba em termos de independência político-ideológica, sofrendo posteriormente a perda da liberdade de expressão na época da ditadura militar, pois determinadas notícias não poderiam ser divulgadas”(ARAÚJO, 1983, p. 120-124).

provoca certo desgaste físico e psicológico em seus pesquisadores, pois não é tarefa fácil passar o dia inteiro debruçado em jornais deteriorados pelo tempo. Munidos de máscaras, luvas e câmera fotográfica sem o uso do flash, realizamos nosso trabalho nos arquivos no semestre 2016.2 e ao longo de todo o ano de 2017, sempre buscando conciliar a pesquisa com as disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB.

Residimos em João Pessoa de agosto de 2016 a dezembro de 2017 com dedicação exclusiva às atividades do doutorado. Depois desse período, era o momento de retornar para casa, reunir forças e iniciar o processo de escrita da tese já que as disciplinas e as pesquisas nos arquivos haviam encerrados. Com o sumário definido a respeito do que iríamos tratar em cada capítulo do nosso trabalho e algumas outras anotações importantes, iniciamos a organização das fontes, as transcrições das matérias e a escrita da tese com o objetivo voltado para a qualificação que ocorreria em 28 de outubro de 2018. Após ouvirmos algumas sugestões da banca de qualificação sobre o trabalho que estava em andamento, resolvemos voltar aos jornais, especificamente ao jornal Diário da Borborema o qual foi possível analisar algumas outras matérias e utilizá-las enquanto fonte na construção de nossa narrativa. Pesquisamos ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2018 no Arquivo da Fundação Espaço Cultural e aproveitamos as “férias” de janeiro de 2019 para fazermos as transcrições das matérias e retomarmos a escrita do nosso trabalho após a qualificação doutoral.

- **As fontes orais**

No trabalho de construção das fontes orais foram realizadas oito entrevistas (incluindo uma realizada durante o processo de construção do projeto de tese) que depois de analisadas foram transcritas e utilizadas apenas cinco entrevistas. A entrevista mais curta teve uma duração de cinquenta minutos e a mais longa entorno de duas horas, sendo colhidas em diferentes momentos do processo de elaboração do nosso trabalho acadêmico, entre os anos de 2015 a 2017.

A primeira entrevista com o senhor Narciso Aguiar ocorreu em 2015, no início da construção do projeto de tese. Chegamos ao nosso entrevistado por meio de uma conversa informal com o senhor Waldir Pofírio da Silva, membro da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB). O mesmo encontrava-se no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), do qual ele também é membro, quando realizávamos pesquisa nos jornais. Numa conversa, ao saber sobre nosso objeto de estudo e

a necessidade também das fontes orais, nos passou o contato do senhor Narciso e, por meio de agendamento, conseguimos realizar a nossa primeira entrevista.

Incluir a fala do senhor Narciso Aguiar em nosso projeto de tese era importante, tendo em vista que ele enquanto estudante assumiu na década de 1960 uma posição de espectro direita, afirmando em entrevista a existência de estudantes dentro da universidade que eram favoráveis ao golpe civil militar de 1964, apontando ainda indícios de como esses estudantes se comportavam naquele cenário político. Dessa forma, essa primeira entrevista se tornou o ponto de partida para buscarmos mais fontes na construção de nosso trabalho acadêmico.

É interessante destacar a dificuldade que encontramos ao longo da pesquisa oral em formarmos uma “teia” de entrevistados, pois nem sempre eles estavam disponíveis a colaborar com o nosso objeto de estudo, por se tratar de uma temática relacionada a posições de “direita” assumida no período da ditadura militar. Mesmo concedendo as entrevistas, alguns entrevistados colocaram como condição de colaboração no trabalho o de deixarem seus nomes no anonimato, pois, em suas falas muitos apresentavam certo “arrependimento” por ter apoiado o regime militar de 1964. Diante dessa situação, resolvemos utilizar de “codinomes” sempre que nos referimos aos nossos entrevistados mesmo tendo o nosso projeto de tese aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde – CEP/CCS/UFPB¹⁹.

Com a aprovação na seleção de doutorado para o ano de 2016 e a elaboração prévia de um roteiro fomos a campo em busca de algumas respostas acerca de nosso objeto de estudo. Para entendermos como agiam os estudantes de espectro “direita” decidimos dar continuidade a nossa investigação a partir de uma conversa com o senhor Antúrio Vaz que na época do golpe civil militar de 1964 era estudante do Curso de Direto e Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direto, sendo afastado da Presidência do Diretório por decisão da Força Militar. A ideia era trazermos com a entrevista do senhor Antúrio Vaz, estudante considerado de “esquerda”, um olhar sobre a atuação dos estudantes de “espectro” direita para compreendermos como se dava essa dinâmica entre os estudantes tendo em vista

¹⁹ De acordo com o CEP o projeto de pesquisa intitulado “O Movimento Estudantil na Paraíba: a atuação dos Estudantes de “espectro direita” na Paraíba no contexto da Ditadura Militar (1964-1974)” que tem como pesquisadora a aluna Rosicleide Henrique da Silva, sob a orientação do professor Dr. Charliton José dos Santos Machado obteve APROVADO no dia 02 de outubro de 2018, cujo parecer consta do Número 2.931.629. Para chegar a esse resultado foram três tentativas de submissão do projeto buscando sempre atender as necessidades do Comitê de Ética no sentido de adequar o projeto as normas relacionadas aos riscos e benefícios estabelecidas pelas Resolução 466/12 e Resolução 510/16o do Conselho Nacional de Saúde. Sendo assim, nossa postura ética foi através da pesquisa contribuir na construção da História da Educação no sentido de alargarmos o campo de percepção acerca da atuação dos estudantes no contexto da Ditadura Militar na Paraíba, evidenciando como esse processo ocorreu e favorecendo a construção do conhecimento acerca de um período marcante de nossa história paraibana.

que na elaboração do projeto de tese já havíamos entrevistado um estudante de posição conservador à direita.

Assim, em nossa conversa inicial que posteriormente se transformou em entrevista, o senhor Antúrio nos relatou como se deu a invasão da Faculdade de Direito bem como os estudantes que assumiam uma posição de esquerda foram perseguidos e destituídos de seus cargos. Em seguida, ele nos apresentou alguns nomes de estudantes que apoiaram o golpe civil militar de 1964 e as ações de Guilardo Martins quando assumiu a reitoria da Universidade Federal da Paraíba. A partir desses nomes de estudantes considerados de direita e que foram contemporâneos à época do nosso entrevistado é que fomos aos poucos organizando a nossa “teia” de relações.

Nesse sentido, as demais entrevistas seguiram essa linha de pensamento, tendo em vista que a cada entrevista realizada surgiam outros possíveis entrevistados com o nosso trabalho. Colocávamo-nos a disposição dos nossos entrevistados sobre melhor dia e horário para a realização da entrevista, sendo muito bem recebidos em suas residências para tratar dos assuntos relacionados ao nosso trabalho acadêmico. No entanto, em alguns momentos de nossa pesquisa tivemos que remarcar entrevistas por incompatibilidade de horários e quando realizada, voltávamos a nos encontrar em busca de novas informações sempre que surgiam questionamentos que não tinham sido esclarecidos. Mesmo sabendo que o trabalho com a história oral é algo que requer paciência na elaboração das fontes e de alguns entrevistados apresentarem certa resistência em colaborar com suas falas, decidíamos não desistirmos do nosso trabalho.

1.3 O surgimento de novas temáticas e a produção do conhecimento no campo da história da educação.

A história cultural se constituiu em novos campos de investigações, buscando uma legitimação científica através de novas temáticas no campo da história, mais especificamente, no campo da história da educação. O estudo sobre o apoio dos estudantes, mulheres e a imprensa ao golpe civil-militar de 1964 na Paraíba seguiu essa esteira, pois com o surgimento de novas temáticas no campo da história da educação ele passou a ser alvo de investigação e produção de novos conhecimentos.

Assim, seguiram outros trabalhos na tentativa de legitimar o campo da história da educação. Estudos diversos vêm se destacando como “*A produção em história da educação*

das Regiões Nordeste e Norte - O Estado de Conhecimento (1982-2003)”²⁰, em que a historiadora Marta Maria de Araújo buscou traçar um perfil da produção da história da educação no Brasil desde o ano de 1984. Nesse trabalho a autora lançou ideias, sobretudo, a respeito do:

Inventariar, avaliar, mapear e cartografar a nossa produção acadêmica em termos do quantitativo de títulos, da periodicidade, das fontes documentais, das temáticas e das abordagens dominantes e emergentes, com base em dissertações de mestrados e teses de doutorado. Mas também o que foi produzido em forma de livros e artigos, assim como trabalhos apresentados em eventos locais e artigos locais, regionais, nacionais e internacionais. (ARAÚJO, 2005, P. 289).

Em sua leitura acerca da produção da história da educação no Brasil, Araújo (2005) evidencia um balanço sobre trabalhos historiográficos produzidos na região Nordeste, como dissertações desenvolvidas em Programas de Pós-graduação em Educação, em Estados tais como: Ceará e Paraíba, Piauí, Sergipe, Maranhão, Alagoas e Bahia.

Segundo a autora, para os cursos de doutorado suas produções acadêmicas ocorreram ao “adentrar a última década do século XX e o primeiro ano do século XXI, os Programas da Federal da Bahia (1992), Ceará (1994), Rio Grande do Norte (1995), Pernambuco (2002) e Paraíba (2003)”. (ARAÚJO, 2005, p.290). Dentre os estudos desenvolvidos no campo da História da Educação e outros que estão em “ascensão”, a autora destaca:

A educação dos escravizados, escolas de artífices, acesso da mulher a instrução escolar, imprensa feminina, prática de escritas femininas, imprensa pedagógica, romance de formação, pedagogias do teatro e do cinema, educação de surdos, fundef e atendimento escolar, identidade afrodescendente, educação dos afrodescendentes e dos meninos de rua, educação sexual, patronatos agrícolas, literatura de cordel, usos escolares de jornal, ginástica escolar, campanhas populares de alfabetização, biblioteca infantil, disciplinas escolares, intelectuais e sociedade, discursos e leituras audioimagéticos (ARAÚJO, 2005, P. 304).

Diante das inúmeras possibilidades de estudos que vem se constituindo em torno da História da Educação, compreendemos que esta linha de pesquisa vem se tornando cada vez mais interdisciplinar, se constituindo num campo de conhecimento histórico em que as

²⁰ Esse texto de autora faz parte de uma coletânea em que diversos autores fazem um balanço acerca da produção da História da Educação no Brasil, a partir de levantamentos realizadas nas Regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. O texto apresentado nessa Coletânea nos permite entender as singularidades de cada Região, Estados e Programas de Pós-Graduação, pois é traçado um panorama acerca de suas produções e respectivos locais de desenvolvimento da produção no campo da historiografia da educação. Para maiores esclarecimentos ver: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

produções são resultados de pesquisas desenvolvidas, ao longo dos anos, por estudiosos que se debruçaram acerca dos diferentes contextos da historiografia da educação.

Com relação à produção da História da Educação na Paraíba não podemos deixar de evidenciar a contribuição do HISTEDBR, Grupo de Estudos e Pesquisas denominado “*História, Sociedade e Educação no Brasil*”, criado na Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP, em 1986, pelos professores Dermeval Saviani e José Claudinei Lombardi Paraíba e, em 1992, por estudiosos da UFPB, tais como Maria de Lourdes Barreto e Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

Assim, o Grupo de Estudos “*História, Sociedade e Educação no Brasil*” passou a se organizar no Centro de Educação da UFPB e, mais precisamente, no Programa de Pós-Graduação em Educação, vindo a ser o principal responsável pela criação da atual Linha de Pesquisa em História da Educação no citado programa.

A criação da Linha de Pesquisa só veio acontecer em 2007 por ocasião da reformulação do próprio Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE/UFPB e se constituiu num esforço de professores pesquisadores no sentido de ampliar e consolidar as discussões que estavam em andamento a partir do Grupo de Estudos do HISTEDBR, criado em 1992, passando a se ampliar e buscando novos olhares acerca das pesquisas sobre a Paraíba.

Dentre as primeiras pesquisas empreendidas pelo Grupo de Estudos na Paraíba com a criação da Linha de Pesquisa História da Educação, em 2007²¹, foram delimitadas as Instituições escolares tomando como base as questões sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, foram surgindo estudos referentes à:

Grupos escolares, o liceu, os colégios confessionais, a escola normal e ensino superior. Foi, portanto, que a partir dessa primeira estruturação de pesquisas que posteriormente, quando foi montado o Diretório do CNPq, foi constituída a Linha História das Políticas Educacionais e das Instituições Escolares (PINHEIRO e CURY, 2012, P. 8).

De acordo com Pinheiro e Cury (2012) em 2011, surgiram novos objetos de estudos e pesquisadores, sendo que a produção acerca da História da Educação na Paraíba passou por uma reestruturação, surgindo às linhas de pesquisa: “*História das Políticas Educacionais e*

²¹ Informações mais detalhadas estão contidas no livro **Histórias da educação da Paraíba: Rememorar e Comemorar**. /Antônio Carlos Ferreira Pinheiro; Cláudia Engler Cury (organizadores). João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2012, que fora organizado pelos professores Antônio Carlos Ferreira Pinheiro e Cláudia Engler Cury onde buscam reunir textos que evidenciam uma trajetória de vinte anos de estudos e pesquisas no Grupo de Estudos sobre a História da educação na Paraíba desde a da Linha de Pesquisa em parceria com o Grupo de Estudos do HISTEDBR- História, Sociedade e Educação no Brasil, fundada em 1992 na Unicamp.

das Instituições Escolares; Práticas Educativas e Culturas Escolares; História dos Intelectuais. (auto) biografias e Estudos de Gênero” (PINHEIRO e CURY, 2012, p. 9).

Novas abordagens foram ganhando destaque e se legitimando enquanto campo do saber ao possibilitar também a discussão de novas fontes e objetos na construção do conhecimento. É relevante lembrar que nem sempre foi à história da educação que se comportou dessa maneira, uma vez que ficavam a cargo da Filosofia os debates em torno da educação. Sobre essa assertiva Pinheiro (2011) nos informa:

Ficou, assim, a história da educação durante algumas décadas, veiculada aos estudos realizados pela filosofia da educação, eram as histórias das ideias pedagógicas que, durante muitos anos, ocuparam as discussões que se faziam no âmbito da história da educação, sendo, assim, fortemente influenciada pelas ideias filosóficas destinadas a educação (PINHEIRO, 2011, P. 252).

Enquanto disciplina escolar a história da educação no Brasil surgiu nos anos finais da década de 1920, não se dissociando da história da Escola Normal. Seu surgimento está relacionado “a formação do curso para o magistério que buscava reformular a instrução pública do Rio de Janeiro que, na época, era Distrito Federal do país”. No que concerne esse pensamento, Vidal (2005) nos mostra que:

A disciplina surgia no contexto das reformas que, nos anos 1920, pretendiam modificar a educação nacional, introduzindo princípios da escola ativa, posteriormente aglutinados em torno do ideal da Escola Nova, no ensino primário e elevando o preparo docente pela ampliação e especialização do curso normal [...] dentre os primeiros professores chamados a ministrar a nova disciplina, no Rio de Janeiro, estava Júlio Afrânio Peixoto. Médico, membro da Academia Brasileira de Letras desde 1911, antigo diretor da Escola Normal do Distrito Federal de Letras desde 1915 e reformador da instrução pública da capital brasileira em 1916 (VIDAL, 2005, P.88-89).

Segundo Gondra (2005), a história da educação já tinha aparecido nas “universidades e escolas normais europeias no final do século XIX, forjada pela defesa da necessidade de um ensino sistemático da pedagogia, que se iniciaria justamente com a sua própria *história e arte de ensinar*”. (GONDRA, 2005, p. 20). Nesse sentido, a ela foi delegado o papel de “auxiliadora da Pedagogia” e correspondendo devido à “proximidade com a filosofia da educação, impregnada de uma postura salvacionista e tribuna de defesa de um ideal de educação popular” (VIDAL, 2005, p. 96).

Nesse sentido, Pinheiro (2011) nos aponta o caminho da história da educação, enquanto campo de produção historiográfica, se legitimando no Brasil a partir dos anos 1970

quando houve um rompimento da “perspectiva do materialismo histórico e dialético”. Assim, é nesse momento que ocorre:

A ampliação das novas abordagens no campo da história da educação tomou um novo dimensionamento, quando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Coordenadoria de Pesquisa) promoveu uma série de eventos, entre os quais destacamos o Encontro de Pesquisadores de História da Educação, em 1933, e o Seminário História da Educação Brasileira: a ótica dos pesquisadores, em 1994, ambos realizados na cidade de Belo Horizonte. Todos os trabalhos nele apresentados foram publicados em forma de “caderno” denominado INEP- Série Documental: Eventos. Nele encontramos temas relativos: às fontes e categorias de análises; categorias de pensamentos; articulação teórico-empírica na pesquisa histórica, problematização da interdisciplinaridade (PINHEIRO, 2011, P. 255).

Diante das novas abordagens no campo da história da educação, o papel do historiador estará relacionado à sua capacidade de “pensar a história, interrogando os problemas do presente através das ferramentas próprias de seu ofício” (NÓVOA, 2005, p.09). Seguindo essa assertiva, compreendemos que ao historiador da educação seja hábil em lidar com questões teóricas e metodológicas no processo de investigação histórica.

CAPÍTULO 2:

ORGANIZANDO LUTAS E COMPONDO HISTÓRIAS: A PARAÍBA EM “MOVIMENTOS” NO CONTEXTO PRÉ-64.

O golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart em 31 de março de 1964 marcou o início de 21 anos de ditadura no Brasil. Arquitetado por entidades diversas da sociedade civil e pelas Forças Armadas, que o efetivaram, instaurou o regime dos militares no país e entrou para a história como um dos períodos de maior violência praticados pelo Estado contra a sociedade: o aparelho repressivo poderoso e a eficiência da propaganda teriam sido capazes de calar e manipular a sociedade (CORDEIRO, 2009, P.41).

2.1 Da CAMDE às Marchas da Família com Deus pela Liberdade: O protagonismo feminino em cena.

Os anos que antecederam o período denominado de Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) foram marcados por mobilizações de cunho conservadoras à direita e, nesse sentido, lançaremos um olhar acerca da articulação de mulheres em Campanhas contrárias ao governo de João Goulart e em defesa da ordem tradicional familiar que ficou conhecida como CAMDE²². Tendo em vista a onda conservadora que se apresentava de forma expressiva entre as camadas médias da sociedade, foi através da “Igreja Católica de posicionamento conservador que começou a articular intensas manifestações de massa visando a desestabilizar politicamente o governo de João Goulart”(MACHADO, 2009, p. 31).

A CAMDE surge em 1962 enquanto “importante organização política de mulheres católicas com tradições conservadoras”. (MACHADO, 2009, p. 45) e imbuídas por valores cristãos que se configuravam como a “ordem do dia”. Além de defender a família nos moldes tradicionais, a CAMDE tinha dentre os seus objetivos, de acordo com Machado (2009):

A propriedade privada, o patriotismo e a retidão moral cristã por intermédio de campanhas pagas por jornais, defendendo pedidos de censura a filmes, peças de teatro, mobilizações estudantis e de trabalhadores, cujo objetivo era indiscutivelmente difundir elementos de controle populacional através do

²² “A reunião para a criação da CAMDE foi articulada pelo marido de Amélia Molina Bastos e contou com a presença de donas de casa da zona sul do Rio de Janeiro, amigas, vizinhas e esposas de militantes, civis, e religiosas conservadoras, envolvidos numa ofensiva campanha de conspiração e desestabilização do governo João Goulart”(MACHADO, 2009, p. 47).

autoritarismo e da violência, forma encontrada pela direita civil-militar de conter os novos níveis de organização política da sociedade brasileira (MACHADO, 2009, P. 55)

Aos poucos estava sendo preparado o cenário que serviria como pano de fundo na desestabilização política do governo Goulart e na justificação do golpe civil militar, pautado no discurso de que o poder das forças militares estabeleceriam a “ordem e a tranquilidade” no país. A Campanha da Mulher pela Democracia- CAMDE é fruto desse momento efervescente na sociedade brasileira, servindo de apoio à intervenção militar nos anos iniciais da década de 1960. De acordo com Simões (1985), as mulheres da CAMDE:

Apareciam sempre como representantes da opinião pública nacional, condição adquirida a partir de sua condição de “mãe de família”, de mais legítimas defensoras da “Mãe Pátria”. Assim, além do apoio concreto que davam às ações dos grupos que atuavam nos diferentes setores as mulheres apareciam sempre e essencialmente como legitimadoras” das ações contra o governo Goulart. (SIMÕES, 1985, P. 68).

As mulheres tiveram um papel fundamental no sentido de legitimar ações que levariam, posteriormente, ao golpe civil-militar uma vez que de “donas de casa, esposas e mães”, elas adentraram o universo político assumindo o discurso conservador em defesa da família tradicional e contrário a implantação das ideias comunistas no país. Sobre as ações das mulheres na CAMDE, é importante destacar que elas se utilizavam “dos símbolos religiosos e nacionais, e apresentando a suposta “ameaça comunista” como a antítese, a negação dos arraigados valores ocidentais cristãos: Deus, Pátria e Família” (SIMÕES, 198, p. 68).

A CAMDE não foi um movimento isolado na década de 1960, pois segundo Cordeiro (2009):

Por todo o país surgiram entidades cívicas femininas que, se apresentando publicamente como mães, esposas e donas de casa, investia-se de forte retórica conservadora e anticomunista com o objetivo de alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão democrático, uma vez que naquele momento, as mulheres estavam como todos os brasileiros atônics com a renúncia de Jânio Quadros, a sucessão e parlamentarismo com João Goulart(CORDEIRO, 2009, P. 43-44)

Assim, buscava-se manter o discurso conservador em defesa de uma “Revolução” que, segundo Machado (2009) “sob o impacto da força golpista civil-militar impôs sua hegemonia econômica e política à sociedade brasileira, contra o “comunismo ateu”, por conseguinte, contra as greves, a corrupção e a baderna”(2009, p. 69). Seguindo essa linha de pensamento, as Mulheres da CAMDE foram responsáveis por ações que desencadearam a “Revolução de

64”, sendo que entre os anos de 1962 e 1964 as mobilizações femininas de cunho conservador buscavam conquistar a “confiança e o apoio da sociedade, promovendo campanhas publicitárias, comícios e passeatas como forma de legitimar ações de combate à democracia constitucional”. (MACHADO, 2009, p. 32).

A CAMDE representou uma parcela significativa da sociedade brasileira que contribuiu no desencadeamento do golpe civil e da ditadura militar, sendo caracterizada como uma manifestação de apoio à intervenção militar e a campanha de mobilização contra o governo de João Goulart. Para tanto, a CAMDE ocupou através do apelo das mulheres um espaço significativo no cenário brasileiro, onde “o medo de que o comunismo destruísse a família, a pátria e a Igreja era real e partilhado pelos mais diversos setores da população” (CORDEIRO, 2009, p. 51).

Tendo em vista o lugar social de “mães e donas de casas”, ocupado pelas Mulheres da CAMDE, sobressaia-se os apelos de mobilizações dos mais diversos setores da sociedade em prol da “Revolução de 64”, o que foi fundamental no processo de legitimação do golpe. Assim, o lugar social ocupado por essas mulheres eram de representação da mulher brasileira que ao utilizar o discurso de preservação das famílias buscavam interferir nos rumos da política nacional e, dessa forma, através da CAMDE foi traçado uma relação “entre o público e o privado, entre a política e lar, entre pátria e família”. (CORDEIRO, 2009, p. 54).

As mulheres da CAMDE foram importantes no cenário político pré-golpe civil militar no Brasil, haja vista que elas não ficaram isentas, mas se constituíram enquanto parte fundamental nesse processo. Sobre a atuação das mulheres, Cordeiro (2009) nos esclarece que:

Em 1962, ano de fundação da CAMDE, havia também eleições para Câmara Federal, parte do Senado e para alguns estados da federação. Certamente as mulheres não ficaram alheias a esse cenário, e empreenderam importante campanha a favor de quem eles chamavam de “candidatos democratas”. Aqui, além de recorrerem à imagem da nação como uma grande família, tornava-se visível a força do argumento anticomunista, quando procuravam opor diretamente democracia e socialismo (...) se os pais não quisessem ter suas famílias destruídas pelo espectro comunista, deveriam tomar as providências necessárias para evitar que tal problema não acometesse também as famílias brasileiras. E, naquele momento, as providências consistiam em votar em candidatos democratas nas eleições seguintes (CORDEIRO, 2009, P. 54).

De cunho conservador à direita, a CAMDE impulsionou o surgimento de outras manifestações em todo o país com o apoio de grupos femininos em defesa da família tradicional e dos valores cristãos. Surgem, nesse contexto, as Marchas como manifestações de

apoio à intervenção militar no Brasil, sendo a primeira caracterizada como uma reação ao Comício realizado por João Goulart no dia 13 de março de 1964.

Nesse Comício Goulart teria unido o movimento sindical rural e urbano, bem como estudantes, trabalhadores e defendido a realização das Reformas de Base. Além disso, ele teria supostamente “ofendido” a fé cristã no tocante ao rosário, o que contribuiu para uma ação denominada de “movimento de desagravo ao rosário”, culminando, posteriormente, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. “De acordo com Simões (1985) o “rosário de Nossa Senhora” foi transformado, posteriormente, no grande símbolo das “Marchas com Deus pela Liberdade”, na ‘arma anticomunista” (SIMÕES, 1985, p. 78).

No entanto, as ideias conservadoras propagadas a respeito do comício eram de uma manifestação comunista, sendo que o próprio Goulart ao pretender mostrar que não “era com terços que se deviam combater as reformas, forneceu o pretexto e a força ideológica para a arregimentação popular final conduzida por seus opositores”. (SIMÕES, 1985, p. 93). Assim, as Marchas foram fundamentais no processo de consolidação do golpe civil-militar de 1964, tendo em vista que além das mulheres também estavam ligadas a esse processo Institutos como IPES/IBAD. Dreifuss (1981) nos esclarece qual era a função do IPES/IBAD nesse contexto:

O complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformista no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a “massa de manobra” da própria elite orgânica (DREIFUSS, 1981, P. 281).

Tendo em vista o apoio das mulheres da CAMDE e de instituições que “manipulavam a opinião pública”, foi se articulando a rejeição ao Governo Goulart e a manipulação de diversos setores da sociedade brasileira que passaram a apoiar as Marchas. Assim, “os governos estaduais e municipais também deram seu apoio tanto para as marchas acontecerem antes como depois do golpe, seja liberando público para as manifestações, seja garantindo transporte público” (SIMÕES, 1985, p. 99).

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram realizadas em vários Estados brasileiros. Na Paraíba foi possível identificarmos nos jornais A União, Diário da Borborema

e Correio da Paraíba manifestações que ocorreram em cidades como Guarabira²³, Baía da Traição²⁴, Esperança²⁵, Areia²⁶, Cuité²⁷, Pirpirituba²⁸, Pilões²⁹, Taperoá³⁰, Duas Estradas³¹, Serraria³², Campina Grande³³, João Pessoa³⁴. Constatamos que a construção entorno do sentimento cristão e do espírito democrático impulsionaram as autoridades e a população a saírem às ruas de João Pessoa, capital paraibana, em forma de manifestação e repúdio ao totalitarismo comunista e pela restauração democrática³⁵, conforme fora divulgado pelo jornal A União, edição de 09 de abril de 1964:

Unidos pelo imenso sentimento cristão e espírito democrático, as autoridades e a população de João Pessoa realizaram, ontem, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, dando uma vibrante manifestação de repúdio ao totalitarismo comunista e manifestando o entusiasmo e orgulho da Paraíba pelo movimento de restauração democrática compreendido pelas Forças Armadas brasileiras na defesa da Constituição.

Para dar maior brilhantismo à manifestação, o Governo Pedro Gondim determinou que o expediente de ontem em todas as repartições públicas fora transferido para o turno da manhã e o comércio, por sua vez, fechou as portas no expediente da tarde, permitindo sim que todos pudessem participar da marcha democrática (A UNIÃO, 09 DE ABRIL DE 1964, P. 06)³⁶.

²³ “Guarabira prepara-se para a Marcha da Família brevemente”. Diário da Borborema, 23 de abril de 1964, p. 06; “Guarabira realizou Marcha com Deus pela Liberdade”. A União, 23 de abril de 1964, p.04.

²⁴ “Baía da Traição realiza Marcha com Deus pela liberdade”. A União, 06 de maio de 1964, p.06.

²⁵ “Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em Esperança”. Diário da Borborema, 16 de maio de 1964.

²⁶ “Povo de Areia marchou com Deus e com a Família pela Liberdade”. A União, 22 de abril de 1964, p. 10.

²⁷ “Marcha Democrática em Cuité”. A União, 24 de abril de 1964, p. 06.

²⁸ “Pirpirituba realizou Marcha com Deus pela Liberdade”. A União, 14 de abril de 1964, p. 03.

²⁹ “Pilões realiza Marcha com Deus pela Liberdade”. A União, 06 de maio de 1964, p. 06.

³⁰ “Guarabira e Taperoá realizam passeatas”. A União, 21 de abril de 1964, p. 08.

³¹ “Marcha da Família com Deus pela Liberdade é realizada na cidade de Duas Estradas”. A União, 06 de junho de 1964, p.06.

³² “Marcha da Família em Serraria”. Correio da Paraíba, 05 de maio de 1964, p. 08.

³³ “Marcha de Deus pela liberdade será realizada em Campina Grande”. Diário da Borborema, 11 de abril de 1964, p. 08.

³⁴ “Marcha da Família com Deus pela Liberdade em exaltação a Vitoriosa Revolução de 31 de março”. Correio da Paraíba, 09 de abril de 1964, p. 08; “João Pessoa marchou ontem com Deus pela liberdade”. A União, 09 de abril de 1964, p. 06. Tendo em vista o nosso estudo sobre a Paraíba, especificamente João Pessoa e Campina Grande, buscaremos analisar como ocorreram nessas duas cidades as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. É interessante ressaltar que em João Pessoa o principal meio de divulgação sobre as Marchas foi o Jornal A União, enquanto em Campina Grande as notícias sobre a realização das Marchas ficavam a cargo do jornal Diário da Borborema.

³⁵ Em pesquisas realizadas no jornal Diário da Borborema constatamos que além das mulheres outros personagens da sociedade também tiveram participação nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade na Paraíba. É possível constatar-mos através das seguintes matérias: Ex- combatentes também participarão da Marcha da Família com Deus pela Liberdade (Diário da Borborema, 27 de maio de 1964, p.06); Paraquedistas aderiram à “Marcha da Família” (Diário da Borborema, 28 de maio de 1964, p.08). Além disso, setores da sociedade também se articularam no sentido de contribuir com as Marchas através do fechamento de comércio no dia em que foram as realizadas as Marchas. É possível identificarmos através da seguinte matéria: Comércio e Indústria locais dão apoio à “Marcha da Família” (Diário da Borborema, 23 de maio de 1964; p.04).

³⁶ Marcha da Família com Deus pela Liberdade- João Pessoa marchou ontem com Deus pela Liberdade. A União, 9 de abril de 1964, p.06.

Com início previsto para 15 horas do dia 09 de abril de 1964 e contando com uma concentração popular na Avenida Getúlio Vargas, em frente à Igreja Batista, as palavras de apoio à manifestação foram proferidas por oradores³⁷ que exaltavam as Forças Armadas Brasileiras, bem como a Constituição Brasileira no sentido de garantir a liberdade e a “ordem” para o país.

Discursos pela vitória da “Revolução de 64” bem como ideias de recolocar o país na “trilha” da democracia eram propagadas na sociedade paraibana durante a realização das Marchas. Nessas ocasiões, contava-se com o apoio do governador Pedro Gondim, comandantes do exército e de uma parcela da sociedade paraibana, bem como dos representantes de Colégios e de Igrejas que entoavam hinos brasileiros demonstrando espírito patriótico e cristão.

O jornal Correio da Paraíba também expôs matérias sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Em sua edição, 09 de abril de 1964, enfatizaram a mudança do percurso da passeata devido as fortes chuvas que tinha ocorrido nos dias anteriores à data prevista do evento. Para melhor esclarecimento à população paraibana acerca do trajeto da Marcha, o jornal divulgou a seguinte informação:

MUDANÇA DO ITINERÁRIO

Devido às águas empoçadas em toda a extensão do Parque Sólon de Lucena, em virtude de entupimento das galerias pluviais, o itinerário da “Marcha” teve de ser alterado. Inicialmente ficou acertado que o Parque Sólon de Lucena seria o local onde teria lugar a concentração e onde seriam ouvidos os oradores. Mas, a falta de evasão das águas fez com que a concentração fosse transferida para o largo da Avenida Getúlio Vargas, em frente a Igreja Batista de João Pessoa.

Dali, após os discursos, a grande massa de quase 20 mil pessoas deslocou-se lentamente rumo a avenida Pedro I, depois de cruzar a Avenida Princesa Isabel, alcançando a Praça João Pessoa, de onde seguia para o adro da Catedral Metropolitana.

Em meio à multidão destacavam-se a presença do Ministro José Américo de Almeida, que fez todo o percurso em companhia do Governador Pedro Gondim, deputado Joacil Pereira e outras figuras de projeção em nossos círculos sociais e econômicos (CORREIO DA PARAÍBA, 09 DE ABRIL DE 1964, P. 06).

Durante o percurso da Marcha rumo a Catedral Metropolitana de João Pessoa, as mulheres conduziram faixas que demonstravam seu apoio as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, além de “cartazes e bandeirolas que enalteciam os propósitos da “Revolução de 64”” (CORREIO DA PARAÍBA, 09 de abril de 1964, p.06). Apesar da organização das Marchas “ter estado a cargo de diversas entidades civis e ter contado com o apoio de

³⁷ Em matéria divulgada pelo jornal A União, cuja edição de 09 de abril de 1964 não foi possível identificar os oradores, pois não há referência a seus nomes.

associações de classe, empresas, governos estaduais e municipais, foram às mulheres que ocuparam lugar central”. (SIMÕES, 1985, p. 95).

A participação das mulheres nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade contou com mensagens de apoio a “Revolução de 64” e exaltação do país, conforme foi divulgado na imprensa:

-“A mulher paraibana comanda a Marcha da Liberdade”, - “Queremos reformas, sem sangue, com Deus”, -“Salve a Guanabara, cidade Estado, coração do Brasil”, - “A terra dos Tabajaras saúdam Minas e os Inconfidentes”, - “Os estudantes paraibanos louvam as Forças Armadas e a Democracia”, -“O Brasil ressurgiu para a Ordem e para o Progresso”, -“Os jornalistas querem o API sem Moscou”, - “Na Bandeira brasileira não existe a cor vermelha”, - “Sem depuração dos comunistas não haverá salvação”, -“Viva o Brasil de Caxias, Tamandaré e Eduardo Gomes”, - “Salve a Nova Ordem viva o Exército Nacional” e muitas outras escaparam a nossa reportagem (CORREIO DA PARAÍBA, 09 DE ABRIL DE 1964, P.06)³⁸.

De mães, esposas, donas de casa e religiosas, as mulheres consideradas de família³⁹ na Paraíba assumiram também o cenário público em nome da família tradicional brasileira. Arraigada aos valores patrióticos e cristãos, não bastavam apenas exercer seu papel dentro do lar, suas “vozes” passaram a ecoar durante as Marchas e representavam seus pedidos a Deus e a sociedade de que “guardasse” os caminhos da “Revolução” para que o comunismo não voltasse a atingir as famílias brasileiras.

As Marchas que reuniam “mulheres das elites e classes médias das principais cidades brasileiras, realizava um trabalho de mobilização pública contra o que elas consideravam o avanço comunista no país e a defesa da família e religião”. (CORDEIRO, 2009, p.33). No entanto, é importante lembrar que foi com o pensamento de defesa da moral cristã, apresentada pelas mulheres ligadas a Igreja Católica, que o discurso da família tradicional foi reforçado, servindo também de base para a legitimação do golpe civil militar de 1964.

Assim, com a participação das mulheres, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade tiveram repercussão em várias cidades da Paraíba. Em Campina Grande, de acordo com o jornal Diário da Borborema, desde as margens do Açude Velho até a tradicional Praça

³⁸ A Paraíba exaltou a Democracia: Família com Deus pela Liberdade. Correio da Paraíba. 09 de abril de 1964, p. 06.

³⁹ Em nossas pesquisas constatamos a participação de diversos oradores durante a Marcha que, na concentração em frente a Igreja Batista, usaram da palavra no sentido de legitimar a “Revolução de 64”. De acordo com o jornal Correio da Paraíba, falaram os oradores na seguinte ordem: “Coronel Renato Ribeiro de Moraes, senhorita Rosires Menezes, sra. Carminha de Miranda representando a mulher pernambucana, advogado Tiburtino Rabelo de Sá, universitário Paulo Gadelha, advogado Sindulfo Santiago, deputado Joacil de Brito Pereira e o Governador Pedro Gondim”(Correio da Paraíba, 09 de abril de 1964, p. 06). O jornal ressalta ainda que o deputado Joacil de Brito e o Governador da Paraíba Pedro Gondim foram os mais aplaudidos pela população quando de seus discursos.

da Bandeira, o povo fez “questão de dar provas cabais do seu entusiasmo, de seu amor às instituições democráticas, de sua satisfação pelo retorno do país à sua tradicional linha cristã de liberdade” (Diário da Borborema, 30 de maio de 1964, p.04).

Com o apoio dos redatores do Jornal Diário da Borborema em sua organização e divulgação, foram convocados órgãos estudantis e autoridades para a coordenação das Marchas bem como às senhoras campinenses para a organização do evento cívico na cidade. As Marchas da Família com Deus pela liberdade foi assunto de conversas entre Newton Rique, Prefeito de Campina Grande, e Noaldo Dantas, seu secretário e numa ocasião em que estavam reunidos ficou decidido à convocação das senhoras de família tradicional da cidade para participarem da Marcha. Assim, o convite às senhoras campinenses refletia a ideia de manter o conservadorismo feminino na sociedade, a defesa das famílias tradicionais e dos valores cristãos, bem como o amor à Pátria e a Deus.

Tendo em vista a sociedade dos anos 1960, a presença das mulheres na Marcha da Família representava um apoio direto a um movimento conservador da época⁴⁰, uma vez que indo às ruas “para derrubar uma ordem política constitucional, após o golpe de 1964, davam sustentação a ditadura militar em nome da democracia, da moral e dos bons costumes”. (SANFELICE, 2009, p. 14). É interessante ressaltar que não foram como políticas que as mulheres, a princípio, se apresentaram aos movimentos conservadores, mas como mulheres-mães-esposas-religiosas e essa condição foi bastante representativa à força feminina na luta por reconhecimento na vida pública brasileira.

As mulheres não estavam refutando o seu lar, mas dando preferência ao ambiente privado “e explicavam sua decisão de trocá-los pelas praças públicas como consequência da necessidade de defender a família, as tradições, a religião e a pátria contra um iminente golpe comunista”. (SIMÕES, 1985, p.41). As senhoras campinenses que estavam imbuídas de organizar as Marchas na cidade eram consideradas “Domadoras” por serem, em sua maioria, esposas de integrantes da importante organização internacional, Lions Club⁴¹, que funcionava à época, no bairro da Prata, em Campina Grande:

⁴⁰ É interessante ressaltar que “a liderança das Marchas sempre foram atribuídas as organizações femininas UCF, MAF, CAMDE, LIMDE, CDFP, ADFG, independente da maior ou menor participação e do grau de autonomia que esses grupos tiveram em casa caso”. Para maiores informações ver: SIMÕES, Solange de Deus. Deus, Pátria e Família: mulheres no golpe de 1964. Petrópolis, Vozes, 1985, p.95.

⁴¹ “Seu objetivo é promover o entendimento entre as pessoas em uma escala internacional, atender a causas humanitárias, e promover trabalhos voltados a comunidades locais. A organização foi fundada nos Estados Unidos em 10 de outubro de 1917 por Melvin Jones e se tornou internacional em 1920. O seu Slogan: liberdade, inteligência, e segurança da nossa nação (Liberty, Intelligence, Our Nation’s Safety) e tinha como lema: Nós servimos. Dentre os seus propósitos estão: Criar e fomentar um espírito de entendimento entre os povos da Terra; Promover os princípios de bom governo e boa cidadania; Interessar-se ativamente pelo bem-estar cívico, cultural, social e moral da comunidade; Unir os associados em laços de amizade, bom companheirismo e

Em contato mantido pelo telefone, com a sra. Esaú Catão, que liderou as “Domadoras” em Campina Grande (esposas dos integrantes do Lions Clube), ficou acertado que este setor feminino de prestação de serviços sociais ficará responsável pela coordenação, convocando todas as demais entidades. Será marcada uma nova reunião, pelas senhoras campinenses, para a fixação de resoluções. Tornou-se impossível manter a data de 14 de abril, pela premência de tempo, para uma perfeita organização.

Ao que tudo indica, a “Marcha com Deus pela Liberdade” será realizada, no dia 21 de abril, em Campina Grande. O roteiro a ser seguido deverá ser: início na frente do Teatro Municipal, seguido pelo Colégio das Damas, Edifício dos Correios, descendo pela Marques do Herval, para contornar o Edifício João Rique, regresso pela Maciel Pinheiro, em sentido contrário a Avenida Floriano Peixoto, para se dirigir a Catedral.

Desde já, estamos apelando para os dirigentes das demais entidades entrem em contato com as “Domadoras” para uma melhor coordenação. Chamamos atenção, principalmente, dos colégios femininos, das Escolas Superiores, dos colégios em geral, dos sindicatos e associações de classe, dos centros operários, das prefeituras e câmaras de vereadores dos municípios vizinhos, das autoridades locais, para que se associem a este movimento que contará com o comando dos órgãos “associados” em Campina Grande, transmitido em todos os seus detalhes pela Rádio Borborema (DIÁRIO DA BORBOREMA, 12 DE ABRIL DE 1964, P. 08).

A participação das Mulheres na Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi importante no processo de consolidação do golpe civil militar de 1964. No entanto, no campo da memória, compreende-se que elas foram capazes de “congregar um expressivo número de forças sociais em torno do novo governo, sem dúvida, os das mães, inclusive pelo poder de transcender classes sociais e de apelar para a defesa da instituição família” (CORDEIRO, 2009, p. 35). Assim, as mulheres tiveram importante papel na consagração das Marchas, o que desencadeou também no processo de construção da memória em torno do golpe civil militar, consideradas por elas enquanto uma “Revolução” que combateria o comunismo e restabeleceria a ordem e o progresso para o país.

Para a realização da Marcha em Campina Grande houve uma grande concentração seguida de uma passeata pelas principais ruas da cidade em exaltação as Forças Armadas e pela vitória patriótica da “Revolução de 64”. Um palanque foi armado na Praça da Bandeira onde se encontravam autoridades civis, militares e representantes de entidades de classes estudantis, políticas e religiosas, sendo o evento divulgado, posteriormente, pelo jornal DB na edição de 30 de maio de 1964:

Em regozijo pela vitória das forças democráticas que conseguiram expurgar do país todos os focos de infiltração comunista para uma demonstração conjunta da fé cristã, será realizada hoje em Campina Grande, a “Marcha da Família com Deus pela

Liberdade”, movimento cívico que terá a participação de toda a população campinense, entidades, colégios e todos os órgãos de representação popular.

A passeata terá início às 16 horas, depois de reunida a multidão às margens do Açude velho.

(...) Participarão da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, os seguintes colégios: Alfredo Dantas, Moderno 11 de Outubro, Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand, Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Sindicato do Comércio Varejista, funcionalismo Civil do Batalhão de Serviços de Engenharia, Clube de Paraquedismo, escolas primárias e representações de todos os bairros (DIÁRIO DA BORBOREMA, 30 DE MAIO DE 1964, P.08)⁴²

Com a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Campina Grande, houve a participação dos colégios da cidade, da guarnição federal, bem como dos militares, de funcionários civis e o povo em geral. No entanto, o apelo dos campinenses também se fez através das Rádios Borborema e Cariri, bem como pelas colunas do jornal Diário da Borborema que proporcionavam a sociedade campinense um verdadeiro espetáculo de patriotismo. Em pesquisas realizadas no DB encontramos a seguinte matéria:

Campina Grande realizou, na tarde de ontem, sua “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, promovida pelos “Associados” em colaboração com a sra. Nair Belo. As principais ruas da cidade encheram-se de incalculável multidão, que demonstrou seu repúdio ao processo de comunização e seu apelo a Revolução de 31 de março (...)

Cel. Otávio Queiroz, comandante da guarnição federal, jornalista Genásio de Souza, cônsul do Líbano, sr. José Noujaim, professores José Paulino e Severino Loureiro, padres Emídio Viana e Otávio Santos, sr. Agostinho Veloso, presidente da Federação das Indústrias, além de outros expressivos nomes da sociedade campinense.

O primeiro orador foi o franciscano Frei Raul, simbolizando a presença da Igreja Católica. Depois, o pastor evangélico Gerling Júnior, representando as Igrejas Evangélicas. E, por fim, o Jornalista Noaldo Dantas, secretário do Governo Municipal.

Para maior brilhantismo da “Marcha da Família”, contou-se com a colaboração das bandas de música do município, da Polícia Militar e da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (DIÁRIO DA BORBOREMA, 31 DE MAIO DE 1964, P. 08)⁴³

Assim aconteceu a Marcha da Família com Deus pela liberdade em Campina Grande. Um movimento considerado de êxito por sua organização e participação da população campinense. Um movimento que buscou reafirmar as convicções da chamada “Revolução de 64”, colocando em destaque o patriotismo, os valores da família tradicional cristã, o abaixo ao comunismo e o estabelecimento do progresso e da ordem na sociedade campinense da década de 1960.

⁴² “Marcha da Família” hoje em Campina Grande: Povo festejará vitória da Revolução Democrática. Diário da Borborema, 30 de maio de 1964, p. 08.

⁴³ “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi a maior concentração cívica de Campina Grande. Diário da Borborema, 31 de maio de 1964.

O comparecimento da população a Marcha da Família em Campina Grande parte de um movimento político que estava acontecendo também em outras cidades brasileiras, especificamente, paraibana. As passeatas em prol da “Revolução de 64” e seus valores cristãos representavam uma forma de unir a população em todas as suas camadas sociais, seja dos estudantes aos professores, das senhoras de família aos militantes de alta patente, numa demonstração de “fraternidade” contra o “comunismo” atuante.

Dessa forma, o discurso acerca da Marcha da Família com Deus pela Liberdade é de que ela uniu as famílias paraibanas servindo também como advertência, haja vista que “alertou os inimigos da pátria e do progresso da nossa cidade para a reação que aqui sempre encontrarão, diante da traição e da mentira” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 31 de maio de 1964, p.08)⁴⁴. É interessante destacar que apesar da Marcha ter tido a participação feminina, mais especificamente das senhoras de família tradicional da sociedade, há uma divulgação maior acerca da participação masculina na imprensa. No entanto, sabemos que as mulheres tiveram importante protagonismo nas Marchas, uma vez que contribuíram com ações que desencadearam no golpe civil militar de 1964.

2.1.1 Estudantes em Movimento: A CEPLAR na Paraíba

Dentre os movimentos sociais que surgiram no período pré-64 na Paraíba, lançaremos um olhar sobre a Campanha de Educação Popular-CEPLAR que teve sua Sede invadida, seus documentos apreendidos e seus alfabetizadores perseguidos quando da instauração do golpe civil militar em 1964. Surgida em 1962, na gestão do governador Pedro Gondim (1961-1965), a Ceplar foi considerada pela ala conservadora à direita, enquanto projeto subversivo que pensava para além do processo de alfabetização de jovens e adultos.

Mesmo tendo sua expansão interrompida, a Ceplar tinha em seu plano de alfabetização importantes objetivos voltados à Educação na Paraíba, conforme podemos observar em matéria publicada pelo Diário Oficial:

CAPÍTULO I

“Denominação, fins e Sede”

Art. 1º - Sob a denominação de Campanha de Educação Popular fica criada e constituída uma Associação Civil, brasileira, de finalidade educativa e cultura, com número ilimitado de sócios, duração indeterminada, cujos objetivos são os seguintes:

⁴⁴ Matéria intitulada: Com Deus pela Liberdade contida no jornal Diário da Borborema, 31 de maio de 1964, p. 08.

- 1- Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos;
- 2- Atender ao objetivo fundamental da educação que é o desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que assegure também, de acordo com a Constituição e as leis vigentes, o ensino religioso facultativo;
- 3- Proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho;
- 4- Colaborar para a melhoria do nível cultural do povo através da educação especializada;
- 5- Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular.

Art. 2º- A Campanha de Educação Popular (CEPLAR) tem sua Sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba(DIÁRIO OFICIAL, 11 DE ABRIL DE 1962, P.02)⁴⁵.

Pedro Moreno Gondim tinha a educação popular como um de seus planos de governo relacionado também a valorização e o desenvolvimento das áreas rurais e dos setores urbanos, especificamente a indústria na Paraíba. Gondim se mostrou, a princípio, aberto as negociações acerca da realidade social do Estado tendo o intuito de desenvolvê-lo em seus aspectos educacionais. Foi nesse sentido que um grupo de estudantes buscou apoio do governador a fim de desenvolver uma Campanha que alfabetizasse jovens e adultos nos bairros periféricos da capital. De acordo com Scocuglia. (2001):

Estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPB, dentre os quais alguns já professores da rede escolar estadual pública, militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), buscou o apoio do governo estadual para realizar um trabalho social múltiplo, que incluía desde noções de higiene e sanitarismo até a alfabetização de crianças e adultos em bairros pobres de João Pessoa. Da soma da ação social/ assistencial e política dos estudantes universitários e dos objetivos prioritários do governo estadual em relação à educação, nasceu a Ceplar, ao final de 1961. (SCOCUGLIA, 2001, P.60).

No início da implantação da Campanha educacional na Paraíba, a Ceplar contava com a ajuda do governador Pedro Gondim⁴⁶, dos estudantes e professores, bem como de uma administração formada por “Conselho Deliberativo (CD), Diretoria(D), Serviço de Administração (SA), Departamento de Documentação e Informação (DDI), Departamento de Difusão da Cultura (DDC)” (ESTATUTO DA CEPLAR, 1962, p.12).

⁴⁵ Estatutos da Campanha de Educação Popular – CEPLAR. Quarta-feira, 11 de abril de 1962. In: Diário Oficial

⁴⁶ De acordo com Scocuglia(2001), o “governador Pedro Gondim, inicialmente, fez a sua parte com doação de verbas, nomeação de dez professoras formadas, veículos e motoristas, autorizando a concessão de créditos especiais de até dois milhões de cruzeiros no exercício de 1962”. Ver mais em: SCOCUGLIA, Afonso Celso. Histórias inéditas da educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; (São Paulo): Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000, p. 64.

Havia uma divisão entre as funções desempenhadas por cada Órgão Deliberativo contribuindo para o funcionamento administrativo da Campanha que também passou a contar com “sócios dirigentes efetivos, integrantes do quadro de cada Divisão, elegendo entre si os Diretores das Divisões do DFC e respectivos suplentes, com mandato de dois anos a contar da data da posse” (ESTATUTO DA CEPLAR, 1962, p. 12).

No entanto, uma característica peculiar da Ceplar era sua atuação junto às camadas mais carentes da sociedade. Bairros marcados pela pobreza, pelo analfabetismo, pelas péssimas condições de moradia e saúde foram os primeiros a serem escolhidos para o desenvolvimento da Campanha. A Ceplar inicia seu trabalho voltando-se para o lado social, cujo objetivo era a partir do apoio das lideranças em bairros pobres da capital, colocar em prática ações que modificassem o cenário de miserabilidade existente. Porto e Laje (1995) nos informa como se deu a implantação da Campanha Educacional na Paraíba:

A primeira implantação da CEPLAR foi na Povoação Índio Piragibe, conhecida por Ilha do Bispo. O governo do Estado pôs à disposição da equipe que criou a entidade, o Grupo Escolar Raul Machado, existente naquele bairro e praticamente abandonado. Esse Grupo, com capacidade para 500 alunos, funcionava com apenas 70 matrículas e 41 presenças. Por outro lado, aquele era um dos bairros operários mais desfavorecidos da periferia de João Pessoa e uma área de tensão social. (PORTO e LAJE, 1995, P. 35).

Dessa forma, as primeiras atividades definidas pela Campanha de Educação Popular foram a “construção de fossas sanitárias e entendimento com a Portland para a atenuação do processo contínuo de poluição, responsável direto pelos problemas respiratórios dos moradores da Ilha do Bispo⁴⁷”(SCOCUGLIA, 2001, p. 63).

Com ideias de expansão acerca do projeto educacional na Paraíba a Ceplar, em dezembro de 1962, foi “convocada para uma reunião coordenada pela SEC-PB com a presença do governador e representantes do CED e MEC, onde seria definido o encaminhamento de verbas do Plano de Emergência na Paraíba”. (SCOCUGILA, 2001, p. 78). Chegando ao ano de 1963 a Ceplar multiplicou seus núcleos e, em julho desse mesmo ano, “cerca de vinte núcleos já funcionavam em seis bairros da capital, além da Ilha do Bispo, Varadouro e Torrelândia, somavam-se Crus das Armas, Roger e Santa Júlia”. (SCOCUGLIA, 2001, p. 82).

⁴⁷ “O bairro da Ilha do Bispo, com uma população de 7.000 habitantes em 1961, é situado às margens do rio Sanhauá e ligado à Capital por uma ladeira íngreme. Ali estava instalada uma fábrica de cimento, a Cia Paraibana de Cimento Portland que, ao mesmo tempo, era fonte de trabalho para a população e causa da debilitação de sua saúde devido à poeira do cimento que envolvia toda a área habitacional”(Porto e Laje, 1995, p.35) .

Nesse contexto de novas instalações de núcleos⁴⁸ de alfabetização na Paraíba e de sua expansão em várias cidades próximas, é que surgiu a Ceplar em Campina Grande⁴⁹, em 1963, na gestão do Prefeito Newton Rique⁵⁰. Assim, com “sua vinculação a Prefeitura de Campina Grande e, especialmente, com os prefeitos (Cabral e Rique) desenvolveram campanhas de alfabetização de jovens e adultos”. (SCOCUGLIA, 2001, p. 109). Para Porto e Laje (1995), a formação da Ceplar-CG ocorreu em março de 1963 quando:

Foi procurada por uma equipe de Campina Grande e, no dia 19 do mesmo mês, assinou um convênio com o prefeito daquela cidade, Severino Cabral. Na segunda quinzena do mês de abril, realizou-se a preparação da equipe que assumiria a aplicação do Método Paulo Freire em Campina Grande, cujo programa inicial teve a duração de uma semana. Apesar dos encontros frequentes, a CEPLAR de Campina Grande teve uma existência autônoma, sob a orientação da equipe local (PORTO e LAJE, 1995, P. 71).

A Ceplar-CG despertou o interesse de políticos locais como o Prefeito Severino Cabral⁵¹, que visava através da Campanha uma forma de angariar votos. Em Campina Grande destacamos a contribuição da professora Salete Van der Poel⁵² na Ceplar, que também trabalhou como coordenadora e, segundo ela, sua militância iniciou quando ainda “era do Curso Ginásial no Colégio Alfredo Dantas, mais ou menos de janeiro para fevereiro de 1963, quando o assunto do Brasil era o chamado “milagre” do método de Paulo Freire” (PROJETO COMPARTILHANDO MEMÓRIAS/ Vol. 08).

De acordo com Salete Van der Poel, “seu Cabral “endoideceu” e falou que se fosse esse negócio para fazer voto, alfabetizar em quarenta horas, então vamos alfabetizar o pessoal de Campina Grande”. (PROJETO COMPARTILHANDO MEMÓRIAS/ Vol.08). Assim, o

⁴⁸ De acordo com Scocuglia (2001) “ foram feitos contatos com entidades sindicais, religiosas, esportivas e beneficentes. Buscavam-se desde os locais para aulas até pessoas interessadas e que fossem responsáveis (localmente) pelo trabalho de organização (convocação/inscrição dos alfabetizandos e utilização de equipamentos) e aplicação do método Paulo Freire”.

⁴⁹ “A Ceplar-CG não foi uma extensão da congênere pessoense. Era mantida, em termos de infra-estrutura, pela Prefeitura de Campina Grande e possuía um grupo dirigente próprio, não subordinado à capital. Os encontros entre os dirigentes das duas entidades foram raros. Suas programações eram totalmente independentes. Havia quase um clima de disputa- João pessoa versus Campina Grande-, típico das querelas do provincianismo arraigado em ambas as cidades”(SCOCUGLIA, 2000, p.104).

⁵⁰ Considerado um governo populista, governou Campina Grande entre novembro de 1963 a junho de 1964 quando buscou institucionalizar a Campanha na cidade. Foi deposto pelas forças militares quando do golpe e instalação da ditadura militar.

⁵¹ Foi prefeito de Campina Grande de novembro/1959 a novembro/1963.

⁵² “Lutou como militante antes do Golpe de 1964. Tem formação na área de Educação e se tornou Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela UFPB. Com a instauração do Golpe Militar na Paraíba trabalhava como professora e era engajada em Projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos”. Ver mais em: 8º Sessão de Depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 31.03.2011. Auditório da Central de Aulas/ UFPB. Coordenação: Rosa Maria Godoy Silveira. Expositora: Maria Salete Van der Poel. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (Orgs). Projeto: Compartilhando Memórias: Repressão e Resistência na Paraíba. Vol. 8- Maria Salete Van der Poel João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. 12 v.

interesse dos políticos locais, especificamente do Prefeito Severino Cabral, era transformar a Campanha de educação popular num projeto que servisse aos interesses da própria elite campinense. Tal posição assumida por “seu Cabral” pode ser caracterizada como assistencialista em que o elo entre a figura do político e as camadas mais desfavorecidas da cidade denotava um sistema político baseado na “troca de favores”.

Nesse sentido, “a equipe de Campina Grande sentiu necessidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o sistema e fez um curso em Recife, especificamente sobre a fundamentação teórica no primeiro semestre de 1963”(SCOCUGLIA, 2001, p. 104). Salete Van der Poel que fazia parte da Ação Popular (AP)⁵³ participou desse curso de Formação e explicou como foi essa experiência:

Eu fui para fazer um curso com Paulo Freire e da Equipe dele lá no SEC (Serviço de Extensão Cultural) que era ligada a Universidade de Pernambuco, sendo o SEC coordenado por Paulo Freire. Mas eu não fui na Equipe do Severino Cabral, eu já fui para esse Encontro como militante da AP (Ação Popular). Eu fui como uma tarefa da AP de assistir o Programa, me infiltrar e trazer o Projeto para Campina Grande para que o projeto não caísse somente nas mãos dos políticos. Lá foi um curso de uma semana e tinha universitários do Brasil todo. Foi um curso maravilhoso, uma parte dada pelo próprio Freire, outra parte encantadora dada por Jomar Muniz de Brito e a parte de Metodologia da Linguagem foi dada por Aurenice e por Adosina, que carinhosamente nós a chamávamos de Dosa, que faleceu ano passado (PROJETO COMPARTILHANDO MEMÓRIAS/ VOL. 08).

Depois da realização do curso de Formação em Recife-PE, Salete contou em depoimento que juntamente com outros professores começaram a se engajar na Campanha de Educação Popular, mais precisamente a partir de março de 1963. Segundo ela, a primeira experiência ocorreu num bairro simples de Campina Grande, conhecido por “Casa da Pedra”, atual Bairro Centenário.

Montada a Sede da Ceplar em Campina Grande, Lustosa (2018) mostra como ocorreu à preparação da Equipe na cidade. Segundo ela:

Na segunda quinzena do mês de abril, realizou-se a preparação da equipe que assumiria a aplicação do Método Paulo Freire em Campina Grande, organizada pela Ceplar de João Pessoa, cujo programa inicial teve a duração de uma semana. No roteiro do Curso de Preparação de Pessoal para Campina Grande, realizado entre os dias 24 a 28 de abril de 1963, figuram grupos de estudos sobre a realidade brasileira e seus problemas (fome, desemprego, analfabetismo, prostituição, mortalidade, alienação); exposições e debates sobre Cultura Popular, discussão acerca da Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire, com a participação de Jarbas

⁵³ Era um “Movimento político independente que surgiu no interior da juventude Universitária Católica (JUC), ligada à Igreja nos anos 1950-1960”(RIDENTI, 2010, p. 28). Nesse sentido, não somente a Salete Vander Poel, mas grande parte dos estudantes de Campina Grande tinha relação com a AP, organização ligada a Igreja Católica e que apoiava as classes menos favorecidas.

Maciel; e grupos de estudo para aprofundamento do método, planejamento e preparação para a aplicação naquela cidade (LUSTOSA, 2018, P. 120-121).

Assim, a Ceplar- CG tinha vinculação com a Prefeitura de Campina Grande e, segundo o jornal Diário da Borborema, “para a cobertura financeira dos seus trabalhos, ela vinha contando com a ajuda do Governo Federal e do Prefeito do Município”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 01 de março de 1964, p.02). Anunciado no Jornal DB que “A Campanha de Educação Popular contava com uma equipe de professores que vinha traçando novos rumos visando à alfabetização dos adultos”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 01 de março de 1964, p.02), foram convocados estudantes a participarem do curso de Formação e se tornarem alfabetizadores.

Dessa forma, com o engajamento da Campanha de Alfabetização nos meses posteriores foi possível adentrar o ano de 1964 com cerca de trinta núcleos formados na cidade, conforme nos esclarece o DB:

A CEPLAR continua desenvolvendo grande atividade no setor educacional. Há mais de um mês, vem funcionando cerca de trinta núcleos na cidade, um em Genipapo e dois em Puxinanã. A frequência é das mais animadoras, reunindo os diversos núcleos um total de mil alunos.

Novas salas de aula estão sendo instaladas: cinco núcleos na sede deste município, um em Galante e três na vizinha cidade de Queimadas(...)

ORGANIZAÇÕES

Com a finalidade de mobilizar, o povo para a reivindicação dos seus problemas, vem sendo organizados núcleos nos bairros da cidade. As principais experiências estão sendo feitas em Monte Santo, Catolé e José Pinheiro.

Há interesse por essas organizações de bairro. Brevemente o prefeito passará a receber abaixo-assinados, reivindicando melhorias para vários subúrbios campinenses (DIÁRIO DA BORBOREMA, 01 DE MARÇO DE 1964, P.03).

A Campanha de Educação Popular (CEPLAR) ocorrida na Paraíba entre os anos de 1961 e 1964 utilizou do “Método Paulo Freire” e “seu auge se deu nos meses finais de 1963 e início de 1964, quando coordenou 135 círculos de cultura e, aproximadamente, 4000 alfabetizando”. (SCOCUGLIA, 2006, p. 47). Nesse sentido, a ideia consistia na alfabetização em quarenta horas, cujo objetivo era despertar no sujeito o “olhar” crítico acerca das desigualdades sociais existentes.

Para além do processo de alfabetização, a aplicação do “Método Paulo Freire”⁵⁴ na Ceplar “favoreceu e intensificou os contatos da Campanha com outras entidades e

⁵⁴ As ideias propagadas acerca do “Método” que envolviam as Campanhas da Ceplar (Ceplar de João Pessoa e a Ceplar de Campina Grande) eram de que possuíam peculiaridades diferentes. De acordo com Scocuglia (2001) foram propagas “ideias socialistas/ comunistas sobre os textos mais radicais, tanto nas dezoito lições de conscientização (usadas no eixo João Pessoa-Sapé), como nas fichas-roteiro (usadas em Campina Grande)”. (SCOCUGLIA, 2001, p. 114).

organizações profissionais, permitindo o desenvolvimento de suas atividades em diversas áreas”. (PORTO e LAJE, 1995, p. 60). Em paralelo a ampliação da Campanha “ampliou-se o debate político para o mundo sindical e operário através dos círculos de cultura e para setores mais amplos da sociedade de João Pessoa através dos cursos sobre Realidade e Cultura Brasileiras” (PORTO e LAJE, 1995, p. 60).

Assim, investir na Educação Popular a partir da alfabetização de jovens e adultos passou a ser vista com “maus olhos” pela ala conservadora da sociedade, tendo em vista que o “Método de Paulo Freire” poderia despertar nas camadas mais pobres o poder de escolha sob seus representantes políticos. De acordo com Lustosa (2018), o referido Método de alfabetização poderia provocar mudanças no quadro político na Paraíba, pois:

Alfabetizar em poucas horas em uma sociedade na qual ser alfabetizado era requisito para exercer o direito de voto, trouxe à tona a ideia de revolução pelo voto, justamente num momento em que a sociedade brasileira passava por mudanças na correlação de forças políticas e a experiência democrática favorecia o avanço das forças populares e a organização dos movimentos de massa. Acreditava-se que incorporar um grande número de recém-alfabetizados no sistema político, como eleitores, poderia mudar o quadro de representatividade político-partidária (LUSTOSA, 2018, P. 108).

O “Método” adotado pela Ceplar foi caracterizado pelas classes conservadoras enquanto perigo eminente, pois se concentrava na formação de eleitores “conscientizados” o que provocaria preocupação em âmbito nacional. Pensando-se em “âmbito federal, a Ceplar deveria conscientizar seis milhões de novos eleitores até as eleições presidenciais de 1965, aumentando em quase 50% o número de eleitorado”. (SCOCUGLIA, 2006, p. 56).

Dessa forma, o plano de expansão da Ceplar na Paraíba causou preocupações por parte das oligarquias rurais o que contribuiu com a oposição a Campanha gerando acusações de que ela seria “subversiva, comunista e que estaria a serviço de Moscou e Havana, chegando ao conhecimento dos deputados representantes que impediram que verbas fossem destinadas a ampliação dos trabalhos”. (SCOCUGLIA, 1994, p. 296).

Seguindo essa linha de pensamento, a Ceplar se tornava um foco de subversão quando buscava em sua expansão o apoio dos estudantes, trabalhadores urbanos e camponeses, gerando ainda mais conflitos com amplos setores da sociedade que a caracterizava enquanto organização de esquerda. Se no início de sua formação contava-se com o apoio do governador Pedro Gondim, o fornecimento de verbas e professores (as) para o seu funcionamento ela se tornará, posteriormente, alvo de repressão com o propósito de impossibilitar a sua expansão. Lustosa (2018) traz à baila a ideia de que:

Ao mesmo tempo em que a Ceplar vai crescendo e se modificando, ela vai suscitando a oposição. Com o seu crescimento e sua ligação com os movimentos sociais a Ceplar foi ocupando um lugar destaque no cenário paraibano dentre as entidades e organizações que atuaram na defesa de transformações sociais, mas essa ligação não foi bem vista por muitos. O governo estadual, que foi uma das forças responsáveis pelo surgimento da Ceplar, tendo percebido que a Ceplar havia elegido como seus aliados grupos “perigosos” como as Ligas Camponesas e o PCB, já não prestava o apoio de antes (LUSTOSA, 2018, P.138).

Nesse sentido, a repressão a Campanha Educacional na Paraíba começava a se intensificar configurando-se, a princípio, na suspensão das verbas que contribuíam com o funcionamento da Campanha e, em seguida, a ameaças aos camponeses que frequentavam as aulas de alfabetização⁵⁵. A Ceplar deixa de receber o incentivo do governador Pedro Gondim que, com o golpe civil militar em 1964, assume a posição de apoio aos militares passando a compartilhar da experiência de uma Campanha alternativa que ficou conhecida por Cruzada ABC⁵⁶. Tendo o apoio dos militares, a Cruzada ABC pretendia “contestar política e pedagogicamente os programas anteriores de alfabetização de adultos, particularmente, o Método Paulo Freire, adotado oficialmente pelo governo deposto”. (SCOCUGLIA, 2000, p. 153).

Com a instauração da Ditadura militar no Brasil, a acusação de ser uma Campanha comunista e não mais tendo o apoio do Governo do Estado, a Ceplar teve sua sede invadida e seus documentos apreendidos, conforme nos esclarece Scocuglia(2006):

Na noite do dia 31 de março as aulas foram suspensas pela direção da CEPLAR. Quatro das suas principais dirigentes foram detidas por um comando do Exército, bem como todos os que estavam na Associação Paraibana de Imprensa (API) buscando notícias (pelo rádio) sobre a deposição do presidente e a possível resistência ao golpe. A sede da Campanha foi invadida no dia seguinte e todo o material confiscado, como ‘provas da subversão’ praticada. Na zona rural, pavilhões da CEPLAR (de Miriri) foram incendiados. A entidade foi totalmente desarticulada, destruída (SCOCUGLIA, 2006, P. 58-59).

⁵⁵ De acordo com Lustosa (2018) “a presença da Ceplar no campo alfabetizando camponeses em parceria com as Ligas Camponesas se tornou incômoda para os latifundiários. Assim, ameaças foram feitas para que os camponeses deixassem de frequentar as aulas, supervisores da Ceplar eram “aconselhados” a pararem com as visitas ao campo” (LUSTOSA, 2018, p. 139).

⁵⁶ Surgido, a princípio, em Recife como um programa experimental visava logo no início de 1962 a alfabetização de jovens a partir da distribuição de cartilhas LER, SABER e da Cartilha ABC. Durou cinco meses e foi mantido por intermédio de verbas do convênio Sudene Usaid/ estados nordestinos. Esse programa, realizado com êxito, segundo seus promotores, deveria ser expandido por toda a capital pernambucana e depois para todo o estado. (SCOCUGLIA, 2000, p. 152).

Em pesquisas realizadas nos inquéritos Policiais Militares também consta que a sede da Ceplar foi invadida e seus alfabetizadores foram acusados de subversão pela elaboração de fichas roteiros baseados no Método de Paulo Freire. De acordo com o Inquérito Policial Militar 1426, constatamos que:

Aos três dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, em cumprimento de ordem expressa ao Senhor Coronel Comandante da Guarnição de apreender todo e qualquer documento ou publicação de caráter subversivo ou propaganda do regime comunista, nos dirigimos à Praça D. Adauto, onde está sediada a Campanha de educação Popular (CEPLAR), segundo fomos informados, e aí, depois de ter sido verificado que não havia ninguém no recinto, presente as testemunhas 2º Sargento JOSÉ VASCONCELOS NETO e 3º Sargento ROMILDO DOMINGUES DE MELO, abaixo assinadas, e, entrando na casa supra declarada, procedemos a mais minuciosa busca, examinando todas as salas quartos e lugares, fazendo abrir portas, gavetas, armários, etc, encontrando o seguinte material: 1 (um) cartaz utilizado para solução do teste; 11(onze) provas de inscrição de professores para as Escolas CEPLAR, contendo também uma entrevista [...] (1º IPM 1426, 1964, VOL. 1.118, P. 28)

As fichas roteiros eram elaboradas pelas professoras. Estas sofreram punições com perseguições e instauração de inquéritos acerca de suas atuações junto a Campanha Educacional. Salete Agra Ramos (Vander Poel) estava entre as denunciadas por ter “participado da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) de Campina Grande como responsável pelas fichas roteiros de politização. Era comunista atuante”(IPM 1426, 1964, VOL.1, p. 30).

A ideia de que o pensamento crítico poderia causar transformações na estrutura política da sociedade era uma preocupação dos militares e, nesse sentido, qualquer conteúdo que levasse as discussões sobre a realidade social brasileira deveriam ser proibidos de circular. De acordo com Scocuglia (2000), uma das bases do Método Paulo Freire eram as chamadas fichas de cultura “que serviam de roteiro prévio ao trabalho dos alfabetizadores e que comandavam toda a aula e o diálogo dirigido”(SCOCUGLIA, 2000, p. 90).

Nesse sentido, a busca pela extinção de todos os focos considerados comunistas era recorrente na cidade e, no caso de Campina Grande, uma patrulha da Polícia militar do Estado, sob o comando do tenente coronel Antônio Soares de Farias esteve na sede e retirou material que era destinado a alfabetização dos adultos. De acordo com o jornal DB, edição de 8 de abril de 1964:

Dentre os livros apreendidos, sabe-se que se encontrava um manual russo de teatro, com páginas sublinhadas, para “ensinamento” dos educandos. O coronel Farias, procurado pela reportagem, nada deixou transparecer a respeito do vasculhamento

efetuado na sede da CEPLAR, limitando-se a continuar sua ida ao Centro (DIÁRIO DA BORBOREMA, 8 DE ABRIL DE 1964, P. 03)⁵⁷.

Com a invasão à sede da Ceplar materiais referentes às fichas roteiros que serviam para a alfabetização dos jovens e adultos foram apreendidos. Em pesquisas realizadas nos IPMs é possível encontrarmos diversos modelos de lições que versavam desde a relação do homem com a natureza até seu despertar às questões políticas na sociedade. Um desses materiais apreendidos constava o seguinte:

[...] Lição 4- Quais são as principais necessidades dos homens? (Habitação, saúde, alimentação, educação, trabalho, etc). 5- Como o seu trabalho de operário ele consegue satisfazer suas necessidades? 6- Quantos homens veem nessa ficha? 7- Se houvesse mais homens a construção iria mais rápida, por quê? 8- Será que se pode dizer o mesmo em relação à vida? (Se todos os homens se unissem e trabalhassem de comum acordo conseguiria fazer muito mais coisa em menos tempo - A união faz a força. Por exemplo, lembremo-nos da formiga, tão pequena, mas unida em grande número consegue remover pesos maiores do que ela [...]) (1º IPM 1426, 1964, VOL 1, P.52)

A mensagem presente nas lições chama atenção dos trabalhadores para as necessidades básicas como habitação, saúde, moradia, educação. Também convida o alfabetizando a refletir sobre as condições de trabalho de forma coletiva, tendo em vista que a “união” dos operários era considerada algo essencial na transformação de vidas.

Além da “união que faz a força”, a mensagem compara o poder do operário a uma formiga que, mesmo pequena e frágil, ao se unir as outras consegue remover “pesos maiores do que ela”. Assim, a partir das leituras de Paulo Freire em que trata da realidade dos sujeitos, bem como comparações que levavam os homens a refletirem acerca da união dos operários enquanto transformadora da realidade é que as lições foram consideradas subversivas.

Dentre os documentos apreendidos no arquivo da Ceplar, tinham lições com abordagens voltadas às ações dos governantes, bem como, o processo de conscientização do trabalhador diante dos dirigentes do país. Tal assertiva é possível compreendermos a partir das seguintes lições:

(...)10- Como reagem os dirigentes do país? por que?- associam-se aos estrangeiros porque esse domínio vai prejudicar somente o povo. Os governos recebem dinheiro, vivem bem, possuem tudo: terra, fábrica e usam a política de domínio do povo, enganando-o. 11- Que devemos fazer para que isso não aconteça? Conscientização

⁵⁷ **APREENDIDO MATERIAL SUBVERSIVO NA CEPLAR.** 8 de abril de 1964. IN: Diário da Borborema, p.03

do povo, divulgação dessas ideias na família, no trabalho. Vê como não se deve confiar nos governos- eles não saíram do povo, mas da classe dominante, não entendem os problemas do povo, são contra eles (...) (IPM 1426, 1964, VOL 1, P. 53).

Os temas dessas lições indicam a preocupação do alfabetizador em conscientizar os estudantes a respeito dos seus governantes que, além de possuir bens materiais ainda enganavam o povo não se preocupando com o bem-estar. Nesse sentido, conscientizar a população acerca da conduta de seus dirigentes, expondo-os enquanto classe que não estava preocupada com os problemas foi, sem dúvidas, considerado um ato subversivo.

Assim sendo, a Ceplar preocupada com a situação educacional brasileira, especificamente paraibana, e relacionada aos movimentos populares, torna-se alvo de perseguição com a instauração da ditadura militar no Brasil e seu método de alfabetização considerado subversivo e comunista. Apesar de ter sido extinta, a Ceplar deixou importante contribuição como forma de resistência para se pensar o lugar do sujeito na sociedade, bem como, a ideia da “mobilização e participação política baseado no método da alfabetização, enquanto instrumento de conscientização e formação de cidadãos conhecedores de seus direitos” (SCOCUGLIA, 2000, p. 181).

2.1.2 Os estudantes e a Universidade: das lutas reivindicatórias no pré-64 a Ditadura militar.

Dentre os movimentos sociais que surgiram na década de 1960 na Paraíba destacaremos a luta dos estudantes que no campo educacional reivindicavam o aumento do número de matrículas nas universidades, as mudanças na estrutura física das Instituições afim de que fossem fornecidas melhores condições de ensino e aprendizagem, bem como, engajaram-se na luta pelo aumento de verbas para as universidades.

Quando trazemos à baila movimentos de resistências por parte dos estudantes, observamos que eles “foram assinalados por passeatas, comícios e grandes manifestações públicas quando da renúncia de Jânio Quadros e posse de João Goulart”. (SCOCUGLIA, 2006, p.43). Para tanto, mesmo antes da instauração do golpe civil-militar em 1964, os estudantes brasileiros, especificamente paraibanos, já estavam na luta contra o desmonte da educação pública e consideravam a greve como melhor alternativa para suas reivindicações no campo educacional.

Nesse contexto de greves, estudantes se constituíram enquanto grupo atuante no cenário público brasileiro, tendo em vista que “as universidades se tornaram centros importantes de mobilização esquerdista, com a realização de seminários, eventos culturais e políticos, manifestações das mais diversas” (MOTTA, 2014, p. 16). Na Paraíba, os estudantes da Escola Politécnica (de engenharia) e da Faculdade de Ciências Econômicas (ambas pertencentes à Universidade da Paraíba), solidários com os estudantes de João Pessoa, declararam-se em greve até que as Autoridades Federais de Ensino resolvessem a situação criada com o bloqueamento das verbas (DIÁRIO DA BORBOREMA, 7 de outubro de 1961, p. 04)⁵⁸.

Como as verbas federais não chegaram “professores e funcionários, decepcionados, sem receberem havia nove meses bufavam e suspiravam saudosos dos magros tempos estaduais. De janeiro a setembro de 1961, ninguém viu a cor do dinheiro federal” (RODRIGUES, 2000, p. 111), ocasionando uma greve no início de outubro de 1961. Rodrigues (2000) acrescenta que:

A entidade estudantil decretou no início de outubro, por seu Conselho (conjunto dos presidentes dos diretórios acadêmicos) uma greve geral com técnicos condicionado à utilização do pagamento dos salários. Ocupada pelos grevistas, a Faculdade de Direito foi transformada em sede do movimento. Para sensibilizar a população promoveram-se vários comícios na capital do Estado (RODRIGUES, 2000, P. 111).

Devido ao bloqueio de verbas para a Universidade da Paraíba, a União Estadual de Estudantes também resolveu decretar quatro dias de greve o que provocou a suspensão das aulas nas Universidades. De acordo com a matéria publicada pelo jornal DB, o reitor Mario Moacyr Porto encontrava-se há três semanas na cidade do Rio de Janeiro, não tomando uma posição com relação ao movimento grevista que estava se instalando na Universidade da Paraíba⁵⁹.

Visando o desbloqueio das verbas para a Universidade da Paraíba os estudantes resolveram entrar em greve como forma de apoio a Instituição e, assim, a luta contra a precarização do ensino. Desta forma, a posição assumida pelos estudantes demonstra o quanto eles estavam articulados, mesmo antes da instauração do golpe civil militar na Paraíba, na luta

⁵⁸ **BLOQUEIO DAS VERBAS DA UNIVERSIDADE CAUSA INQUIETAÇÃO ENTRE PROFESSORES E ESTUDANTES** - Universitários entraram em greve de protesto - Diretores de Faculdades se movimentam. Sábado, 7 de outubro de 1961. IN: Diário da Borborema, p. 04.

⁵⁹ De acordo com o jornal DB a Universidade da Paraíba era “integrada por dez unidades superiores das quais duas são localizadas em Campina Grande e os Diretores das Faculdades Paraibanas tem mantido constante contato entre si procurando adotar uma atitude que venha ajudar na solução do impasse”(DIÁRIO DA BORBOREMA, 7 de outubro de 1961, p.04).

pela educação e com rumos que a greve poderia tomar. Nesse sentido, buscaram esclarecer a população o apoio dado a Universidade.

Em matéria publicada pelo jornal DB, edição de 17 de outubro de 1961, foi observada a seguinte nota:

Sentimo-nos na obrigação de esclarecer a opinião pública a fim de que interpretações apressadas não venham cognominar de vadios estudantes que se sacrificam privando-se de receber os ensinamentos dos mestres para que não seja fechada aos irmãos mais moços, a Universidade que só de nome foi federalizada em maio do corrente ano (...). Aos estudantes pobres, que não poderiam chegar até a Universidade dos grandes Centros, veio ela ao seu encontro, como é o caso da Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, estrategicamente localizada em CAMPINA GRANDE. Lançamos daqui nossa modesta advertência aos Ministros de Educação e outros governantes que tornam cada vez mais difíceis por medidas dessa natureza às condições já de inferioridade dos nordestinos. Welington Maria dos Santos- Presidente. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 17 DE OUTUBRO DE 1961, P. 08)⁶⁰.

Diante da recusa de liberação de verbas para a Universidade da Paraíba, a insatisfação dos estudantes paraibanos também estava relacionada à declaração do Ministro da Educação ao afirmar que “ao Norte bastam as Universidades da Bahia, Pernambuco e Ceará, as outras que se fechem”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 17 de outubro de 1961, p.08). Nesse sentido, atentos a possibilidade de fechamento da Universidade da Paraíba devido à falta de verbas, os estudantes paraibanos temiam ter que se deslocar para outros centros.

Na prática, esse era um fator que assustava os estudantes especialmente aqueles mais carentes, oriundos das classes populares, que buscavam no acesso ao ensino superior uma significativa mudança estrutural em suas vidas. Assim, com o bloqueio de verbas para a Universidade e um “possível” encerramento de suas atividades “somente os estudantes ricos como o Ministro o foi, tem possibilidades de mudar de meio deslocando-se para os maiores centros para cursar uma Universidade” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 17 de outubro de 1961, p.08).

Na tentativa de sensibilização da opinião pública acerca dos problemas educacionais que a Universidade vinha enfrentando, os estudantes paraibanos resolveram aderir à greve de um terço que, a nível nacional, chegou a paralisar grande parte das Universidades brasileiras. Os estudantes do Curso Superior na Paraíba decidiram entrar em greve, “cruzar os braços e esperar que o Governo Federal volte atrás em sua estúpida decisão de não pagar senão um

⁶⁰ **DIRETÓRIO DA POLITÉCNICA MANIFESTA-SE SOBRE GREVE** - Nota distribuída à Imprensa aborda justificativa do Ministro. Terça-feira, 17 de outubro de 1961. IN: Diário da Borborema, p.08.

terço da verba destinada ao funcionamento da Universidade da Paraíba”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 18 de outubro de 1961, p.09).

A greve de um terço⁶¹ foi marcada pela luta dos estudantes e professores para que o Governo pagasse o terço da verba destinada ao funcionamento da Universidade da Paraíba. De acordo com a Nota divulgada pelo jornal DB, o Ministro da Educação conhecido por Oliveira Brito⁶², havia alegado que “os professores das Escolas Superiores da Paraíba, antes da federalização ganhavam ordenados de pouco mais de dez mil cruzeiros, podem agora e devem contentar-se com uma repartição provisória de 40 milhões entre si”.

Diante do posicionamento do Ministro da Educação em afirmar que os professores deveriam contentar-se com os salários vigentes, houve apoio por parte da Imprensa aos estudantes e professores paraibanos, afirmando que o discurso propagado pelo Senhor Oliveira Brito não poderia ser considerado. Em publicação realizada pelo jornal DB foi divulgada a seguinte mensagem:

O Sr. Oliveira Brito não tem o direito de zombar da Paraíba no governo da República, que é parlamentar, não tem o direito de deixar zombar dessa maneira de seu Estado. Infelizmente apesar de tantos paraibanos ilustres nos altos postos desta Nação não parece que a atitude dos estudantes paraibanos vinha a ter nenhum resultado. Eles protestam, mas seu protesto não ultrapassam as fronteiras do Estado. Nossos políticos estão passivos diante do atestado da Paraíba (DIÁRIO DA BORBOREMA, 18 DE OUTUBRO DE 1961, P.09).

A falta de apoio por parte dos senadores e deputados com relação à greve de um terço também foi divulgado na imprensa paraibana como forma protesto aos acontecimentos que envolviam os estudantes e professores. Dessa forma, na tentativa de “não deixar desamparados os estudantes universitários” e de combater os problemas relacionados à verba para a Universidade da Paraíba, o jornal DB divulgou a seguinte matéria:

O mais espantoso, todavia, é que os deputados e senadores da Paraíba estejam assistidos sem protesto a essa inversão absurda nos trâmites legais, determinada por um colega seu, membro da Câmara dos Deputados talvez equivocadamente levado à categoria de Ministro de Estado. Apenas um ou outro discurso na Assembleia e agora a ação mais enérgica do Governador Pedro Gondim concitando a Imprensa regional a uma posição de veemente combate a atitude discriminatória contra a Paraíba no que diz respeito à verba de sua Universidade. Não podemos deixar desamparados nossos

⁶¹ Diferentemente da Campanha de um terço que ocorreu a nível nacional em que estudantes e professores lutavam por representação nos colegiados das universidades.

⁶² Antônio Ferreira de Oliveira Brito, foi eleito deputado federal chegando a ocupar o cargo de Ministro da Educação e Cultura no governo de João Goulart entre setembro de 1961 a julho de 1962. Ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oliveira_brito, acesso em 17.02.2019.

estudantes universitários. Não podemos nesta hora decepcioná-los. Devemos levar-lhes a solidariedade de outras classes sociais até que possa o nosso clamor impressionar a inércia, a passividade, a leviandade dos homens que conduzem nesse momento os destinos do país. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 18 DE OUTUBRO DE 1961, P.09)⁶³.

O segundo mandato do governador Pedro Gondim na Paraíba (1961-1964) vai “coincidir, na sua maior parte com os anos críticos dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart” e com a renúncia de Jânio em agosto de 1961, cujo episódio levou o Brasil ao aprofundamento da “crise na qual o país estava mergulhado, associando a questão da mobilização e da participação populares no cenário político nacional”. (CITTADINO, 1998, p. 113).

Pedro Gondim através de pronunciamentos realizados aos jornalistas no Palácio da Redenção e publicados no jornal defende a imagem do ex-presidente Jânio Quadros ao afirmar que ele não teria mandado arquivar o processo que autorizava o pagamento da verba aos professores e que o Ministro da Educação, Oliveira Brito, teria recusado cerca de cento e trinta milhões de cruzeiros para o pagamento dos professores da Universidade.

Para tanto, assumindo uma posição de combate ao descaso com a Universidade da Paraíba em relação à greve de um terço, Gondim também teria se comprometido a dar ampla cobertura, através de um Comitê de Imprensa montado na sala do Palácio, aos movimentos que estavam tentando prejudicar a Universidade, havendo também na ocasião o comprometimento dos jornalistas em fazer Campanha contra as atitudes do Ministro da Educação a fim de colaborarem com a greve dos estudantes universitários (A GAZETA CAMPINENSE, 22 de outubro de 1961, p. 02).

Apesar de seu governo ter “ficado marcado pela ocorrência de numerosas mobilizações sociais” (CITTADINO, 1998, p. 115), Gondim assume uma posição dualista⁶⁴, como a ocorrida com a greve de um terço, em que defende a imagem do ex-presidente Jânio Quadros e, ao mesmo tempo, se compromete com os estudantes e professores na luta pelo desbloqueio da verba para a Universidade da Paraíba.

Os anos que antecederam o golpe civil militar na Paraíba (1961-1964) são configurados pela luta dos estudantes por uma educação de qualidade em que “amplos setores

⁶³ **PROTESTO DOS ESTUDANTES.** Quarta-feira, 18 de Outubro de 1961. IN: Diário da Borborema, p.09.

⁶⁴ Essa posição dualista apresentada pelo Governo Gondim também é recorrente em outros momentos de seu mandato, como por exemplo, “diante da crescente mobilização camponesa em que manteve uma posição de tolerância e compreensão sem chegar, entretanto, ao franco estímulo ou apoio às ações mais inflamadas” (CITTADINO, 1998, p. 115). No entanto, se até o início de 1964 a posição de Gondim era de tolerância, com a instauração do golpe civil militar “haverá uma radical mudança de comportamento, expressa na adoção de um esquema fortemente repressivo seja no campo ou nos centros urbanos” (CITTADINO, 2016, p.57).

sociais (nos campos e nas cidades) reivindicavam reformas sociais e econômicas, bem como a ampliação da democracia política”(COSTA e CARVALHO, 2007, p.1) num contexto em que foram observadas a tentativa de instauração das reformas de base no governo João Goulart⁶⁵, golpeadas pela ditadura militar no país⁶⁶.

Para tanto, o ano de 1964 foi marcado pela “ampla mobilização política das classes populares com a exacerbação das lutas ideológicas que constituíram impasses de caráter político e ideológico”(COSTA e CARVALHO, 2007, p.4)⁶⁷. Nesse sentido, o golpe civil-militar de 1964 não foi considerado apenas “um simples golpe latino-americano e sim, uma articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos”. (CUNHA e GOES, 2002, p. 31).

Com o apoio das Forças Armadas e da sociedade civil, o golpe civil-militar de 1964 passou a ser categorizado⁶⁸ como um momento “glorioso” na história política brasileira. Assim, as manifestações de solidariedade ao novo regime político partiam “dos mais diferentes setores da sociedade e comungavam de uma ampla confiança em que a democracia estava sendo restaurada e preservada e o país estava sendo liberado da ameaça eminente da dominação vermelha” (CITTADINO, 2006, p. 162).

Recorrendo-se ao discurso de que “as universidades precisavam de mudanças para superar certos arcaísmos” (MOTTA, 2014, p. 9), os apoiadores do golpe iniciaram seus planos de transformações da educação brasileira. Ideias de que o Estado Militar estaria dando “um tratamento mais eficaz aos problemas da educação com a assinatura de acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agency for International Development (AID)” surgem nesse período (GOMES, 2002, p. 24).

No entanto, as chamadas teses reformistas buscavam difundir a ideia de um “ensino superior mais eficiente e produtivo, tendo em vista as necessidades do desenvolvimento econômico e de modernização da máquina pública” (MOTTA, 2014, p.9) e, dentro dessa

⁶⁵ É interessante ressaltar que o “governo Goulart ficou marcado por intensos conflitos de ordem política, econômica e social. O país passava por um momento de recessão e inflação acentuada culminando em uma forte crise econômico-financeira” (COSTA e CARVALHO, 2007, 4). No capítulo seguinte desse trabalho trataremos, de forma mais aprofundada, sobre as Reformas de Base no Governo Goulart.

⁶⁶ É nesse contexto que os estudantes buscaram resistir ao desmonte da educação, que já começava a apresentar os seus primeiros sinais, tendo em vista que “a repressão foi à primeira medida tomada pelo governo imposto pelo golpe de 64. Repressão a tudo e a todos considerados suspeitos de práticas ou mesmo ideias subversivas” (CUNHA e GOES, 2002, p. 36).

⁶⁷ É interessante ressaltar que “a escola da ditadura cerceou a busca de conscientização popular e a conscientização do trabalhador, que era imprescindível para que ele se afirmasse como uma classe da estrutura social” (GOMES, 2002, p. 22).

⁶⁸ Faz referência ao momento posterior ao golpe civil-militar quando “os jornais locais passaram a publicar sucessivas notas de apoio as Forças Armadas alçadas a categoria de “gloriosas” e “salvadoras” (CITTADINO, 2006, p.162).

ordem de modernização do país, a educação se tornava um dos pilares fundamentais a ser “inovados”.

PARTE II
A UNIVERSIDADE E OS ESTUDANTES: UMA REPRESENTAÇÃO
CONSERVADORA NA PARAÍBA.

CAPÍTULO 3

“A REVOLUÇÃO FOI ACEITA PELA NAÇÃO COMO OBRA SALVADORA PARA TODOS”⁶⁹

*Como se sabem, em História, quando ainda se desenrolam
os enfrentamentos nos terrenos de luta, ou mal se
encerram, o sangue ainda fresco dos feridos, e os mortos
sem sepultura, já se desencadeiam as batalhas de memória.
Nelas, os vitoriosos no terreno haverão de se desdobrar
para garantir os troféus conquistados. E a vitória que fora
sua, no campo da luta, poderão perdê-la na memória da
sociedade que imaginavam subjugadas.
(REIS, 2004, P. 30).*

3.1 Construindo o cenário da “Revolução”.

O combate ao Comunismo⁷⁰ no Brasil, a centralização de uma política conservadora nos moldes cristãos e a preservação da “ordem” e da tranquilidade na sociedade foram discursos que serviram como base na construção do golpe civil-militar de 1964. Arquitetado pela ala conservadora brasileira, as atividades conspiratórias a respeito do golpe se intensificaram nos últimos dias de março e envolveram “oficiais-generais, oficiais superiores, governadores, parlamentares e empresários”. (FICO, 2004, p. 15).

De acordo com Fico (2014), não foram poucos os setores da sociedade que apoiaram o golpe e nessa esteira seguiram a imprensa e a Igreja Católica, além de “amplos setores da classe média urbana e instituições que se tornaram posteriormente opositoras do regime, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI)”(FICO, 2014, p.7). Para Toledo (2004), o ano de 1964 significou um golpe contra a democracia política brasileira, pois pode ser considerado como:

[...] um movimento contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país (TOLEDO, 2004, P. 2).

⁶⁹ Compõe título da matéria divulgada pelo jornal Diário da Borborema. Edição de 1 de abril de 1964.

⁷⁰ O termo significa ideologia política, sendo um elemento importante para justificar a intervenção militar no país. Nesse contexto, o termo foi apropriado e afirmar que era preciso combater o comunismo significava combater aqueles que estavam se articulando contra a segurança do Brasil e, conseqüentemente, contra a ordem e tranquilidade de seu povo. Nesse sentido, os discursos construídos em torno “do perigo comunista ganhavam tons alarmante, haja vista que a posse de Jango a Presidência do Brasil representaria um avanço e consolidação do comunismo no país”. Para maiores informações ver: CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE- 1960 – 1968)** – Recife, 2015, p. 96.

Para tanto, o golpe civil-militar de 1964 no Brasil representou a conquista da elite conservadora no poder em contraposição aos interesses da classe trabalhadora e suas conquistas sociais. Os motivos que levaram ao golpe civil de 1964 se apresentam de forma diversa, culminando em análises sociais e políticas no sentido de compreender as suas causas e desdobramentos.

Para Fico (2004), se o golpe de 1964 foi civil e militar, o que sobressaiu foi o papel da dos militares. Vale lembrar que “além das movimentações de tropas desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo governo”. (FICO, 2004, p. 38) e, dessa forma, o golpe foi fruto da articulação dos militares baseados na ideia da desordem política, do perigo comunista que ameaçavam a sociedade e de um possível ataque à disciplina dos militares (FICO, 2004, p. 40).

Segundo Toledo (2004), o mais apropriado seria afirmar que 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira, representando um movimento “contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores, um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país”(TOLEDO, 2004, p. 02). Dessa forma, o golpe de 1964 “seria o único caminho viável para a conquista do poder” (FICO, 2014, p.31) e a derrubada do Presidente Goulart por parte de seus conspiradores estavam nos planos do movimento golpista de 31 de março⁷¹.

Mesmo diante de toda a resistência dos militares a impedir a sua posse, na concepção dos militares, João Goulart quando fora Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas (1953-1954) já havia mostrado “suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais além de ter nomeado esquerdistas para cargos importantes no ministério” (FICO, 2014, p. 18).

Ao ser eleito Presidente João Goulart passou a atuar no “escopo da democracia social no Brasil o que trouxe certo desconforto aos conservadores que com ela não concordavam” (DELGADO, 2012, p. 177). Sendo assim, as forças conservadoras da sociedade como a Igreja Católica, os proprietários rurais, os setores da classe média e as Forças Armadas constituíram

⁷¹ Nesse sentido, vale salientar que desde quando João Goulart fora eleito vice-presidente da República nas eleições de outubro de 1960, ao lado do Presidente Jânio Quadros, não se sabia que meses depois, em agosto de 1961, enquanto ele estava na China aconteceria “à inesperada renúncia de Jânio à Presidência da República o que pegou a todos de surpresa e nunca foi bem explicado”(FICO, 2014, p. 15). Uma hipótese desse momento é que Jânio Quadros teria renunciado ao Governo e esperava o fechamento do Congresso que lhe fazia oposição, bem como a saída do povo às ruas exigindo a sua volta, o que não ocorreu. Maiores informações em: TOLEDO, Caio Navarro. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia.** Rev. Bras. Hist. vol.24 no. 47 São Paulo 2004, p.3.

forte atuação na desestabilização do governo Goulart⁷², o que contribuiu com a destituição de seu governo culminando no golpe civil militar de 1964.

É interessante ressaltar que nos últimos dias de março de 1964 o governo Goulart “que contava com elevada simpatia junto à opinião pública ruíu como um castelo” (TOLEDO, 2004, p. 2). Para compreendermos esse contexto, o autor acrescenta que:

As classes populares e trabalhadoras estiveram ausentes das manifestações e passeatas que em algumas capitais do país pediam a destituição de Goulart. Embora não se opusessem ao governo, os setores populares e trabalhadores nada fizeram para coibir a derrubada do governo. As forças políticas que afirmava representar esses setores nenhuma ação efetiva desenvolveram para impedir o golpe anunciado (TOLEDO, 2004, P. 2).

Assim sendo, o processo de desestabilização do governo Goulart se deu antes e após o golpe civil de 1964, tendo em vista que “não foram poucas as iniciativas que provocaram e induziram à desqualificação do presidente João Goulart, sendo desenvolvida por seus opositores desde a sua posse como Ministro do Trabalho em 1953” (DELGADO, 2012, p.178). Ainda de acordo com a autora sobre o contexto pré-64 “estenderam-se, com vigor, à conjuntura pré-64 e ganharam fôlego nos anos seguintes ao golpe que o depôs. A elas se somou um silêncio que urdiu um esquecimento consoante com o objetivo dos responsáveis pelo regime autoritário de legitimar suas ações” (DELGADO, 2012, p. 178).

Aos poucos estava se montando o cenário do golpe civil-militar no Brasil e como a acusação de ser comunista e esquerdista acompanhou o governo Goulart durante o seu percurso na presidência da República, a tentativa da ala conservadora a direita se constituía no desejo de retirá-lo do poder. Nesse sentido, foram construídas diversas denominações acerca de Goulart como forma de caracterizá-lo como um governo de “traição nacional, de orientação social-democrático-reformista e até mesmo de orientação revolucionária” (TOLEDO, 2004, p. 02).

Considerado um homem simples e de convívio com o povo, Goulart passou a ser alvo de uma campanha de desestabilização de seu governo através “de atividades de propaganda política variada, capitaneadas pelos IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que afirmavam a incompetência do governo

⁷² De acordo com Delgado (2012), “os conspiradores contaram com o apoio de organizações como: Agência Central de Inteligência Norte Americana (CIA), Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Ação Democrática Parlamentar (ADP), Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Liga da Mulher Democrata (LIMDE), além de jornais grande imprensa, como o Estado de São Paulo e O Globo, que eram historicamente anti trabalhistas”. Ver mais em: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas**. Rev. Grafia Vol.9-enero-diciembre-2012, p. 183.

e sua tendência esquerdista” (FICO, 2004, p.15). Para Fico (2014), o IPES e o IBAD tiveram importante papel na articulação contra o governo Goulart contribuindo no processo do golpe civil-militar, pois:

Enquanto a IBAD teve intensa atuação como repassador de recursos para os candidatos que, nas eleições de 1962, se posicionaram contra Jango, o IPES contava com grupos de empresários e simpatizantes mais fortes no Rio de Janeiro e São Paulo promovendo campanha de propaganda e se articulando com outros movimentos de oposição ao governo como as reformas de base, a Campanha da Mulher pela Democracia-Camde e associando o Governo Jango ao comunismo a partir de atividades relacionadas a palestras, cursos e distribuição de publicações(FICO, 2014, P. 34-35).

Como resultado imediato do golpe civil-militar ocorreu à deposição de Goulart que ao declarar na imprensa o ano de 1964 seria o ano das Reformas de Base⁷³ que o “Congresso consciente das necessidades gerais do país e dos anseios do povo brasileiro, teria que atender ao chamamento patriótico do Chefe da Nação”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 03 de janeiro de 1964, p. 02)⁷⁴ lança o pontapé inicial na derrocada de seu governo.

Visando um projeto que estivesse relacionado às mudanças estruturais em diversos setores da sociedade brasileira, as reformas de base objetivavam “promover alterações estruturais que garantissem a superação do subdesenvolvimento e permitissem a diminuição das desigualdades sociais no Brasil” (DIAMICO, 2007, p. 2).

A estratégia de Goulart era “levar a mensagem das Reformas de Base a fim de pressionar o Congresso Nacional originando a partir desse momento o famoso comício da Central⁷⁵, programado para ser o primeiro de vários” (FICO, 2014, p. 44). Assim, ao prometer encaminhar ao Congresso projetos das citadas reformas, João Goulart radicalizava em seu discurso a favor de mudanças profundas na estrutura da sociedade e tais promessas ganharam notoriedade, haja vista que “poucos foram os atos públicos que tiveram tanto impactos e repercussão na vida política de nosso país como a das reformas de base” (COSTA e CARVALHO, 2007, p. 3).

⁷³ Pode ser dividida em “reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária, universitária e eleitoral. As Reformas de Base defendiam a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e sargentos; defendiam medidas nacionalistas como a de maior e mais amplas intervenções do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior” (DIAMICO, 2007, p. 02).

⁷⁴ A matéria intitula-se: **SEN. ARGEMIRO: 1964 SERÁ O ANO DAS REFORMAS DE BASE- Confiança nas declarações do Presidente João Goulart.** 3 de janeiro de 1964. IN: Diário da Borborema, p. 02.

⁷⁵ Ocorrido no Rio de Janeiro numa sexta-feira, 13 de março de 1964.

Sendo assim, a fim de pressionar o Congresso na realização das Reformas de Base, em especial a reforma agrária, foi promovido o comício que deveria ser “realizado nas capitais do país até o dia 24 de agosto de 64, décimo aniversário da morte de Vargas” (COSTA e CARVALHO, 2007, p. 7). De acordo com os autores, nesses comícios se acirravam as disputas entre o governo Goulart e o Congresso, ambos trocando acusações acerca de uma possível realização das reformas:

Nestes comícios Jango buscava fortalecer a sua imagem de político comprometido com as reformas sociais e ao mesmo tempo, se dedicava ao esforço de transmitir à sociedade uma imagem depreciativa do Congresso como sendo o grande obstáculo à realização das mesmas. O Congresso, por sua vez, acusava o governo de impor dificuldades sempre que, através de negociações políticas, se delineava uma possibilidade de acordo para a realização das reformas. E, desta forma, tais reformas não saíam do âmbito das propostas, com os dois poderes, Executivo e Legislativo, se acusando mutuamente pela responsabilidade da sua não realização (COSTA e CARVALHO, 2007, P. 7).

Partindo da presunção de que Goulart estaria tentando “forçar o Congresso a se curvar a realidade brasileira” (FICO, 2014, p. 39) e que um golpe de Estado estava sendo articulado sem participação do Congresso⁷⁶ é que foi sendo difundida a ideia de que o país se tornaria comunista o que na versão dos militares ameaçaria a “democracia” brasileira. Assim sendo, para a classe conservadora a direita de 1964, o “movimento se fez contra Goulart, contra a corrupção, contra a subversão”(TOLEDO, 2004, p. 2).

É interessante ressaltar que as propostas relacionadas à reforma agrária, era algo que “ganhara trânsito em diversos setores da sociedade brasileira e conseguir executá-la lhe traria popularidade, sobretudo, entre os trabalhadores urbanos e rurais” (FERREIRA, 2014, p.161). De acordo com Toledo (2004), Goulart levantava a bandeira da reforma agrária, afirmando em discurso que:

No dia 1º de maio de 1962 propunha a revisão do artigo 141 da carta de 1946 que condicionava as desapropriações da terra à “prévia indenização em dinheiro”. Para o conjunto dos partidos e movimentos sociais que defendia as reformas, a manutenção desse artigo da Constituição, na prática, inviabilizava a reforma agrária. Desde essa época, entidades ruralistas, setores da Igreja Católica, partidos liberais e conservadores radicalmente contrários à revisão constitucional fizeram campanha nacional contra a chamada reforma agrária “radical” do governo (TOLEDO, 2004, P.05).

⁷⁶ Essa ideia partiu do político Leonel Brizola que “lardeava nos jornais que poderia haver um golpe de direita ou de esquerda no Brasil. Esse atitude de Brizola estava relacionada ao discurso violento que tinha proferido contra o general Antônio Carlos Murici, chamando-o de gorila e coube a Goulart, a pedido do general Castelo Branco impedir que Brizola repetisse os ataques”. Maiores informações ver: FICO, Carlos. **O golpe de 64: momentos decisivos**/ Carlo Fico- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 38.

Os projetos relacionados à redistribuição de terras aos camponeses inquietavam uma aristocracia latifundiária que desejosa de continuidade na concentração de poder se manifestava contrária ao projeto das reformas e, conseqüentemente, contrária ao governo Goulart. Ao defender a ideia de que realizaria a reforma agrária como forma de desenvolver o país e uma suposta alteração na Constituição Nacional, Goulart visava “eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade a milhões de trabalhadores rurais” (DIAMICO, 2007, p. 74).

Ao garantir em seu discurso que “desapropriaria terras às margens de rodovias e ferrovias federais, João Goulart mostrava sua disposição para realização de uma reforma agrária de fato, ou seja, por meio de desapropriações” (COSTA e CARVALHO, 2007, p. 8). No entanto, o projeto de reforma agrária nunca aconteceu bem como os demais projetos acerca das reformas de base, pois segundo Skidmore (1982), o “decreto da reforma agrária era um ataque indireto aos problemas mais difíceis e controvertidos da estrutura social brasileira e, portanto, da política interna” (1982, p. 350).

Não conseguindo a efetivação das reformas de base na sociedade brasileira e tendo um governo marcado por conflitos relacionados às questões política, social e econômica, o cenário que levaria a deposição do presidente Goulart estava aos poucos se construindo. Marcada por “iniciativas golpistas de direita”⁷⁷, o discurso acerca do golpe civil-militar de 1964 aos poucos estava sendo forjado, ganhando o sentido de “Revolução” por parte da ala conservadora a direita e se legitimando na sociedade a partir das ideias acerca da ameaça comunista.

Sendo assim, foram construídos discursos no sentido de legitimar o golpe civil militar de 1964 com base numa “Revolução” que teria a função de “salvar a democracia, combater a corrupção e erradicar a subversão, forjando assim a plataforma que sustentava o processo de construção da memória política do ponto de vista dos agentes do poder”(CARDOSO, 2011, p. 135).

O golpe civil-militar veio para destruir as organizações políticas e “reprimir os movimentos sociais de esquerda e progressistas, sendo saudado pelas classes dominantes e seus ideólogos civis e militares como uma autêntica Revolução redentora” (TOLEDO, 2004, p. 06). Nesse interim, é interessante ressaltar que qualquer proposta que visasse o

⁷⁷ Expressão utilizada pelo historiador Carlos Fico ao fazer referência à posição de Goulart diante dos acontecimentos de 1964. Segundo Fico (2014), “Goulart caiu sem resistência, não acionando o seu dispositivo militar, que supostamente resistiria a iniciativas golpistas da direita(...) Pretendeu evitar uma guerra civil, ou apenas avaliou que seria inútil resistir. Saiu do país, mas antes mesmo disso perdeu o seu mandato”(FICO, 2014, p. 18).

desenvolvimento do Brasil era considerada uma ameaça, tendo em vista que no projeto de “Revolução” pensado para o país o conjunto das reformas de base era constituído por possíveis mudanças na estrutura da sociedade, o que possibilitaria uma redução das desigualdades sociais.

Se de um lado é possível observarmos um incipiente golpe contra as reformas sociais enquanto proposta de governo, por outro lado tínhamos um cenário em que a instauração do golpe-civil militar representava a perda da democracia no país. Nesse sentido, os conspiradores do golpe de 1964 esperavam certa resistência do governo Goulart, o que não aconteceu. Não havendo nenhuma resistência aos golpistas ao alegar não querer “assistir uma guerra-civil no país, Goulart negou-se a atender alguns apelos de oficiais legalistas no sentido de ordenar uma ação repressiva-de caráter intimidatório. Preferiu o exílio político” (TOLEDO, 2004, p. 6).

3.1.1 “A Revolução está na rua”: Pedro Gondim e a defesa das “liberdades democráticas” na Paraíba.

Na conjuntura nacional o discurso produzido pelas classes conservadoras era a luta contra o “domínio comunista” e a garantia das “liberdades democráticas” para o país. Na Paraíba, especificamente em Campina Grande, o clima acerca dos acontecimentos nacionais seguia os discursos produzidos em defesa do regime “democrático” para o Brasil com episódios que envolviam as classes conservadoras da cidade. Confraternizações em salões com a presença de políticos ilustres eram exemplos que demonstravam o interesse de parte da elite campinense em discutir sobre os acontecimentos, a nível nacional, que norteavam os rumos da “Revolução de 64” na Paraíba.

Assim, no dia 31 de março de 1964 no Salão do Campinense Clube ocorreu uma solenidade que contou com a presença de políticos locais. De acordo com Marques (2011), a vida social de Campina Grande vinha sendo embalada desde o início do século XX pelo Campinense Clube e segundo a autora, aos sócios que faziam parte da elite da cidade eram oferecidos:

Bailes, apresentações de piano, jazz, tango, aulas de “etiqueta” e seus oradores eram tidos como “notáveis”, tendo em vista que seus primeiros presidentes eram os próprios prefeitos da cidade ou membros da maçonaria, o que caracterizava o Campinense Clube como um “clube da elite”. Participar de um Clube social como o Campinense conferia status e reconhecimento social (MARQUES, 2011, P. 31-33).

Assim, dentre os sócios do Campinense Clube estava Joacil de Brito Pereira⁷⁸. Reunido no Clube no dia 31 de março de 1964 o deputado explicou aos presentes que o objetivo de formação da Frente Democrática Paraibana era recolher assinaturas daqueles que desejavam ingressar no Movimento de luta em defesa do “Regime Democrático”. Esse evento político ocorrido em Campina Grande ganhou destaque na imprensa paraibana, sendo publicada pelo jornal DB a seguinte matéria:

CONFRATERNIZAÇÃO

Às 11,30, no mesmo local, os adeptos da FPD participaram de um almoço de confraternização, dentro de um ambiente de cordialidade.

O Sr. Joacil de Brito Pereira, de improviso, fez completa análise da atual situação política nacional, advertindo, de início que “somente um amplo movimento de opinião pública poderá salvar o país dos inimigos do regime”. Durante sua oração, o parlamentar era constantemente interrompido por salvas de palmas de quantos participavam do encontro (DIÁRIO DA BORBOREMA, 31 DE MARÇO DE 1964, P. 03)⁷⁹

Caracterizada enquanto Confraternização, esse evento político ocorrido no salão do Campinense Clube reforçava o discurso propagado pela elite campinense em “salvar o país dos inimigos do regime”, visando mobilizar a população acerca da necessidade de manter a ordem e a tranquilidade na sociedade sob a intervenção militar. Para tanto, com a instauração do golpe civil-militar e a tomada do poder pelos militares em 1964 esse discurso conservador estava se legitimando, aos poucos, no cenário paraibano.

Nesse contexto de golpe civil-militar em Campina Grande o prefeito Newton Rique comunicou ao povo campinense que estava acompanhando atentamente o desenrolar dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, buscando manter contato com as autoridades políticas na tentativa de acalmar a população sobre a situação política brasileira. Assim, Newton Rique procurava através de seus discursos garantirem a população campinense que os serviços de utilidade pública continuariam “a ser prestados, sem interrupção, apelando ainda ao povo no sentido de que se mantenha calmo” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 01 de abril de 1964, p. 02).

⁷⁸ “Em outubro de 1962 reelegeu-se deputado estadual. Vice-diretor da Escola de Engenharia da UFPB e vice-presidente da OAB-PB, com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a instauração do bipartidarismo filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar em vigor no país desde abril de 1964”. Fonte: CPDOC <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joacil-de-brito-pereira-1>, acesso em 18 de abril de 2018.

⁷⁹ Matéria intitulada **INSTALADA FRENTE DEMOCRÁTICA PARAIBANA EM CAMPINA GRANDE**. Terça-feira, 31 de março de 1964. IN: Diário da Borborema, p. 03.

No jornal Diário da Borborema foi publicada uma mensagem em que Newton Rique “apelava a todo o povo que se mantivesse calmo, aguardando que, superadas as divergências, seja encontrada a fórmula que permita o retorno à hegemonia e a paz social da nação brasileira” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1 de abril de 1964, p.02)⁸⁰.

Com a instauração da Ditadura militar no Brasil em 1964 e a posterior cassação de Newton Rique, partimos da pressuposição de que um dos fatores que contribuíram para esse momento foi o seu apoio às reformas de base do ex-presidente João Goulart, bem como os laços de amizade formados ao longo de sua trajetória política.

Considerado um comunista/esquerdista foi “produzido um Inquérito Policial Militar que chegou às mãos do Presidente Castelo Branco, denunciando a origem política de Newton Rique”(Aguiar, 2014, p.66) e, posteriormente, a Câmara Municipal fez “João Jerônimo da Costa prefeito de Campina Grande, e para o cargo de vice-prefeito, o também vereador, Noaldo Dantas (...), legitimando-se assim a trama e o roteiro imposto” (AGUIAR, 2014, p.68).

Enquanto a cassação de Newton Rique acontecia em Campina Grande e marcava um dos primeiros episódios da instauração do golpe civil-militar na Paraíba, o governador Pedro Gondim⁸¹ em entrevista concedida ao jornalista Nonato Guedes e ao Diretor do jornal A União, relatou que “não sabia dos acontecimentos revolucionários” que adentravam a Paraíba em março de 1964:

Por sinal, devo lembrar que quem me deu o primeiro aviso de que irrompera um movimento revolucionário foi o padre Manoel Batista de Medeiros. Estava em minha casa de veraneio, uma casa alugada a Luciano Wanderley, pelo Estado, numa rede, no alpendre do primeiro andar, e ouvi aquela voz gritando: “Governador! Governador!” e o identifiquei. Ele foi me dizendo: “A Revolução está na rua!”. Logo mais chegavam, salvo engano, Robson Duarte Espínola e Silvio Porto, que iam buscar para o Palácio. Como veem, eu não estava por dentro do evento revolucionário (GUEDES et al. 1994, P.404).

Pensando na trajetória política de Pedro Gondim compreendemos que ao ser eleito governador da Paraíba com o apoio da União Democrática Nacional, aliado das forças

⁸⁰ Matéria intitulada **NEWTON RIQUE, EM NOTA OFICIAL, CONCLAMA POVO A PRESERVAR A ORDEM E MANTER A TRANQUILIDADE**. 1 de Abril de 1964. IN: Diário da Borborema, p. 02.

⁸¹ Caracterizado como um *Governo entre a Tolerância e a (In)Decisão*, fazendo referência a um dos capítulos da obra **O jogo da verdade. Revolução de 64 30 anos depois**, cuja organização geral é do historiador José de Octávio Arruda Mello. Foi publicada em 1994 e retrata o contexto da Paraíba desde os momentos que antecedem o Movimento de 64, passando pelo episódio de 31 de março de 1964 e dando-se ênfase as várias discussões acerca dos acontecimentos que culminaram no Golpe militar de 64, bem como traz outro olhar acerca da construção desse momento histórico denominado Revolução de 64. Assim, vários são os desdobramentos na visão de autores como Luísmar Resende de Assis que elenca *A Revolução e o Desenvolvimento Nacional*, F. Pereira Nóbrega ao tratar sobre *A revolução que não vi*, entre outras temáticas acerca desse período.

conservadoras na Paraíba, ele também “não poderia prescindir do apoio das forças populares e de esquerda que se tornaram a base de sua campanha e que desempenharam um papel significativo na fase inicial de seu governo” (NUNES, 2014, p. 87).

Para tanto, o governo Gondim foi marcado em seus momentos iniciais da caminhada política por uma dualidade entre as forças conservadoras que tinham ajudado a colocá-lo no poder e as forças consideradas de esquerda. Ou seja, de um lado o governador da Paraíba contava com o apoio dos proprietários de terras e, por outro lado, buscava atender as reivindicações dos camponeses.

Pedro Gondim em seu discurso inicial considerava as “Ligas Camponesas um fenômeno natural decorrente de uma luta entre o legal e o justo” (CITTADINO, 2014, p.19-21), porém a partir do episódio de Mari⁸² em que o Governador procede à “montagem de um forte esquema de repressão aos camponeses, bem como a não permissão para realização de manifestações contestatórias em João Pessoa e outras localidades”(NUNES, 2014, p.87-88), ele demonstrará sua inclinação política articulada à ação golpista em defesa de uma suposta “ordem democrática” na Paraíba.

A posição dualista assumida por Gondim também é discutida pela historiadora Cittadino (2014) em seu trabalho *Pedro Gondim: Um Governador entre Deus e o Diabo* ao afirmar que seu governo foi “encurralado entre a crescente pressão dos trabalhadores rurais e das forças de esquerda e os compromissos com os grupos agrários tradicionais do estado” (CITTADINO, 2014, p.26).

Para tanto, de “governo encurralado” entre as forças de esquerda e o compromisso com os grupos conservadores que o conduziram ao poder, o governador Pedro Gondim assume uma posição de apoio ao conservadorismo, o que demonstra também “uma franca sintonia do Governo do Estado com os interesses e o pensamento das Forças Armadas” (NUNES, 2014, p. 88).

Assumindo uma postura em defesa das classes conservadoras na Paraíba, o governo de Gondim é identificado “com a vocação histórica do povo paraibano que deseja neste episódio o cumprimento efetivo das liberdades públicas consubstanciadas na defesa intransigente do regime democrático” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1 de abril de 1964, p.02). Assim, sua

⁸² De acordo com Nunes (2014), nesse episódio o governador Gondim demonstrou estar ao lado das forças conservadoras na Paraíba quando enviou para Mari policias comandado pelo Coronel Luiz de Barros a fim de reprimir os camponeses. Ainda de acordo com o autor, Gondim faz alterações no aparato policial buscando reforçar a relação entre o seu governo e as Forças Militares do Estado (NUNES, 2014, p.87). Ver mais em: **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania** / Elder Dantas, Paulo Giovani Antonino Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, organizadores. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

decisão de apoiar as classes conservadoras foi importante no sentido de garantir a sua permanência à frente do Governo do Estado, contribuindo também no processo de legitimação da “Revolução de 64” na Paraíba.

Pela posição conservadora à direita assumida quando compareceu a Rádio Tabajara para pronunciamento ao povo paraibano Gondim recebeu a solidariedade de alguns setores da sociedade que o apoiaram no projeto de “Revolução” à Paraíba. Assim, em pesquisas realizadas no jornal A União é possível identificarmos como transcorreu esse momento:

A atitude do governador Pedro Gondim declarando-se, ontem, através de pronunciamento feito pela Rádio Tabajara, solidário com o movimento nacional em defesa das Instituições traduziu em sua verdadeira dimensão os sentimentos democráticos e cristãos do povo paraibano, razão por que o Chefe do Executivo vem recebendo de todos os pontos do Estado telegramas de solidariedade e congratulações. Transcrevemos a seguir despacho enviado, ontem, ao Governador do Estado:

(...) João Pessoa, 1- O Sindicato dos Lojistas do Comércio de João Pessoa, hipoteca a V. Excia, irrestrita solidariedade, face a grata atitude que acaba de tomar, ficando ao lado do movimento de legalidade deflagrada pelas gloriosas forças armadas do país, com o que o eminente governador colocou a Paraíba na sua tradicional linha histórica e defesa da liberdade e das instituições democráticas. Atenciosas saudações- Ildefonso Leite Cavalcante (A UNIÃO, 2 DE ABRIL DE 1964, P. 03)⁸³.

Muitos foram os pronunciamentos de apoio a Gondim. Para os conspiradores do golpe civil-militar de 1964 a ideia era estabelecer “ordem” política na Paraíba com um discurso baseado na defesa das Instituições democráticas. Se apropriando desse discurso o governador conseguiu o apoio de diversos setores da sociedade paraibana, tendo em vista que estava “chegando de vários recantos do Estado e do país mensagens telegráficas de apoio e aplausos à posição assumida pelo governador Pedro Gondim” (A UNIÃO, 19 de abril de 1964, p. 08).

Dentre as diversas localidades da Paraíba que encaminharam mensagens de congratulações ao governador faremos referência às cidades de Campina Grande e João Pessoa⁸⁴ ao longo do nosso estudo, pois ao lançarmos nosso olhar acerca da produção existente sobre esse momento histórico encontramos importantes matérias sobre as mensagens

⁸³ Matéria intitulada **PRONUNCIAMENTO DE PEDRO GONDIM TRADUZIU CONVICÇÕES DA PARAÍBA**. 2 de abril de 1964. IN: A União, p.03

⁸⁴ Nossa escolha se faz mediante as pesquisas realizadas anteriormente nos jornais A União, Diário da Borborema, Correio da Paraíba e O Norte quando foi constatada uma maior concentração de publicações sobre o nosso objeto de pesquisa em que relacionam as duas cidades. Dessa forma, ao longo do nosso estudo que tem como foco central a Paraíba nos voltaremos, especificamente, às cidades de Campina Grande e João Pessoa como recortes espaciais. Campina Grande tem uma importante recorrência nos jornais devido às diversas publicações que enfatizam a Universidade da Paraíba, atuação dos estudantes secundaristas e universitários, entre outras matérias enfatizadas. A cidade de João Pessoa foi escolhida por ser a capital da Paraíba, sede do Governador Pedro Gondim, local de onde partiam as decisões políticas da Paraíba sendo recorrente também nos jornais pesquisados.

chegadas ao Palácio da Redenção, como a publicada pelo jornal *A União* no dia 19 de abril de 1964:

Campina Grande-17- A Associação Comercial de Campina Grande renova e reafirma a V. Excia, sua solidariedade e ao mesmo tempo destaca a alta significativa da posição assumida no seu Governo o integral apoio das Forças Democráticas repetindo magnificamente os nossos pensamentos- Saudações- Antônio Almeida Barreto- Presidente.

João Pessoa-18- Associando-me aos sentimentos de alegria de toda a Paraíba com a chegada da V. Excia, do Sul do País, onde tratava dos altos interesses do Estado, envio meus votos de bem-vindas a V. Excia, grande democrata e orgulho dos paraibanos- Armando Ferreira dos Santos- Prof do Ginásio Estadual de Santa Rita (A UNIÃO, 19 DE ABRIL DE 1964, P.08)⁸⁵.

As mensagens de apoio a Gondim partiam de vários setores da sociedade. A Câmara Municipal de João Pessoa ao se reunir para debater sobre os últimos acontecimentos da Capital também enviou ao Governador, através de seus vereadores, mensagens de congratulações pela posição tomada diante dos acontecimentos na Paraíba. Em matéria publicada pelo jornal *A União* foi divulgada a seguinte mensagem:

A Câmara Municipal de João Pessoa teve ontem uma de suas mais movimentadas reuniões, tendo sido assunto dominante os últimos acontecimentos que se desenrolam no País.

Como primeiros oradores, falaram os vereadores Milton de Almeida e Cícero Leite, os quais dirigiram aplausos e votos de congratulações ao Governador do Estado, Sr. Pedro Moreno Gondim, pela posição tomada, e em face do seu pronunciamento a respeito da crise político-militar que domina a Nação, tendo como palco o Estado de Minas Gerais (A UNIÃO, 2 DE ABRIL DE 1964, P.02)⁸⁶.

Diante da posição conservadora assumida por Pedro Gondim quando divulgou estar ao lado da “Revolução” na Paraíba, a Câmara Municipal de João Pessoa declara seu apoio à iniciativa do governador usando o discurso de que estariam ao lado do povo paraibano, tendo em vista os acontecimentos que abalaram a “tranquilidade” da vida nacional. Para tanto, seus membros tomaram a decisão de manter “sessão permanente até que a consciência e o patriotismo da Nação reconduzissem o Brasil à serenidade de sua marcha pela estrada do progresso, sob a bandeira da liberdade e do respeito pelas instituições” (A UNIÃO, 3 de abril de 1964, p. 03)⁸⁷.

⁸⁵ Matéria intitulada **GOVERNADOR CONTINUA RECEBENDO APLAUSOS DE TODOS OS PARAIBANOS**. 19 de abril de 1964. IN: *A União*, p. 08.

⁸⁶ Matéria intitulada **VOTOS DE APLAUSOS AO GOV. PEDRO MORENO GONDIM**. 2 de abril de 1964. IN: *A União*, p.02.

⁸⁷ Matéria intitulada **CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**. 3 de abril de 1964. IN: *A União*, p.03.

O jornal *A União* também publicou sobre a posição assumida pela Câmara Municipal de Campina Grande, ao afirmar que alguns vereadores campinenses, liderados por Noilton Dantas e Argemiro de Figueiredo Filho⁸⁸, cogitaram a realização de uma sessão extra na tarde do dia 02 de abril de 1964. Porém, alegavam que o Presidente João Jerônimo, “baseado no regimento interno da Casa, indeferiu o requerimento, adiantando que somente após 48 horas da convocação seria permitido realizar a requerida sessão” (A UNIÃO, 3 de abril de 1964, p.03).

Além de evidenciar a atuação da Câmara Municipal de Campina Grande, o jornal *A União* declarou que a população campinense vinha acompanhando com “vivo interesse” o desenrolar dos acontecimentos que agitavam a vida do país, sendo que o discurso propagado na imprensa era de que Campina Grande permanecia em perfeita “ordem e tranquilidade”. A informação presente nos jornais acerca dos acontecimentos políticos que embalavam a cidade era de que não havia paralisação na vida comercial, industrial ou em qualquer outro setor, com exceção dos estabelecimentos bancários que “obedecendo ao decreto presidencial que determinou feriado bancário nos dias 1, 2 e 3 do corrente suspenderam seus expedientes, que só voltarão ao normal na próxima segunda-feira” (A UNIÃO, 3 de abril de 1964, p.03)⁸⁹.

Assim sendo, vimos que o papel da imprensa foi importante no processo de legitimação do golpe, ao se tornar uma precursora na trama golpista e na divulgação do projeto de “Revolução” imposto por seus conspiradores. Dessa forma, propagar a ideia de que a vida social paraibana seguia seu percurso sem alterações negativas para os diversos setores da sociedade se constituía numa bandeira defendida por seus apoiadores quando da instalação do golpe civil militar de 1964.

É interessante ressaltar que além da Câmara Municipal de Campina Grande os estudantes a capital também enviaram a Pedro Gondim a sua solidariedade em defesa da “ordem e das liberdades democráticas”. Segundo o jornal *A União* esteve no Palácio da Redenção uma Comissão de estudantes do curso de Direito a fim de transmitir suas congratulações ao Governador e dentre esses estudantes estavam:

Severino Ramalho Leite, Paulo Gadelha, Pedro Adelson Guedes, Geraldo Magela, José Coelho Marques, Marcus Odilon Ribeiro Coutinho e Sunara Figueiredo. Esses

⁸⁸ Seu nome é usado atualmente como Logradouro: Rua Vereador Martin Noilton Dantas (Condomínio Serra da Borborema) Os jornais da época não trazem maiores informações sobre a trajetória política de Noilton, bem como outras pesquisas realizadas por nós não foi possível encontrarmos maiores informações a respeito de sua atuação enquanto vereador. Seguindo essa mesma linha, também não encontramos informações sobre o Argemiro de Figueiredo Filho. No entanto, sabemos que o seu pai foi o Governador Argemiro de Figueiredo, o qual, também dá nome a uma importante Avenida da cidade de João Pessoa-PB.

⁸⁹ Matéria intitulada **CAMPINA (TRANQUILA) ACOMPANHA O DESENROLAR DOS ACONTECIMENTOS**. 3 de abril de 1964. IN: *A União*, p.03.

universitários, que acabaram de lançar manifesto em favor da nova ordem implantada no País, dado a conhecer depois de movimentada reunião levada a efeito na Faculdade de Direito, integrara, justamente, com apoio de outros colegas (A UNIÃO, 3 DE ABRIL DE 1964, P.03)⁹⁰.

O apoio ao governador Pedro Gondim partia de vários setores da sociedade paraibana, tendo importante participação também dos estudantes universitários. Considerados de espectro “direita”, esses estudantes quando apoiaram o golpe civil na Paraíba forjado num projeto de “Revolução” associava em seus discursos as ideias de progresso e desenvolvimento à nação.

Os universitários paraibanos prestaram homenagens ao Governador, entregando-lhe um Memorial em que expressavam a solidariedade da classe e, ao mesmo tempo, o desejo de que o Governo da Paraíba continuasse “sempre dentro da filosofia da honestidade que gera o progresso, palpavelmente sentido por todos nós desde o início do Governo de V. Excia até hoje” (A UNIÃO, 23 de junho de 1964, p.06). De acordo com o jornal A União, o Memorial que foi assinado pelos estudantes universitários e tinha o seguinte teor:

“Excelentíssimo Doutor Pedro Moreno Gondim, Digníssimo Governador do Estado da Paraíba.

Nós, abaixo assinados, universitários paraibanos, vimos expressar o nosso apoio e solidariedade a V. Excia., fazendo votos de que o seu governo continue sempre dentro da filosofia da honestidade que gera o progresso, palpavelmente sentido por todos nós desde o início do Governo de V. Excia até hoje.

Pedimos a Deus que o mantenha a frente dos destinos de nossa Paraíba para que possamos desfrutar da política honesta e imparcial que tem sido a temática que norteia o modo de agir de V. Excia”. Seguem-se as assinaturas: Ney Robinson Suassuna - Economia; Antônio José de Oliveira - Filosofia; Valdir Ferreira Vasconcelos - Odontologia; Euclides Carvalho Neto - Direito; Manoel Rodrigues de Moura – Medicina (...).⁹¹(A UNIÃO, 23 DE JUNHO DE 1964, P.06).

Ao mesmo tempo em que recebia mensagens de apoio dos diversos setores da sociedade, Gondim também reafirmava sua solidariedade a “Revolução Vitoriosa” através de seus discursos na imprensa paraibana. Assim, era recorrente em matérias publicadas pelo jornal Correio da Paraíba mensagens de apoio ao movimento “revolucionário” e numa das ocasiões em que legitimava a importância da “Revolução”, Gondim discursou em frente à Igreja Batista de João Pessoa afirmando:

(...) Não identificar nos erros e vícios que comprometeram a tranquilidade pública e a conquista das reformas essenciais, causas ou pretextos de deturpação e supressão

⁹⁰ Matéria intitulada **UNIVERSITÁRIOS PARAIBANOS AO LADO DO GOVERNADOR**. 3 de abril de 1964. IN: A União, p.03.

⁹¹ Matéria intitulada **UNIVERSITÁRIOS ENVIAM MEMORIAL DE APOIO AO GOV. PEDRO GONDIM**. 23 de junho de 1964. IN: A União, p. 06.

das mesmas. Promovê-las corretamente com legitimidade de poder, adequação de meios e segurança de fins, eis o que se impõe (...) O Brasil não pode parar nem retroceder (...) De nossa conduta e acerto de hoje se orgulharão os nossos filhos, se constatarem que dos sobressaltos, percalços e incertezas na luta, resultaram a tranquilidade e a segurança da família brasileira. Congratulamo-nos, por tudo, com os paraibanos, com os brasileiros. Voltemos ao labor incessante da vida diária, escudados nesses princípios, animados desses propósitos, robustecidos na convicção de que só o nem, essencialmente pruo, vinculará os homens em obra definitiva (CORREIO DA PARAÍBA, 09 DE ABRIL DE 1964, P.04)⁹².

As homenagens ao governador Pedro Gondim e as Forças Armadas na Paraíba continuaram nos meses posteriores. No dia 19 de junho de 1964, o jornal A União divulgou que uma homenagem seria prestada a Gondim pela Câmara Municipal de João Pessoa, tendo em vista a sua “atitude patriótica” enquanto Chefe Executivo ao ficar ao lado das Forças Armadas do país. A homenagem ao governador da Paraíba tinha o seguinte teor:

“SENHOR, Governador, ESTA Câmara tem a elevada honra de convidar V. Excia. para comparecer à sessão solene que fará realizar, hoje, dia 19, pelas 15 horas, quando a requerimento do Sr. Vereador Almir Correia serão tributadas as homenagens do Poder Legislativo e do povo da cidade através dos seus representantes nesta Casa. No ensejo os protestos do nosso elevado apreço e distinta consideração. João Cabral Batista, Presidente”⁹³ (A UNIÃO, 19 DE JUNHO DE 1964, P.06).

A ação de homenagear Pedro Gondim na Câmara Municipal de João Pessoa partiu de um requerimento apresentado pelo vereador Almir Correia, contando também com a presença de uma comissão de vereadores⁹⁴. Tal iniciativa, de acordo com o jornal a União, era uma forma de saudar a posição assumida pelo Governador, no que concerne a “manutenção da ordem e dos poderes constituídos, durante todo o período revolucionário que envolveu a vida político administrativa da nação” (A UNIÃO, 19 de junho de 1964, p.06).

Nesse sentido, as homenagens ao Governador Pedro Gondim partiam de diversos setores da sociedade paraibana e seu nome era aclamado publicamente através das honras prestadas a sua imagem de Chefe do Estado. O apoio do governador a “Revolução de 64” foi importante, no sentido de contribuir para a construção do discurso de que a ordem e a tranquilidade deveriam ser estabelecidas na Paraíba.

⁹² Matéria intitulada **PEDRO GONDIM: O BRASIL NÃO PODE PARAR NEM RETROCEDER**. 09 de abril de 1964. IN: Correio da Paraíba, p. 04.

⁹³ Matéria intitulada: **CÂMARA MUNICIPAL HOMENAGEARÁ HOJE GOVERNADOR PEDRO GONDIM**. 19 de junho de 1964. IN: A União, p.06.

⁹⁴ A matéria não informa o nome dos vereadores presentes na entrega do Ofício ao Governador Pedro Gondim. Informa apenas que esse acontecimento se deu no Salão de despachos, no Palácio da Redenção em João Pessoa-PB.

Para tanto, a imprensa teve papel fundamental nesse processo de legitimação do golpe civil-militar forjada através das ideias de “Revolução” na Paraíba, pois enquanto a figura de Pedro Gondim ganhava destaque no cenário paraibano com o seu apoio às classes conservadoras, a “Revolução” se consolidava no espaço paraibano, especificamente nas cidades de Campina Grande e João Pessoa e para além desse espaço ganhando sentido nos meses seguintes.

Para apoiar a “Revolução de 1964” na Paraíba fazia-se necessário que os diversos setores da sociedade conhecessem as principais tarefas do “movimento revolucionário”. Assim foram organizadas palestras e conferências no sentido de propagar as ideias e a imprensa teve um papel fundamental nesse processo, pois se utilizava do discurso de que “a Revolução visava à realização de um ideal que era o próprio ideal do povo brasileiro”(CORREIO DA PARAÍBA, 16 de maio de 1964, p. 06), sendo necessária na restauração e no desenvolvimento da “ordem democrática” do país.

3.1.2 “Ela não parou”: principais tarefas da “Revolução”.

Em entrevistas concedidas a jornalistas nacionais e estrangeiros o Presidente Castelo Branco afirmou que a “Revolução” brasileira visava a “realização de um ideal do povo brasileiro”. Respondendo perguntas que foram elaboradas e entregues ao seu Secretário de Imprensa, o presidente falou por mais de uma hora com os jornalistas. Dentre as perguntas respondidas, foi falado sobre a importância das reformas no sentido do Brasil acelerar a sua “marcha na rota do desenvolvimento econômico perfeito, e o que é mais importante, sem distorções”.

Para tanto, no discurso realizado por Castelo Branco ficou esclarecido na imprensa que a Reforma Eleitoral seria uma das que o Governo iria “empreender, ao lado da bancária e das demais consideradas importantes para o país” (CORREIO DA PARAÍBA, 16 de maio de 1964, p.08). Ainda segundo a imprensa, Castelo teria afirmado que o pensamento do Executivo seria “submeter ao Congresso, no mais curto espaço de tempo, anteprojeto de reforma constitucional, bem como atribuir maior autoridade e responsabilidade a própria Justiça Eleitoral” (CORREIO DA PARAÍBA, 16 de maio de 1964, p.08).

No tocante a situação política que o país estava vivenciando o presidente Castelo Branco afirmou na imprensa que a “Revolução” já tinha concluído sua fase inicial de institucionalização. O jornal Correio da Paraíba divulgou a seguinte informação:

REVOLUÇÃO TERMINOU

“A Revolução – disse o Presidente Castelo Branco- já concluiu sua fase inicial de institucionalização. Presentemente, há um poder legal governando a Nação. Entretanto, de acordo com os ideais revolucionários, - prosseguiu- essa institucionalização será desdobrado com emendas à Constituição e com reformas de ordem política, social e econômica. E o fará- acentuou- com o apreço e a colaboração do Congresso Nacional e com o maior respeito à Justiça do país. A Revolução visa à realização de um ideal que é o próprio ideal do povo brasileiro” (CORREIO DA PARAÍBA, 16 DE MAIO DE 1964, P.08).

Ao eleger para Presidente da República o Marechal Castelo Branco o Congresso brasileiro desempenhava o importante papel de legitimar o poder político nas mãos dos militares. Com o golpe civil militar de 1964 o discurso produzido pelos militares era deter “a marcha acelerada do país para um regime ditatorial de esquerda, comunista ou comunizante” (CORREIO DA PARAÍBA, 16 de maio de 1964, p.08).

Assim, ao se apropriar do discurso de “Revolução” os conspiradores do golpe buscavam construir a ideia de restauração do sistema político brasileiro, aperfeiçoando através de medidas, como os próprios Atos Institucionais a posteriori, que fortalecessem contra as investidas da esquerda considerada subversiva.

Se de um lado os discursos a respeito da “Revolução” e seu projeto anticomunista na sociedade brasileira ganhava respaldo na imprensa, por outro lado às discussões em torno das Reformas de Base, inclusive a agrária, era tida como objeto de especulação por parte do Presidente Castelo Branco. Assim sendo, o discurso ideológico propagado era de uma “reforma agrária, que livre dos radicalismos demagógicos, atentasse as reais aspirações do trabalhador rural”. (O NORTE, 27 de maio de 1964, p.09).

Diante do cenário de crises que o Brasil vivenciava havia a promessa por parte dos militares de que o Brasil alcançaria um crescimento na produção nacional com o processo de “Revolução”, bem como a ideia de que seria promovida a justiça social voltada ao bem-estar da sociedade brasileira, o que não aconteceu ao longo dos 21 anos de regime ditatorial no país.

Dessa forma, do ponto de vista histórico, não houve benefícios para a maioria da população, em especial a classe trabalhadora que com a instauração da ditadura militar acabou sofrendo com o peso da repressão e da violência. Nesse interim, o discurso acerca da aprovação das reformas que vinham sendo evidenciadas pela sociedade eram manifestações que serviam para “aquietar os elementos que receavam o esquecimento do problema rural da parte do governo” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 27 de maio de 1964, p.08).

Os discursos acerca da “Revolução de 1964” partiam da ideia de moralização dos costumes do povo brasileiro, tendo em vista sua relação com o conservadorismo em que as tradições cristãs deveriam ser preservadas. Como forma de reforçar as ideias acerca deste projeto, o general Costa e Silva esclareceu que o seu objetivo era “restaurar o respeito democrático, autenticamente representativo e republicano” (Diário da Borborema, 27 de maio de 1964, p.08)⁹⁵. Para tanto, de acordo com o general seriam indispensáveis às reformas na estrutura socioeconômica do país o que asseguraria aos brasileiros igualdades de direitos e oportunidades.

Diante do cenário que estava se construindo no Brasil os conspiradores do golpe civil-militar consideravam esse momento histórico como “revolucionário”, sendo necessário legitimar na sociedade essas ideias. Na Paraíba, especificamente na Universidade da Paraíba, foi iniciado um ciclo de Conferências que tinha como objetivo esclarecer ao público sobre a “Revolução de 31 de março” e discutir sobre a importância dos Atos Institucionais.

Tal iniciativa fazia parte da programação promovida pela Reitoria da Universidade e tinha como palestrante o professor João Pereira Gomes, da cadeira de Direito Público da Faculdade de Ciências Econômicas. No jornal A União foi possível encontrar as seguintes informações:

(...) O professor João Pereira Gomes, assistente da cadeira de Direito Público da Faculdade de Ciências Econômicas pronunciou palestra no auditório daquela Escola Superior defendendo a tese de que a Revolução de 31 de março, realizada pelo povo através das Forças Armadas, se constitui em fonte geradora do Direito. Após um acurado estudo sobre a Revolução como fato jurídico, o conferencista passou a analisar o Ato Institucional interpretando os seus dispositivos em face da realidade brasileira, considerando-o afinal, e mais recente momento jurídico da vida institucional do país (A UNIÃO, 28 DE MAIO DE 1964, P.09).

Nesse sentido, o objetivo da Conferência ministrada pelo professor João Pereira era esclarecer a população em geral sobre as propostas da “Revolução”, contribuindo no processo de legitimação de um projeto político e militar para o país. Contando com a presença de professores, alunos e uma considerável parcela da população da capital, o auditório da Faculdade de Ciências Econômicas ficou “lotado para ouvir a palavra daquele professor sobre tão palpitante tema” (A UNIÃO, 28 de maio de 1964, p.09).

Nesse contexto, também constatamos que estava se desenvolvendo em Campina Grande-PB o “*Plano de Ação Psicológica*”, assim denominado por se constituir num ciclo de Palestras voltadas à sociedade a fim de esclarecer os objetivos da “Revolução” e contava com

⁹⁵ Matéria intitulada **REVOLUÇÃO VEIO RESTABELECER PRIMADO DA ORDEM E DA JUSTIÇA: COSTA E SILVA**. 27 de maio de 1964. IN: Diário da Borborema, p.08.

o apoio do Quarto Exército, com sede em Recife-PB. Assim, nessa primeira Conferência ocorreu a palestra inaugural do Coronel Otávio de Queiroz, Comandante do Batalhão de Serviços de Engenharia, na Sede da Associação Comercial, situada a Rua Floriano Peixoto.

Com o “*Plano de Ação Psicológica*” a ser desenvolvido na cidade de Campina Grande, a Reitoria da Universidade da Paraíba objetivava levar para a Instituição esse Plano com objetivo de ser coordenado por professores da FACE e da Escola Politécnica da Paraíba e, dessa forma, difundir as propostas do projeto de “Revolução” na Paraíba. Sobre esse propósito, o jornal Diário da Borborema divulgou a seguinte nota:

GUILARDO ORIENTA

No âmbito da Universidade da Paraíba, o “Plano de Ação Psicológica” vem sendo orientado pelo Reitor Guilardo Martins Alves e será coordenado, em Campina Grande, pelos professores José Paulino Filho e Lynaldo Cavalcanti, diretores da FACE e da Escola Politécnica da Paraíba. Depois da exposição do comandante B. S. E., novas palestras deverão ser realizadas, a cargo de conceituados mestres pessoenses. Para a conferência do coronel Otávio de Queiroz, próxima quarta-feira, será convidado estudantes, professores e o povo em geral (DIÁRIO DA BORBOREMA, 30 DE MAIO DE 1964, P.10).

Partimos da ideia de que a FACE e a Escola Politécnica foram escolhidas para propagar e difundir a tese do desenvolvimento do *Plano de Ação Psicológica* por serem Instituições com referência voltadas ao campo educacional em que a produção do conhecimento começava a despontar na Paraíba, através do ensino científico e tecnológico. Fruto do processo de implantação do ensino superior em Campina Grande, ainda na década de cinquenta, essas instituições foram criadas com o objetivo de atender os estudantes da cidade de Campina Grande e das demais cidades circunvizinhas que buscavam na educação superior uma formação profissional.

Além disso, a presença da FACE e da Escola Politécnica em Campina Grande e o seu desenvolvimento educacional eram importantes porque descartava a necessidade dos estudantes se deslocarem para outros estados a fim de seguir uma carreira universitária, o que contribuía de forma positiva na formação de muitos jovens. Assim, se tornando importantes polos educacionais, tais instituições também serviram de base na implantação de projetos inclinados a legitimação do golpe civil-militar, forjados do ponto de vista dos conspiradores enquanto necessários no processo de “Revolução” democrática na Paraíba.

Em João Pessoa não ocorreu diferente. Aliás, a capital paraibana antecipou-se à cidade de Campina Grande dando início, de acordo com nossas pesquisas, no dia 30 de maio de 1964, ao “*Plano de Ação Psicológica*” ministrado pelo Coronel Artur Candal, Comandante do 15RI (Regimento de Infantaria) da Paraíba. Conforme Nota divulgada pela Imprensa, em

fontes ligadas aos promotores do Plano, todas as reuniões seriam públicas e não apenas estudantes e intelectuais teriam acesso, mas toda a população teria acesso aos encontros⁹⁶.

Assim, o “*Plano de Ação Psicológica*” que a Reitoria da Universidade da Paraíba pretendia colocar em prática estava aos poucos sendo cumprido e pela matéria publicada no jornal *A União*⁹⁷, constatamos que um programa de estudos e conferências estava acontecendo na Escola de Filosofia com a orientação do professor José Rafael de Menezes tendo como tema “Sociologia da Revolução”:

(...) No seletto auditório foram identificadas as presenças de professores, autoridades educacionais, políticas e religiosas.

O conferencista, professor José Rafael portou-se com segurança, coragem e profundez, num trabalho digno de ser meditado amadurecidamente por todos que o ouviram interessados na manutenção do regime democrático em todo o seu esplendor e pureza.

Para a próxima segunda-feira, dia 8, às 20 horas, está prevista na Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, mais uma Conferência de cunho educativo por um catedrático especialmente convidado. E para a terça-feira, dia 9, às dez horas, está marcada uma conferência pelo padre Luís Gonzaga Fernandes, que abordará o tema “Direitos Fundamentais da Pessoa Humana”. Além de estudantes, professores, diretores de ensino superior e médio, autoridades civis, militares e religiosas, a entrada será franqueada ao público (A UNIÃO, 6 DE JUNHO DE 1964, P.03).

Servindo aos interesses dos conspiradores do golpe civil-militar, identificamos que parte da imprensa paraibana apoiava o projeto de “Revolução”, constituindo-se numa das principais fontes de propagação dos objetivos do regime que se iniciava no Brasil. Contando com o apoio dos militares e da sociedade civil, o projeto “revolucionário” avançava no sentido de “conscientizar” a população acerca da nova ordem de poder que se instaurava no país.

Nesse sentido, a imprensa teve papel fundamental nesse processo, pois, no que tange as matérias jornalistas (presentes nos jornais *A União*, *O Norte*), havia a divulgação de todo um cronograma de palestras e conferências acerca da “Revolução”, legitimando-se assim a configuração do movimento. As Palestras e Conferências que estavam sendo desenvolvidas na Paraíba, especificamente em Campina Grande e João Pessoa, constituíam um plano no sentido de reconhecer a “Revolução” enquanto projeto importante à sociedade brasileira e, para isso, contava com o apoio da imprensa, mas também de setores da sociedade como a Universidade da Paraíba.

⁹⁶ Matéria intitulada **CONFERÊNCIAS SOBRE OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO SERÃO PROFERIDAS EM JOÃO PESSOA E CAMPINA**. 30 de maio de 1964. IN: *Diário da Borborema* p. 08.

⁹⁷ Matéria intitulada **UNIVERSIDADE DA PARAÍBA PROMOVE CONFERENCIAS EDUCATIVAS**. 6 de junho de 1964. IN: *A União*, p. 03.

Para tanto, essas ações não se constituíam em iniciativas isoladas, tendo em vista que no contexto político nacional também estavam surgindo outros projetos como a “*Liga Democrática Radical*”, uma entidade de caráter político militar que defendia a “Revolução de 31 de março”. O jornal O Norte, cujo editorial denominado *Oficiais fundaram uma Entidade no Rio para defesa dos ideais revolucionários*, edição de 24 de setembro de 1964, divulgou que para a formação da LIDER (sigla pela qual ficou conhecida) houve a presença de cerca de quinhentos oficiais de diversas patentes das Forças Armadas, incluindo os oficiais que estavam na ativa e também os da reserva. A “*Liga Democrática Radical*” era uma entidade nacional que se propunha:

A luta para que a Revolução não seja desvirtuada pelo não cumprimento dos atos do Comando revolucionário. Por esse princípio seus membros ao serem admitidos prestam juramento de manter em permanente vigilância atuante contra o retorno da corrupção, da subversão e da propagação de doutrinas estrangeiras no Brasil. Ficou deliberado, também, que a LIDER lançará nas próximas horas o seu manifesto de definições e princípios que está sendo elaborado por uma comissão de militares para tal fim designada. O manifesto será o “primeiro documento dos autênticos revolucionários de 31 de março, que se destinará a dizer a todo o país os verdadeiros ideais revolucionários” (O NORTE, 24 DE SETEMBRO DE 1964, P.06).

O surgimento da sigla LIDER, baseado em seus estatutos, partiu “da necessidade de aglutinar vários grupos que atuaram na conspiração e no desencadeamento da ação revolucionária”. Seguindo essa linha de pensamento, na formação da LIDER estavam inclusos antigos grupos que contribuíram para a vitória da “Revolução” e foram liderados por militares, como almirante “Silvio Heck, comandante Sá, Earpe e Beirute, pelos coronéis Brunner e Veloso, pelo advogado Mendes de Moraes Neto” (O NORTE, 24 de setembro de 1964, p.06).

Além de outros contingentes militares e civis, como o “de Aragarças e Jacareacanga, Movimento Anticomunista, também tiveram a participação da Ação Patriótica Revolucionária, da Cruzada Democrática e do Clube Militar”. Nesse sentido, a *Liga Democrática Radical* publicada pelo jornal O Norte se constituía numa ação de analisar “determinadas personalidades militares desde o movimento conspiratório até a fase da Revolução, propriamente, dita”. Esta medida tinha a finalidade de “colocar nos devidos lugares os autênticos revolucionários” (O NORTE, 24 de setembro de 1964, p.06).

Nesse sentido, os discursos propagados em torno da “Revolução de março-abril”⁹⁸ eram de que ela veio libertar a população, constituindo-se na esperança de restaurar a “ordem

⁹⁸ Expressão encontrada no jornal Diário da Borborema. Edição de março de 1964.

e tranquilidade” na sociedade. A imprensa divulgava que a “Revolução” necessitava de “todos os brasileiros, dos que sempre sonharam e continuavam a sonhar” em ajudar o país no caminho do progresso.

Sendo assim, “a Revolução não parou”. Numa ação enérgica, ela “continuava com suas ideias de austeridade e moralidade dentro de um Programa que foi traçado a fim de dar ao Brasil os rumos certos”⁹⁹ (DIÁRIO DA BORBOREMA, 29 de outubro de 1964, p.07). Baseada na ideia de que os objetivos revolucionários se constituíam nos mais “acertados” para o desenvolvimento do país, havia uma “tentativa de legitimar uma memória positiva dos feitos revolucionários” (CARDOSO, 2011, p. 119) contando nesse processo com o apoio da imprensa e de setores da sociedade paraibana como a Universidade da Paraíba e dos estudantes universitários de espectro “direita”.

⁹⁹Matéria intitulada **PROGRAMA DE MORALIDADE SERÁ MANTIDO PELA REVOLUÇÃO**. 29 de Outubro de 1964. IN: Diário da Borborema, p.07.

CAPÍTULO 4: - “PRECISA-SE DE UMA REVOLUÇÃO QUE CONTINUE”¹⁰⁰ - OS ESTUDANTES ENTRAM EM CENA.

No dia 31 de março de 1964 a Revolução Gloriosa livra o Brasil da ameaça comunista. A grande Imprensa, em quase maioria, exulta. As manchetes dos jornais expressam indignação contra o presente, entusiasmo e otimismo quanto ao futuro. (DUTRA, 1994, P.353).

4.1 Experiências estudantis: o discurso em defesa da “Revolução de 64” na Paraíba.

A epígrafe desse capítulo sintetiza como os discursos conservadores à direita ganhavam espaço na imprensa paraibana com o episódio do dia 31 de março de 1964. Assim, a partir desse momento, nossa investigação passa a se debruçar sobre quais discursos eram propagados pelos estudantes universitários que apoiavam o Movimento “Revolucionário” de 1964 no sentido de identificarmos de que forma eles se manifestavam e quais posições assumiram dentro das universidades em relação aos demais estudantes.

Através das experiências dos estudantes conservadores à direita estabeleceremos as narrativas acerca de um determinado lugar e tempo, não encarando as histórias contadas/ouvidas como uma verdade absoluta, mas como uma possibilidade de história que “revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito”(ALBERTI, 2004, p.15).

Dessa forma, o fascínio pela história oral se dá através da entrevista onde existe “a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência e a capacidade de entender suas expressões de vida e de acompanhar os seus relatos” (ALBERTI, 2004, p.19).

Percorrendo o caminho da história oral apresentaremos relatos de entrevistas com estudantes que apoiaram a “Revolução de 64”. Um desses estudantes era Delfim dos Santos¹⁰¹ que aprovado para o curso de Odontologia e recém-chegado à Capital, em 1961, revelou que as primeiras dificuldades para se manter na universidade eram o não acesso ao RU/Restaurante Universitário. Segundo ele, dentro da universidade existiam grupos de alunos

¹⁰⁰ Constitui o mesmo título da matéria publicado pelo jornal Diário da Borborema. Edição de 4 de outubro de 1964. p.04.

¹⁰¹ Entrevista concedida a autora por Delfim dos Santos Vasconcelos. João Pessoa-PB, 27 de julho de 2017.

que disputavam as eleições e se articulavam a fim de conseguir a Presidência do Diretório Acadêmico. Em sua entrevista ele nos afirmou:

Eu queria entrar no Restaurante Universitário e era muito difícil... Disseram só entra se tivesse padrinho político e eu não tinha [...] Aí disseram: Não! Você só entra se tiver muito apoio político lá dentro e eu era um rapaz pobre do interior e não tinha conhecimento com ninguém, não tinha nada e disse:- E agora? Disseram: Se não tiver não entra não!- Eu pensei que pelo fato de eu ter passado no vestibular, de estar matriculado na universidade, você já tinha direito ao Restaurante, e não tinha! -Aí eu pensei, pensei e no outro dia de manhã cheguei à Universidade e na nossa época a eleição do Diretório era no dia 21 de abril, dia de Tiradentes. Aí eu disse: - Eu sou candidato a Presidente do Diretório! Primeiro ano, eu fazia um mês e pouco que eu estava na universidade. Sou candidato a Presidente do Diretório! Aí veio o “Deus nos acuda”! Não pode porque você não tem experiência, não pode e eu falei: - Eu sou candidato! Aí chega o conchavo, né? Os líderes principalmente daquela época porque o nosso líder era Antônio Augusto e falou: O que é que você está precisando? – Eu quero ir para o Restaurante. Ele falou: - Pronto. Hoje mesmo você vai almoçar lá e (risos) você vai abrir mão do negócio. Aí eu disse: - Tudo bem! Então, me deram um cargo na chapa e eu abri mão de ser candidato a Presidente, né? (DOS SANTOS, ENTREVISTA, 27/09/2017).

Nessa passagem podemos relacionar a atuação do estudante Delfim dos Santos a uma tática elaborada por ele no sentido de “burlar” uma situação que viesse a favorecê-lo (CERTEAU, 2014). Para conseguir acesso às refeições no Restaurante Universitário ele utilizou da tática de se candidatar a Presidência do Diretório Acadêmico como uma forma de chamar atenção dos demais estudantes, mais precisamente daqueles estudantes considerados “líderes” na universidade.

Se para ter acesso ao Restaurante Universitário era necessário burlar as estratégias da instituição como forma de controle, quando Delfim dos Santos anuncia ser candidato a Presidência do Diretório Acadêmico, apesar de sua pouca experiência, ele resolve utilizar de sua tática com os demais estudantes. Tal operação se concretiza quando a ele é concedido o direito de realizar suas refeições no RU, tendo em vista a sua desistência da candidatura à Presidência do Diretório.

Embora tenha desistido de ser Presidente do Diretório no ano de 1961, o relato do estudante Delfim desnuda o seu interesse em dar continuidade à participação estudantil em outros momentos de sua caminhada acadêmica e o despertar das ideologias de apoio a “Revolução de 64”, conforme nos informa:

Isso foi no ano de 1961 e daí pra frente eu criei gosto no negócio, né? Aí todos os anos, daí pra frente eu fui candidato a Presidente do Diretório [...] Então, daí pra frente eu não saí mais da Política Estudantil e ocupei todos os cargos lá dentro... dentro daquela hierarquia, de Diretório, eu sempre mandei no Diretório de quem era sempre indicado e eu tinha, modesta a parte, certa liderança que indicava os candidatos e tal e na UEE que era o órgão máximo, eu fiz parte da Diretoria como

vice-presidente [...] Então sempre eu tinha um cargo lá dentro naqueles conchavos (DOS SANTOS, ENTREVISTA, 29/09/2017).

Apesar de nem todos os estudantes universitários apoiarem as mudanças políticas que estavam ocorrendo no país, existiam aqueles que atribuíam a presença dos militares como importante para manter o equilíbrio do país. Delfim era o típico estudante conservador à direita que propagava o movimento golpista de 1964 enquanto importante movimento revolucionário para o país, relacionando o Brasil a “sorte” de ter sido instaurado uma “Revolução vitoriosa”.

Em sua entrevista afirmou a “Revolução” na Paraíba como um importante período de progresso para o país: - “Agora eu lhe digo sinceramente (...) foi o único período de minha vida que eu vi progresso no Brasil, foi na época da Revolução” (DOS SANTOS, Entrevista, 29/09/2017). Sua declaração retrata a opinião de quem defendia a “Revolução de 64” como algo benéfico para a sociedade brasileira, associando-a como um período importante de progresso e desenvolvimento para a nação, atribuindo-lhe o próprio sentido da vida.

O discurso do estudante Delfim dos Santos em defesa da “Revolução de 64” destoa/ diverge da grande maioria dos estudantes que vivenciaram a década de 1960, mais especificamente, o golpe civil-militar de 1964 que culminou na instauração de uma ditadura militar. Ao revelar seu apoio a ação dos militares no Brasil, o nosso entrevistado afirma:

A gente teve sorte, nós do Brasil, tivemos sorte porque a Revolução foi vitoriosa. A chamada Revolução de 64, porque tem que se dizer o seguinte: eles perderam, mas se eles tivessem vitoriosos porque tava tudo certo para eles darem o golpe [...] A turma de esquerda, João Goulart com todo mundo. Tava tudo certo, mas na hora o Exército pá!(faz gesto com boca e mão simulando uma pancada) abafou de uma vez! Tá entendendo? [...] A gente, graças a Deus, a Revolução tomou conta. O Exército tomou conta, mas o dismantelo ia ser grande. Tá entendendo como é?(DOS SANTOS, ENTREVISTA, 27/09/2017).

Com a tomada do poder pelos militares através do golpe civil militar de 1964, foi sendo construída pelos conservadores à direita a ideia de manter a “ordem e a tranquilidade” na sociedade no sentido de legitimar a “Revolução” na Paraíba. Na universidade algumas mudanças também começavam a se estabelecer com o golpe civil militar de 1964, haja vista a escolha de alguns estudantes a se tornarem interventores. Mas quem eram esses estudantes interventores? Suas escolhas se deram mediante o quê? Qual era a função de um aluno interventor? Que mudanças entre os estudantes passaram a ocorrer com a nomeação de alunos interventores para a universidade?

Narciso Aguiar¹⁰² quando entrou na Universidade em 1963 para o curso de Direito nos relatou em entrevista que em 1964, quando estava no segundo ano de seu curso, foi escolhido para ser interventor do Diretório Acadêmico por um estudante de nome Everaldo Cantalice¹⁰³. No entanto, como esse ainda cursava o primeiro ano, “procuraram logo outro aluno para ser interventor [...] me consultaram e eu aceitei”. (AGUIAR, ENTREVISTA, 14/09/2017). A forma como foi escolhido para ser aluno interventor, bem como a sua função desempenhada durante esse período são apresentados no seguinte relato:

Fui interventor do Diretório Acadêmico Epiácio Pessoa de 64 até 65. A escolha se deu por indicação de algum grupo interno da Faculdade. Havia aqueles grupos ideológicos de direita, de esquerda e esse grupo que se achava que era vitorioso deve ter indicado o meu nome. E nesse grupo participava Marcos Odilon Ribeiro, participava o padre Manoel Batista de Medeiros. Eu me lembro desses dois nomes que faziam parte desse grupo e eu fui indicado, deve ter sido por eles. A função do Interventor era a promoção social, a promoção cultural. Por exemplo, na área de Direito lá era acostumado a promover o Júri Simulado para as turmas de Direito. Era um Júri presidido pelo professor da cadeira de Processo Penal para que os estudantes aprendessem como era o Júri popular, na verdade né?! Então se chamava o Júri Simulado. E... Às vezes eles pegavam um Processo real já definido na Justiça e com aqueles dados daquele Processo como prova testemunhal, Depoimento do réu [...] Tudo isso era levado em conta para aquele julgamento e alguns outros estudantes eram escolhidos como jurados; uns como promotores, outros como defensores (AGUIAR, ENTREVISTA, 14/09/2017).

Em seu relato Narciso Aguiar não deixa claro quem o indicou para ser aluno interventor. Aliás, ao longo de todo o processo de entrevista a posição assumida é a de que ter sido aluno Interventor foi algo que se arrependera, pois “essa que é a verdade! Eu aceitei e vi que depois não era aquilo que eu pensava” (AGUIAR, ENTREVISTA, 14/09/2017). No entanto, para ser escolhido como interventor era necessário dar apoio às ideologias conservadoras à direita, tornando-se exemplo de estudante, uma espécie de “líder” que repassava as informações ao reitor sobre os acontecimentos que envolviam os demais estudantes no ambiente universitário.

Apesar de negar ser um aluno delator, satiricamente conhecido por “dedo duro” (aquele que dedurava os demais colegas na universidade), Narciso Aguiar nos fornece alguns indícios de como o aluno interventor era solicitado a fornecer informações em cumprimento às ordens estabelecidas dentro da Instituição:

Quando tinha uma Comissão chamada CGI (Comissão Geral de Investigação) no âmbito da Universidade que foi presidido pelo professor Flóscolo da Nóbrega,

¹⁰² Entrevista concedida a autora por Narciso Aguiar. João Pessoa-PB, 14 de setembro de 2017.

¹⁰³ Seu nome completo é Everaldo José de Medeiros Cantalice. Em nossas pesquisas não conseguimos localizar nenhum outro dado a respeito do estudante mencionado pelo estudante Narciso Aguiar.

desembargador aposentado, e então ele me oficiou pedindo para eu mandar informar quem era os estudantes no âmbito da Faculdade tido como subversivos, agitadores e eu respondi que não tinha condições de dar essas informações e que fosse procurado os Órgãos de Segurança do Exército, os Serviços Secretos. E mandei publicar no Quadro de avisos da Faculdade essa minha resposta, o que eu soube depois que causou mal estar na comissão ao ponto do presidente dizer que ia pedir a minha destituição da interventoria. Mas não chegou a pedir isso e eu fui até o final do mandato (AGUIAR, ENTREVISTA, 14/09/2017).

Os alunos que assumiam posições de esquerda, ou seja, os estudantes que não apoiavam as ideologias conservadoras à direita eram tidos como subversivos conhecidos como aqueles que promoviam a revolta contra a “ordem” estabelecida e deveriam ser denunciados, em muitos casos, expulsos da universidade. No relato de Narciso Aguiar é perceptível que o aluno interventor tivesse o papel fundamental de colaboração com as demais instâncias que se instalavam na instituição, no sentido de conseguir informações sobre os estudantes caracterizados como subversivos.

Sem exageros, podemos afirmar que os estudantes que não apoiavam o movimento “revolucionário de 1964” eram considerados “inimigos” da nação. Ainda seguindo essa linha de pensamento é possível deslindar que “no eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo o mais que achasse perigoso e desviante” (MOTTA, 2014, p.15). Porém, é interessante destacar que “embora houvesse também grupos estudantis de direita, a maioria das lideranças falavam em revolução e socialismo”(MOTTA, 2014, p. 24).

“Como toda ideologia política o lado oposto era o inimigo, quer dizer, se eu tinha uma ideologia e você é ante minha ideologia, você é ideologicamente meu inimigo” (BORBA, ENTREVISTA, 28/08/2017). Essa declaração parte do estudante Jacinto Borba¹⁰⁴ que era padre, aluno de Direito na Universidade Federal da Paraíba na década de 1960. Assumindo uma posição de Direita afirmou que seu apoio a “Revolução de 64” se dava de forma indireta, pois tinha um cursinho para preparar jovens (rapazes e moças) para o vestibular:

Eu era aluno da Faculdade de Direito [...] Iniciei em 64 e depois é só contar cinco anos pra frente. Nós tínhamos uma célula, nós da Direita. Eu era da Direita e sou... Não vou negar porque tem muita gente que mascarou que virou a ideologia.... Ah essa venceu, então eu sou dessa. Mas comigo isso não aconteceu. Eu era estudante de Direito e de Direita (risos). Eu tinha um grupo de estudantes que me seguiam, eram aqueles estudantes que tinham passado pelo meu Curso Vestibular, preparação para o Vestibular. Então, rapazes e moças chegavam ao Primeiro Ano das Faculdades deles, Curso de Direito, Administração, Economia, Línguas [...] tinham passado pelas minhas mãos. Então, eles me acatavam (BORBA, ENTREVISTA, 28/08/2017).

¹⁰⁴ Entrevista concedida a autora por Jacinto Borba. João Pessoa-PB, 28 de agosto de 2017.

Nesse sentido, nos meios acadêmicos eram “fortes os laços com valores conservadores, em alguns casos até com a extrema direita, pois em geral as Faculdades de Direito e de Medicina eram baluartes conservadores” (MOTTA, 2014, p. 25). Jacinto Borba, enquanto aluno do Curso de Direito e idealizador de um Cursinho pré-vestibular, exercia certa influência na “formação” dos jovens que desejavam uma vaga na universidade, assumindo a posição de “líder” perante um grupo de estudantes que o seguia e, por conseguinte, suas ideologias conservadoras de apoio a “Revolução de 64”. Sobre a “Revolução de 64” ele nos relatou:

Eu tinha o bom senso de saber que havia tido uma Revolução em que uma estrutura de poder e de governabilidade, ideologicamente havia mudado e politicamente havia uma Revolução. Toda Revolução traz uma bagagem ideológica e eu acho que, no caso da de 64, mesmo que fosse uma Revolução tendente para a Direita porque Direita ou Esquerda é uma escolha do cidadão [...] Nós chamávamos a Revolução de 64, a Revolução da Direita (BORBA, ENTREVISTA, 28/08/2017).

A entrevista com o estudante Jacinto Borba revela o quanto alunos de espectro “direita” influenciavam a classe estudantil através de seus discursos em defesa da “Revolução de 64”, haja vista que o “projeto autoritário – conservador se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes da esquerda” (MOTTA, 2014, p. 15). Nesse sentido, “os valores tradicionais como pátria, família e religião, incluindo a moral cristã” (MOTTA, 2014, p. 15) faziam parte do eixo conservador desse processo.

Crisântemo Pereira¹⁰⁵ que concluiu o Curso de Economia em 1966 pela Faculdade de Ciências Econômicas em Campina Grande nos afirmou em entrevista que “os estudantes daquela época viveram tempos muito confusos”. Segundo ele, em 1964 quando ocorreu o golpe militar e a notícia se espalhou em Campina Grande, soube através de contatos que mantinha com alguns amigos. Em seu relato esse momento é lembrado da seguinte forma:

A gente já tinha os sinais de que alguma coisa já estava acontecendo. E o fato é que nós nos retraímos um pouco e eu me lembro bem que eu estava em casa no dia 1 de abril, na realidade o golpe foi em 1 de abril, na madrugada, né? E fui acordado por uns colegas de Faculdade e eu tinha as chaves do Diretório Acadêmico e eu fui pro Centro da cidade, aqui na Rua Getúlio Vargas e nós tratamos de destruir os arquivos que a gente tinha lá porque era um negócio assim (risos) engraçado porque o nome do Diretório Acadêmico tinha sido batizado de Diretório Acadêmico Karl Marx e havia uma farta distribuição de livros, de teóricos, do comunismo, né? Do socialismo. Então tinha muitos livros de uma biblioteca imensa que vinha primeiro da Rússia, né? E nós fazíamos essa distribuição muito discretamente, vendo a quem

¹⁰⁵ Entrevista concedida a autora por Crisântemo Pereira. Campina Grande-PB, 03 de outubro de 2017.

íamos dar os livros para evitar maiores problemas (PEREIRA, ENTREVISTA, 03/10/2017).

Dentre os nossos entrevistados, Crisântemo Pereira tem uma característica singular, ao afirmar que sendo eleito Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas, em 1965, não houve apoio de sua parte ao Regime Militar instaurado em 1964. Então, de que forma ele conseguiu se eleger, chegando à Presidência do Diretório, quando alunos considerados interventores à época, eram escolhidos justamente por terem assumido uma posição conservadora à direita e de apoio ao *status quo*? Questionado ao longo de nossa entrevista sobre a forma como foi escolhido para ocupar tal cargo dentro da universidade, esclareceu:

Assim, houve uma consulta... agora no momento que você era escolhido pra alguma coisa, aí você ... aquilo passava por uns escalões e eles mediam o grau de periculosidade das pessoas e eu como fui toda vida muito moderado, que eu tinha amigos de todos os lados, apesar de eu ter minha ideologia própria, mas eu nunca me expus ao ponto de participar de coisas que eu via que não levava a nada. Realmente, não era eleito ninguém que não passasse por um determinado crivo (PEREIRA, ENTREVISTA, 03/10/2017).

Ao ser perguntado sobre o “crivo” ele afirmou “não saber”... No entanto, nos informou que soube que seu nome havia sido escolhido para Presidente do Diretório em 1965 através de um amigo do exército. Assim, o senhor Pereira nos informa:

Eu tinha um amigo que era do Exército, tá certo? Grande amigo meu que era do Exército e ele era radiotelegrafista do Exército e as comunicações passavam todas por ele, tá certo? Como ele era meu amigo fraterno, você veja como é... Eu ficava bem informado sobre as coisas, sobre tudo que estava acontecendo (...) (PEREIRA, ENTREVISTA, 03/10/2017).

Ao longo do diálogo que estabelecemos com seu Pereira algumas práticas pareciam se repetir na sua fala como, por exemplo, a relação cordial com os colegas da universidade, chegando a afirmar que em nenhuma hipótese dedurou-os. Segundo ele, ao ser escolhido para assumir a presidência do Diretório Acadêmico em 1965, havia uma pressão muito grande por parte dos Oficiais do Exército que buscavam informações sobre os estudantes, mas sua posição era de “amenizar” a situação, pois “tinha que sair escorregando dali para não incriminar um colega que já tinha sido entregue por alguém” (PEREIRA, ENTREVISTA, 03/10/2017). Sobre esse momento, ele relembra como acontecia:

[...] Então, não era meu papel fazer isso. Eu procurava amenizar a situação dizendo que a pessoa era uma pessoa de origem humilde, que trabalhava e tal e que não era obrigado a professar a mesma ideologia de todo mundo. E o fato é que houve a colocação de pessoas para ir ao quartel do Exército para prestar depoimentos [...] Então foi uma solução de consenso por quê? Porque eu não fui fazer jogo de militar, não fui dedurar companheiros, eu fui um apaziguador. Quando chegava um policial daqueles dizendo fulano de tal [...] Eu dizia: tenente, estudante é assim mesmo, o camarada chama comunista filho desse, filho daquele e tal, faz parte desse ambiente que é a universidade. (PEREIRA, ENTREVISTA, 03/10/2017).

Essa relação de cordialidade que o nosso entrevistado busca evidenciar em sua entrevista é percebida em outros momentos de sua fala, como podemos observar na seguinte passagem:

Então, meu papel foi esse aqui, de procurar proteger uns também medindo o poder do outro. É um negócio muito [...] você anda num fio de uma navalha, tá certo? É muito complicado[...] eu fui Presidente, mas nunca me afastei dos meus colegas. Então, eu fui aceito por todos eles. Todos... Do mais estremado esquerdista ao mais estremado direitista, tá certo? Então, foi dessa forma. Eu sabia o que era cada um, mas nem por isso eu me afastei da convivência, nunca fui veículo de perseguição, pelo contrário, sempre fui para chegar e dizer: olhe, assim e tal... tem que ter um pouco de sabedoria para você conviver porque é complicado, viu! Foi muito tranquilo o relacionamento com meus colegas. Nunca tive, assim, nenhum motivo de ressentimentos, pelo contrário, continuamos do mesmo jeito (PEREIRA, ENTREVISTA, 03/10/2017).

O senhor Pereira assume o discurso de que não compactuava com as ideias Regime Militar, mesmo tendo sido escolhido para ser Presidente do Diretório, chegando a afirmar que “todo acontecimento ruim se tira algo que dá para construir, pois me convenci que a tolerância é uma coisa fundamental”. (PEREIRA, ENTREVISTA, 03/10/2017). No entanto, seu relato no momento da entrevista diverge do cargo assumido enquanto interventor na Faculdade de Ciências Econômicas nos fazendo refletir sobre a construção da memória, as versões e leituras sobre o passado, bem como as suas intencionalidades.

Diferentemente de Crisântemo Pereira e considerando que os discursos conservadores à direita construídos na Paraíba tiveram importante contribuição dos estudantes, Delfim Vasconcelos em seu relato nos afirmou que depois de 1964 foi o único período de sua vida que houve “progresso” no país, ainda mais quando esse proporcionou ao homem simples a tranquilidade, o desenvolvimento e o respeito.

O homem pacato, o homem de trabalho, todo ele gostou, todo mundo gostou [...] Quem é que reclamava? Os baderneiros, os baderneiros que nunca fez nada e sempre quis viver de querer esse poder [...] Hoje já tá numa situação que ninguém não pode nem dizer isso, mas eu digo (Risos). Eu já estou na idade de morrer, então eu digo, tem nada não (gargalhada prolongada...) então a gente viu progresso na Nação. Você

tinha uma propriedade para desenvolver e chegava lá e fazia a sua proposta no Banco do Brasil e o Banco do Brasil lhe emprestava o dinheiro e você comprava e você ia trabalhar [...] Eu não sou contra a Reforma Agrária, eu sou contra a invasão de terras, né? Eu sou contra a invasão de terras! Porque toda vida eu tive uma ótica de trabalho, não de benesses e dentro da minha ótica de trabalho foi muito boa a Revolução! Agora pra aquele cara que quer ter uma ascensão diferente, uma coisa foi ruim, né? Foi ruim! Agora para minha ótica de trabalho, pra quem era de trabalho foi muito bom! (DOS SANTOS, ENTREVISTA, 27/09/2017).

O discurso defendido por Delfim dos Santos segue a linha de que a Revolução de 64 trouxe benefícios para o homem simples e trabalhador, mais especificamente, o homem do campo que buscava com seus próprios esforços conquistar seu pedaço de terra para seu sustento e de sua família. No entanto, esses argumentos seguem dentro de um projeto de “Revolução e desenvolvimento Nacional”¹⁰⁶, no sentido de afirmar os Governos da “Revolução” como os “que conseguiram assegurar continuidade e caráter sistemático ao esforço e promoção do desenvolvimento acelerado e autossustentável” (ASSIS, 1994, p.486). Assim sendo, sob o olhar daqueles que propagavam a “Revolução de 64”, é notório os esforços empreendidos em colocá-la como um importante projeto desenvolvimentista para o Brasil, especificamente à Paraíba.

No que concerne aos “progressos” para o Brasil com a “Revolução de 64”, Assis (1994) faz um levantamento acerca desse período afirmando que “mesmo os mais contundentes críticos e opositores não têm como negar-lhe o mérito de preservadora do desenvolvimento nacional, então ameaçado de precipitar-se num impasse de consequências dramáticas” (ASSIS, 1994, p. 485). Dentre esses progressos, o autor chama atenção para o elevado índice de empregos e desenvolvimento industrial, a pavimentação de estradas relacionada ao setor de transportes, o número elevado de jovens matriculados nas escolas de nível superior dentre outros avanços (ASSIS, 1994, p. 486). No entanto, há controvérsias com relação à afirmação de Assis (1994), haja vista que durante o regime militar no Brasil o acesso ao ensino superior era escasso e privilegiava quase que exclusivamente as elites do país.

No entanto, antes mesmo de analisarmos o que escreve, faz-se necessário debruçarmos sob o tempo e o lugar social do autor, fazendo o exercício de compreender quem fala e para quem fala (CERTEAU, 1982), observando, assim, as suas intencionalidades. Nesse sentido, a intervenção de Assis (1994) em defesa da “Revolução” como benéfica à Paraíba parte de

¹⁰⁶ Expressão que intitula o capítulo do artigo de Luismar Resende de Assis em que o autor se debruça sobre a importância da “Revolução de 64” no campo do desenvolvimento social do Brasil, evidenciando setores tais como o industrial, transportes, entre outros. Para maiores esclarecimentos ver o livro *O jogo da Verdade Revolução de 64 30 anos depois* em que o artigo compõe a coletânea de textos, tendo como organizador o historiador José Octávio de Arruda Melo e demais autores.

alguém que “era funcionário do Banco do Brasil, identificado com o consulado militar e ao longo de sua carreira sempre foi selecionado pela USAID, realizando cursos de treinamento nos EUA e na Europa” (MELLO, 1994, p. 485). Dessa forma, estando a serviço da “Revolução” na Paraíba, a prática do autor consiste em reafirmar o compromisso em defesa de um Brasil que, segundo o seu olhar, havia avançado e alcançado desenvolvimento a partir de 1964.

4.1.1 Guilaro Martins: “A Universidade e a Revolução”.

O Reitor Mário Moacyr Porto que administrou a Universidade da Paraíba logo após a sua federalização, em 1960¹⁰⁷, foi deposto de seu cargo e o discurso construído pelas forças conservadoras era de que ele teria “apoiado às atividades dos comunistas e facilitado o proselitismo de esquerda” (MOTTA, 2014. P. 422).

Guilaro Martins ao assumir a Reitoria da Universidade da Paraíba buscou se mostrar “atento às demandas repressivas, mas também hábil para angariar apoios, inclusive externos à universidade, conseguindo garantir sua eleição pelo Conselho Universitário” (MOTTA, 2014, P. 43). Assim, o caso do afastamento do Reitor Mário Moacyr Porto e a substituição por um Comandante do Exército ocorridos na Paraíba segue a linha do que estava acontecendo nas universidades de todo o país, tendo em vista que com a instauração do golpe civil militar, em 1964, as “ações repressivas de afastamento visavam também facilitar o processo de expurgos de docentes e estudantes”. (MOTTA, 2014, P. 37).

Para tanto, é importante considerarmos algumas questões a respeito do “novo” Reitor da Universidade Federal da Paraíba. Quem era Guilaro Martins? Como ele assume a Reitoria da Universidade Federal da Paraíba? Como era a sua relação com os estudantes?

No dia 13 de agosto de 1964 foi divulgada pelo jornal Diário da Borborema uma nota à sociedade informando que desde julho, Guilaro Martins havia sido escolhido para assumir o cargo “pró-tempore” na Universidade Federal da Paraíba. De acordo essa mesma matéria ele “fora escolhido pelo Conselho de 21 membros, reunido em João Pessoa, e juntamente com

¹⁰⁷ “Em 13 de dezembro de 1960 ocorre a federalização da Universidade da Paraíba, recebendo a denominação de Universidade Federal da Paraíba-UFPB, através da Lei No. 3.853/60, sancionada pelo Presidente João Café Filho. Em 1966, ainda na gestão do Reitor Guilaro Martins Alves, teve início o processo de discussão da reforma universitária na Paraíba, originando o projeto de reestruturação da Universidade Federal da Paraíba com a implantação dos Institutos Centrais, através da Resolução Nº 06/70 do Conselho Universitário-CONSUNI”. Ver mais em: **Projeto Pedagógico do Curso de Odontologia da Universidade Federal da Paraíba**, João Pessoa, PB, 2016, p. 7-8.

ele seguiram para Brasília, os nomes dos professores Milton Ferreira de Paiva e Flodoardo da Silveira” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 13 de agosto de 1964, p.03).

A respeito da origem e a escolha para a reitoria, o jornal Diário da Borborema divulgou a seguinte passagem:

QUEM É QUEM

O snr. Guilardo Martins é baiano radicado, há anos, na capital do Estado, onde como médico conceituado, mantém um consultório. É presidente no Estado da Sociedade de Gastroenterologia, tendo participado, no Rio e em São Paulo, de vários simpósios sobre a especialidade profissional. É professor da Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba. E, ainda, Capitão-Médico do Exército, pertencendo ao quadro de oficiais do 15º Regimento de Infantaria.

ESCOLHA

A escolha do professor Guilardo não ocorreu de surpresa, no seio da marcha universitária paraibana, pois era esperada a sua permanência no posto que havia assumido, logo após a revolução de 31 de março (DIÁRIO DA BORBOREMA, 13 DE AGOSTO DE 1964, P.03)¹⁰⁸.

Guilardo Martins é nomeado reitor e quem assumiu o cargo de vice-reitor foi o diretor da Faculdade de Engenharia, Serafim Martinez, durante solenidade realizada no dia 20 de agosto de 1964, no Salão Nobre da Faculdade de Direito, na cidade de João Pessoa. A ocasião contou com a presença do Governador Pedro Gondim, também de autoridades civis e militares (que não tiveram seus nomes citados na matéria), do professor José Paulino Filho, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, tendo sido ainda expedidos “convites a todos os professores da universidade, por intermédio das diretorias das respectivas faculdades, e ao corpo discente, através dos Diretórios Acadêmicos” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 27 de agosto de 1964, p.05)¹⁰⁹.

Na solenidade de posse do reitor Guilardo Martins e seu vice-reitor, o discurso foi proferido pelo professor José Paulino Costa que na ocasião assumia o cargo de presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, em nome do corpo docente da Universidade Federal da Paraíba e tinha o seguinte teor:

O HOMEM E O TEMPO

“Mas a honra do convite superou em muito a perplexidade que motivou. Tal honraria, meus senhores, resulta do alto cometimento que nos foi conferido, qual seja, o de trazer ao Magnífico Reitor Guilardo Martins Alves as saudações do Conselho Universitário e do corpo docente das escolas integrantes da Universidade da Paraíba. O interprete do pensamento do magistério universitário sente-se feliz e alegre com distinto encargo. O Dr. Guilardo Martins Alves ascendeu ao destacado

¹⁰⁸ Matéria intitulada **PRESIDENTE CONFIRMOU PRESENÇA DE GUILHARDO MARTINS NA REITORIA**. 13 de agosto de 1964. IN: Diário da Borborema, p.03.

¹⁰⁹ Matéria intitulada **GUILARDO MARTINS REASSUMIRÁ A REITORIA DA UFPA SÁBADO NA CAPITAL**. 27 de agosto de 1964. IN: Diário da Borborema, p.05.

cargo de Reitor “da Universidade da Paraíba numa fase revolucionária da vida nacional”.

O PROFISSIONAL

É um profissional liberal, vitorioso no exercício de suas atividades médico científicas. Formado pela tradicional e renomada Faculdade de Medicina da Bahia, foi o Dr. Guilardo Martins interno em importantes clínicas da capital baiana, onde também foi fundador e primeiro presidente do Centro Cultural Gonçalves Muniz, de inegável notoriedade no país. Foi Professor Assistente na Faculdade de Medicina da Bahia de onde saiu para exercer as funções de médico agregado do Serviço de Saúde do Exército Nacional. Seria fastigioso enumerar aqui todas as suas atividades, mas julgamos de evidente oportunidade alinhar que foi fundador da cadeira de Farmacologia e Clínicas Terapêutica da Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba, onde também exerceu funções administrativas no seu Conselho Técnico e na sua direção. “Sua atuante presença foi igualmente assinalada como Coordenador das Clínicas do Hospital Universitário e como Conselheiro junto ao Egrégio Conselho Universitário da Paraíba”, mais adiante: “Aqui e hoje se inicia uma nova fase da vida da Universidade da Paraíba. Ultrapassamos a etapa de sua implantação, cremos que à gestão de Dr. Guilardo Martins Alves será conferida e a meta da mais transcendental significação que chamaríamos do “arranco”- no dizer de Tostaw- para a consolidação e a autenticidade da Universidade da Paraíba. Consolidação que irá coroar o crescimento desta Universidade com a adoção de um plano de expansão harmônico, exequível, seguro, orgânico, realista, sem distorções ou privilégios. Autenticidade que possibilitará uma mudança de mentalidade tão bem preconizada nos esteios normativos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pois a Universidade deve ser, antes de tudo, encarada em seus múltiplos aspectos sociais e humanos”.

CONFIANÇA

Finalizando, disse o professor José Paulino da Costa Filho: “Pode Vossa Magnificência certificar-se de que início do seu Reitorado é marcado pelo halo da confiança generalizada, pela admiração e pelo respeito de quantos estão ajudando a construir a Universidade da Paraíba. Desconcerta-nos meus senhores, repetir é obvio ou enveredar pelos desvãos dos truísmos. Mas não nos escusamos de asseverar que a altíssima e a patriótica tarefa de Vossa Magnificência contará com o decidido apoio e a ajuda de todos, a fim de a Universidade da Paraíba venha preencher, definitivamente e em curto prazo, as finalidades para as quais foi criada: a instituição de pesquisa, a formação de profissionais de alto nível, o desenvolvimento das letras e das artes. Antevemos um Reitorado promissor. A semente não será atirada em terreno sáfaro: dará fruto e este muitos outros frutos produzirá”(DIÁRIO DA BORBOREMA, 30 DE AGOSTO DE 1964, P.04)¹¹⁰.

A matéria além de enfatizar a posse de Guilardo Martins para a Reitoria da Universidade Federal da Paraíba também caracteriza sua trajetória profissional, relacionando a sua importante contribuição no crescimento da instituição. Nesse sentido, através dos planos de expansão para a universidade buscava-se consolidar o projeto desenvolvimentista baseado na “instituição de pesquisa, a formação de profissionais de alto nível, o desenvolvimento das letras e das artes”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 30 de agosto de 1964, p. 04).

Porém, na manhã do dia 23 de maio de 1964, chega a Campina Grande-PB o Reitor Guilardo Martins acompanhado dos professores José Paulino Costa Filho e Lynaldo

¹¹⁰ **PROFESSOR GUILARDO MARTINS EMPOSSADO ONTEM NA REITORIA DA UNIVERSIDADE.** Domingo, 30 de agosto de 1964. IN: Diário da Borborema, p.04.

Cavalcanti a fim de inaugurar o Escritório Técnico de Projetos da Faculdade de Ciências Econômicas¹¹¹. Após visitar a FACE, Guilardo segue para a Sede da Escola Politécnica, localizado no bairro de Bodocongó com o objetivo de observar como estava a construção do edifício da Faculdade de Ciências Econômicas.

Depois dos primeiros contatos com alguns estudantes e professores universitários, o reitor seguiu em direção a Rua João Suassuna e um grande número de pessoas já o aguardava para a inauguração dos Projetos da FACE. Nesse local foi dado início ao ato em que o professor José Paulino Costa Filho pronunciou as seguintes palavras:

Excelentíssimo sr. Dr. Guilardo Martins, Magnifico Reitor da Universidade da Paraíba; Ilustres professores que integram a Comitativa da Universidade. Meus estimados colegas da Faculdade de Ciências Econômicas. Caríssimo professor Lynaldo. Meus alunos. Meus Senhores. Não está ocorrendo aqui, propriamente, uma solenidade; Nem sequer um ato inaugural. O que se verifica com efeito, é simplesmente a abertura deste Escritório Técnico de Elaboração de Projetos e das instalações dos vários departamentos ainda em implantação-todos como órgãos integrantes de nossa Faculdade de Ciências Econômicas. Seria, de certo, escusado, registrar a minha satisfação, como diretor eventual, em testemunhar e dirigir este ato, esta abertura dessas novas dependências da Universidade da Paraíba. E o nosso regozijo é tanto maior, porque contamos agora, de certo, com o apoio que nos vem prestando, desde sua investidura, no cargo de Reitor, do Dr. Guilardo Martins que para aqui ocorreu atendendo ao nosso convite para um contato com a classe universitária (DIÁRIO DA BORBOREMA, 24 DE MAIO DE 1964, P. 02)¹¹².

O Escritório Técnico a ser inaugurado pelo Reitor da Universidade da Paraíba configurava-se como um importante passo no aperfeiçoamento profissional dos estudantes de economia, tendo em vista que as instalações na referida universidade ainda se encontravam de forma precária, faltando máquinas e instrumentos de trabalho adequados para a formação dos alunos do Curso de Economia.

No entanto, a construção conservadora dos que apoiaram o golpe civil militar de 1964, acerca da presença de Guilardo Martins na Universidade Federal da Paraíba partia da ideia de que o reitor solucionaria “toda uma gama de problemas que vinha dificultando o seu normal funcionamento, o seu ensino” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 24 de maio de 1964, p.02). Esses discursos relacionados à imagem do reitor eram reforçados pelo próprio Guilardo

¹¹¹ “O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas foi idealizado em 1955 juntamente com a Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande – FACE, criada pela Lei Municipal nº 512, de 01/07/1955 e, inicialmente, mantida pela Prefeitura Municipal. Entretanto, o curso só começaria funcionar efetivamente em 1961, após a incorporação da FACE à recém-criada UFPB”. Ver mais em <ftp://ftp.ufv.br/dea/Coordena%E7ao%20Gradua%E7ao/projeto%20pedagogico%206.pdf> acesso em 26 de junho de 2018.

¹¹² **REITOR GUILHARDO MARTINS VEIO INAUGURAR ONTEM O ESCRITÓRIO DE PROJETOS DA FACE.** Domingo, 24 de maio de 1964. IN: Diário da Borborema, p.02.

quando relacionava a sua presença ao desenvolvimento da universidade e, conseqüentemente, aos rumos da educação dos estudantes da Paraíba, conforme podemos verificar em seu pronunciamento:

Sr. Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, professor Paulino Costa Filho, Sr. Diretor Lynaldo Cavalcanti, da Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, Srs professores, srs. Acadêmicos. Funcionários. É sempre uma honra e uma satisfação pisar o solo dessa briosa e centenária rainha da Borborema. Mas, desta vez, é também com orgulho que nós aqui acorremos, numa fase transicional da vida política administrativa do nosso Brasil. Com orgulho, porquanto, investidos nos achamos numa posição de alta responsabilidade, qual seja conduzir a nau universitária aos seus superiores objetivos, quais sejam a preparação da infraestrutura do nosso Nordeste, do nosso Brasil, para que tenhamos os técnicos e a mão de obra necessários ao desenvolvimento do Brasil, ao progresso social e ao bem-estar da família brasileira. De sorte (...). É com muita satisfação, é com muita honra que nós aqui estamos para declarar instalado o escritório de Elaboração de Projetos da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, símbolo de uma nova época, símbolo de uma época de racionalização dos serviços, superando aquela outra improvisação e do empirismo.

Meus senhores, professores, acadêmicos, nós aqui, fazemos o juramento que é dar o nosso apoio e o nosso estímulo para que essa chama sagrada, que justamente, representa estes anseios da mocidade docente e discente, seja atingida com o apoio indiscutível da Universidade da Paraíba que aqui está presente e estará também no futuro (DIÁRIO DA BORBOREMA, 24 DE MAIO DE 1964, P. 02)¹¹³.

O discurso apresentado pelo reitor Guilardo Martins evidenciava a necessidade de investimentos no setor tecnicista e o enaltecimento acerca da Universidade e dos estudantes do curso de Economia da FACE. No entanto, com a instauração da Ditadura Militar no Brasil em 1964, as universidades se constituíram em lugar de preparação de profissionais qualificados relacionados aos investimentos no setor tecnicista. Essa lógica seguia um modelo de política estatal voltada ao cunho científico-tecnocrata estabelecido pelos governos militares.

Para tanto, é interessante ressaltar que o investimento no setor tecnicista na universidade já dava indícios de que também haveria mudanças na educação básica, quando nas escolas públicas os “seus currículos transformaram-se num amontoado de disciplinas, onde se misturavam as concepções positivistas com os interesses ligados à educação moral e cívica” (CUNHA, 2002, p. 70). Seguindo a linha autoritária instaurada pelos governos militares, havia uma preocupação das instituições sociais não ser “capazes de educar o povo segundo os padrões morais e cívicos e, pior ainda, na sua omissão, abriam as portas para a entrada de ideologias exóticas, como o comunismo”. (CUNHA, 2002, p. 71).

¹¹³ REITOR GUILARDO MARTINS VEIO INAUGURAR ONTEM O ESCRITÓRIO DE PROJETOS DA FACE. Domingo, 24 de maio de 1964. IN: Diário da Borborema, p. 02.

Dessa forma, surge o plano de instauração de disciplinas como Educação Moral e Cívica que no Governo de Castelo Branco não obteve sucesso de imediato¹¹⁴, havendo diante da tentativa do Ministro de Guerra, o general Costa e Silva, impedimento por parte de intelectuais como Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro em seu projeto “Revolucionário” para a educação brasileira.

Nesse sentido, o investimento na Universidade Federal da Paraíba também seguia uma linha conservadora, no sentido de legitimar a “Revolução de 64” enquanto projeto desenvolvimentista e contava com o empenho do reitor Guilardo Martins nessa “missão administrativa”. No entanto, com a instauração da ditadura militar no Brasil, especificamente na Paraíba, práticas repressoras passaram a ser desenvolvidas também no âmbito da universidade. Sobre essa questão Gomes (2002) nos esclarece que:

Desde o primeiro momento, o Governo se preocupou em ter o controle político da educação, desenvolvendo práticas repressoras contra professores e alunos que discordassem das orientações e ações políticas impostas. Por outro lado, a situação se agravava quando se constata que a dinâmica da educação não vinha atendendo aos reclamos da expansão econômica que o país enfrentava. E isto já vinha se refletindo desde o Governo anterior, pois o sistema educacional também não correspondia às demandas que o sistema econômico exigia, isto é, oferecer recursos humanos habilitados para fazer face às exigências do mercado (GOMES, 2002, P. 22).

Seguindo essa linha de pensamento no que concerne o âmbito da educação na universidade, é possível apreendermos que a “criação de mecanismos de controle das leis, decretos e portarias tinha o objetivo de atingir categorias que poderiam oferecer resistência, como estudantes, professores, operários e militares” (GOMES, 2002, p. 62). Nesse sentido, a universidade foi alvo da radicalização de um novo modelo de política autoritária, haja vista que com a intervenção militar novos caminhos foram traçados no sentido de torná-la uma “instituição universitária rígida, monolítica e homogeneizada, afastando a intelectualidade progressista e o aluno mais politizado” (GOMES, 2002, p. 62).

É nesse contexto que se insere a atuação do reitor Guilardo Martins, que seguindo um modelo conservador buscava estabelecer a “ordem à tranquilidade no ambiente universitário”, através de uma política baseada no autoritarismo e na repressão. Esse modelo penalizava aqueles que não compactuavam com as ideias ditas “progressistas”, caracterizando-os como

¹¹⁴ As disciplinas somente se efetivaram quando foi decretado o AI-5 em dezembro de 1968, quando em setembro foi produzido um decreto-lei nº 869 resultante do trabalho desenvolvido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Assim, “no início de 1969 Anísio Teixeira tinha concluído seu mandato e não fora reconduzido e Durmeval Trigueiro foi aposentado compulsoriamente do serviço público e perdeu o cargo no Conselho Federal de Educação. Estava derrubada a barreira contra a disciplinarização da educação moral e cívica”(CUNHA, 2002, p. 72).

subversivos e, portanto, poderiam ser perseguidos, presos ou expulsos da Instituição. Assim, estudantes e professores passaram a ser “cassados” pelos IPMs (Inquéritos Policiais Militares) e uma “Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) composta pelo reitor, por professores e funcionários indicados pelos militares foi instalada para levar a efeito os expurgos” (GOMES, 2002, p. 66). É interessante ressaltar que “professores, coordenadores de cursos, diretores de faculdades e quaisquer servidores que não comungassem com os ideais revolucionários” também eram destituídos de seus cargos (GOMES, 2002, p. 109).

Sendo assim, estudantes, professores ou qualquer servidor da Universidade Federal da Paraíba que fosse contraditório as ideias de “Revolução” eram considerados subversivos e o mecanismo eficaz, naquele momento, seria a expulsão e substituição de seus cargos e funções. Na Faculdade de Direito¹¹⁵ a expulsão do estudante Antúrio Vaz¹¹⁶ da Presidência do Diretório Acadêmico de Direito se deu com a chegada de Guilardo Martins à Reitoria, assim como outros Presidentes de Diretórios foram afastados por manterem laços com a corrente da esquerda. Em seu relato, o estudante Antúrio nos afirmou como esse episódio ocorreu e que implicações essa decisão teve para sua vida:

Fomos afastados não só da Presidência dos seus diretórios, mas fomos inclusive cassados por um ano. Todos cassados por um ano e perdemos um ano de faculdade. Um ano sem poder estudar. Por exemplo, eu era da turma que concluiu em 66 e fui concluir em 67, porque perdi a matrícula, foi cancelado, né? Isso foi uma forma de punição e repressão às ideias que a gente defendia.... Depois do golpe a coisa esfriou muito em termos de movimento estudantil e não havia mais... Cada eleição que surgia a gente se articulava para eleger aqueles que a gente acreditava, né? [...] (VAZ, ENTREVISTA, 15/09/2017).

Em seu relato o estudante Antúrio Vaz nos afirmou ainda que ao ser expulso de seu cargo de representação estudantil na Faculdade de Direito, quem assumiu a presidência do Diretório Acadêmico foi um aluno escolhido pela própria Reitoria. Esse estudante

¹¹⁵ A nossa intenção nesse trabalho não é narrar como se deu a invasão da Faculdade de Direito nem tampouco trazermos relatos dos que foram perseguidos e destituídos de seus cargos pelas forças militares após 1964. O caso do estudante Antúrio Andrade Vaz não é um caso isolado, mas nos permite reconstruirmos os fatos, interpretando-os através de um novo olhar acerca dos acontecimentos do passado; acontecimentos esses que ficaram marcados na memória dos que sofreram com a repressão e a perseguição tão próprias desse período e que jamais poderão ser esquecidas para que casos como esses não venham a se repetir. Para maiores esclarecimentos acerca da invasão da Faculdade de Direito temos o jornal O Norte, edição de 4 de março de 1964, sob o título **TROPA MILITAR EVACUOU A FACULDADE DE DIREITO**, bem como indicamos a seguinte leitura: RODRIGES, Claudio José Lopes. **Alienados e Subversivos- a aventura estudantil (1959-1999)**/ Claudio José Lopes Rodrigues. – João Pessoa: Ideia, 2000.

¹¹⁶ Era estudante do Curso de Direito tendo sido eleito em setembro de 1963 para a Presidência do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, permanecendo até abril de 64 quando foi afastado por decisão da Força Militar. Em seu depoimento, no dia 15 de setembro de 2017 em João Pessoa-PB, ele nos afirmou que fora afastado porque dava apoio às chamadas Reformas de Base que o Governo de João Goulart tentava implantar no país, como a Reforma Agrária que ainda era uma Reforma moderada e a Reforma Universitária, entre outras.

considerado interventor tinha a função, segundo nosso depoente, de trabalhar no plano administrativo da universidade, estando à frente de algumas reivindicações estudantis e encaminhando-as ao Reitor, dependendo do tipo de reivindicação. Nesse sentido, os estudantes interventores eram aqueles que mesmo antes do golpe militar em 1964 já apoiavam os movimentos militares se mostrando opositores ao Governo de João Goulart e difundindo na universidade as ideias de “Revolução” como necessárias ao progresso do país.

Nessa esteira também procuravam, evidentemente, criar um clima de harmonia entre os estudantes para que o ambiente se tornasse favorável aos que assumiram o poder em toda a sua extensão, sendo que uns estudantes eram “mais moderados e outros mais agressivos”. Justificar o cargo assumido por Guilardo Martins, o Magnífico Reitor, na Universidade Federal da Paraíba, também era uma das funções dos alunos Interventores. O discurso assumido de que Guilardo “ora era de um reitor que perseguia estudantes e professores, ora de um homem “sensível” aos problemas da universidade”, foi algo que percebemos no relato do estudante Delfim dos Santos, ao nos afirmar: “Guilardo Martins era um homem sensível, mas também muito exigente” (DOS SANTOS, ENTREVISTA, 27/09/2017). Ele nos relatou ainda que numa determinada ocasião um filho de João Pedro Teixeira foi impedido pelo reitor de fazer as refeições no Restaurante Universitário. O episódio ocorreu da seguinte maneira:

Não me lembro se o nome dele era Isaque, como era... Um menino tão calado que tinha uns doze ou treze anos e fazia refeição no Restaurante Universitário, ele estudava aqui, acho que numa escola primária e fazia refeição lá e... eu deixei. Era um menino inofensivo, não ofendia a ninguém, fazia à refeiçãozinha dele e ia embora, né? E certo dia (pausa...) eu chego, estou no restaurante num carro preto da universidade, porque Guilardo mandava me buscar no carro da reitoria. O reitor mandou me chamar lá. Pois não, Magnífico. Ele disse (se referindo a Guilardo Martins): - Tem um filho de João Pedro Teixeira que faz refeição no Restaurante Universitário? Eu disse: - Tem. Ele falou: - Eu não quero mais que ele almoce lá. Eu disse: - Mas magnifico, é um menino, não ofende a ninguém, não tem para onde ir. Ele disse: - Não quero saber, ele hoje não faz mais refeição lá. Aí eu cheguei e comuniquei ao menino, né? Eu disse: - Olha, aconteceu isso, mas você vai lá e conversa com Dr. Guilardo, o magnífico reitor, ele é um homem sensível. Converse com ele e ele pode lhe deixar aqui e tal e foi. Quando chegou lá Guilardo disse: - Não, eu não dei essa ordem a ele não! Ele é quem está determinando (se referindo a Delfim Vasconcelos) (DOS SANTOS, ENTREVISTA, 27/09/2017).

No relato do estudante Delfim Vasconcelos é perceptível os “mandos e desmandos” de um reitor que usava de sua posição para agir da forma que melhor lhe conviesse. Havia uma relação intrínseca entre Guilardo Martins e os alunos interventores, pois esses eram sempre solicitados quando necessitavam dos “serviços”, sendo buscados em carro de propriedade da Universidade Federal da Paraíba. Isso demonstrava as regalias em forma de troca de favores que se estabeleciam entre o reitor e os estudantes que assumiam uma posição conservadora à

direita, mais especificamente, alunos interventores, ficando na incumbência da realização de tarefas designadas pelo “magnífico”.

A relação do reitor Guilardo Martins com os estudantes se davam de forma autoritária na Universidade Federal da Paraíba, tendo a importante participação de alunos interventores que desempenhavam tarefas sob os “mandos e desmandos” do reitor. Nesse sentido, é visível o retrocesso que se instalou na instituição universitária com a chegada do reitor indicado pelo regime e que, ao assumir um discurso conservador a serviço das forças conservadoras à direita, impunha sérios prejuízos aos estudantes, professores e demais funcionários que não se integravam ao novo sistema de governo instaurado, algo que resultou em demissões, suspensões de matrículas e perseguições.

É importante ressaltar que o discurso conservador que tinha como objetivo central a legitimação da “Revolução de 64” na Paraíba foi se construindo na universidade a partir dos alunos conservadores à direita, mas, também, a partir das ideias de patriotismo e civismo presente na imprensa paraibana. Desde as comemorações do dia 7 de setembro, em 1964, chegando ao primeiro aniversário de comemoração da “Revolução” o civismo era bem presente, tendo sido noticiado pelo jornal Diário da Borborema que na semana da Pátria, iniciada em 28 de agosto de 1964, em João Pessoa, alunos secundaristas e universitários comemoraram ativamente o civismo e o patriotismo, demonstrando ser mais fortes que nos anos anteriores.

Nesse sentido, as associações estudantis como a AESP elaboraram um programa de atividades com palestras alusivas a Pátria. Nessa mesma matéria foi divulgado o desejo da diretoria da AESP em convidar o general Artur Candal, o coronel D’ávila e outros oficiais do 15º Regimento de Infantaria para proferir palestras sobre os movimentos que antecederam o Grito do Ipiranga. Um aspecto a ser frisado é que, como forma de demonstração de civismo, colégios, grupos escolares, bem como institutos oficializados foram convocados a saírem às ruas em alusão a Independência do Brasil, tendo a participação das bandas escolares nesse importante momento de demonstração de civismo na capital paraibana (DIÁRIO DA BORBOREMA, 28 de agosto de 1964, p.06).

Nessa mesma direção seguiram as comemorações de alusão ao primeiro aniversário da “Revolução” na Paraíba. Logo na semana do dia 31 de março de 1965, data em que se comemoraria um ano do “Movimento Revolucionário”, a imprensa passou a divulgar matérias relacionadas a convites acerca da sessão solene, bem como, um vasto programa comemorativo a ser cumprido a partir de desfiles e palestras com a participação de servidores municipais, estaduais e federais.

Um aspecto importante também a se destacar é que mesmo passado um ano da “Revolução de 64” a imprensa paraibana continuava a divulgar matérias que enfatizavam esse momento histórico. Nesse sentido, é perceptível a colaboração da imprensa no sentido de legitimar a “Revolução de 64”, apontando e reforçando um discurso que servia aos interesses das ideologias conservadora à direita.

Tendo em vista o discurso conservador, o jornal informava à sociedade que a “Revolução” “deu os primeiros passos para uma caminhada gloriosa, pois conteve a desordem, paralisou a avalanche que ameaçava e tumultuava a perda de liberdade e da livre escolha para nos subordinar a ideologias exóticas” (O NORTE, 31 de março de 1965, p.03). Sob essa perspectiva, o cenário delineado revelava um discurso de que todo cidadão deveria amar a sua Pátria, cuidando-a e honrando-a como cidadãos conscientes de suas responsabilidades cívicas.

4.1.2 Os estudantes de “esquerda” entram em ação: Comícios, passeatas e concentrações.

Os discursos promovidos pela imprensa entre os anos de 1964 e 1965 foram importantes no processo de legitimação da “Revolução de 1964”, enquanto uma “Revolução redentora e restauradora” da ordem no cenário paraibano. Já o ano de 1966 foi marcado pelo retorno das lutas estudantis, no que concernem as manifestações e repressões no cenário brasileiro, em especial, o movimento estudantil de esquerda que retornava de forma gradual sua influência política na sociedade, apesar da proibição de funcionamento da UNE¹¹⁷. Mesmo assim, “pouco a pouco a ascensão da esquerda surge a partir dos protestos de 1966, passando definitivamente ao comando das reivindicações estudantis”. (VALLE, 2008, p. 72).

Em 05 de fevereiro de 1966 foi baixado o Ato Institucional Nº 3, AI-3, pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco que tinha dentre as medidas a organização das eleições indiretas a nível nacional, estadual e municipal. Esse ano também “assistirá a emergência das manifestações de rua que, iniciadas em março, estender-se-ão até o mês de setembro apesar das atitudes repressivas do governo que vê nesses protestos inspiração comunista e alcance subversivo”. (VALLE, 2008, p. 34).

¹¹⁷ De acordo com Valle(2008), “com o AI-3 o movimento estudantil é atingido e a UNE fica proibida de funcionar como associação civil, proibição que se torna extensiva a todas as entidades estudantis e ao conjunto de suas atividades”(VALLE, 2008, p34).

Em 1967 quem assume o poder é o general Artur da Costa e Silva dando início ao período de maior endurecimento do regime militar no Brasil. No ano seguinte, em 1968, foi promulgado o Ato Institucional Nº 5, acarretando no fechamento do Congresso Nacional, na cassação de políticos e no aumento da repressão e das atividades consideradas subversivas.

Mas, ainda no ano de 1967, esteve de volta no cenário brasileiro “as discussões políticas a crise da universidade brasileira, bem como as greves e manifestações reivindicando mais vagas nas universidades, intensificando-se os protestos estudantis” (VALLE, 2008, p. 35). Esse cenário é fruto da “política educacional do pós-64 que pautada na redução de verbas e no abandono de investimentos públicos nas universidades, é justificado pela estratégia de contenção de gastos em setores não produtivos” (VALLE, 2008, p. 35).

De maneira geral podemos afirmar que os anos de 1966 e 1967 foram marcados no cenário brasileiro pela retomada das manifestações estudantis de esquerda. Alguns Acordos foram realizados logo após o golpe e se tornaram públicos somente nos anos posteriores, a exemplo do Acordo MEC-Usaid¹¹⁸ que, a partir de 1966, foi colocado em prática se tornando conhecida como uma “reforma autoritária, domesticadora que visava atrelar o sistema educacional ao modelo econômico dependente, imposto pela política norte-americana para a América Latina” (ARANHA, 1996, p. 213). Para Aranha (1996), o Acordo MEC-Usaid estava baseado em três pilares:

Educação e desenvolvimento: formação de profissionais para atender às necessidades urgentes de mão de obra especializada num mercado em expansão; *Educação e segurança:* formação do cidadão consciente. Daí as disciplinas sobre civismo e problemas brasileiros (Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros); *Educação e comunidade:* estabelecer a relação entre escola e comunidade, criando conselhos de empresários e mestres (ARANHA, 1996, P. 214).

O Acordo MEC-Usaid representava um envolvimento oficial “entre o governo de outro país na educação brasileira, evidentemente movido por interesses próprios e, não por filantropia” (MOTTA, 2014, p.111). Assim, aliado as ideias de modernizar o sistema educacional brasileiro, os Estados Unidos buscavam interferir no Brasil no sentido de formar ideologicamente estudantes e professores. Para Motta (2014) os objetivos específicos do governo norte americano para a educação no Brasil estavam relacionados a:

¹¹⁸ A sigla significa Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development. Considerado um Acordo entre o Ministério da Educação no Brasil com o governo norte-americano. Nesse caso, o Brasil passa a receber assistência técnica e cooperação financeira para a implantação da reforma (ARANHA, 1996, p. 213).

Modernização das Instituições e a formação de grupos de estudantes e professores simpáticos aos Estados Unidos, maneira de garantir boas relações contínuas entre os dois países, já que se tratava de elites culturais importantes. Para derrotar a influência cultural e ideológica da esquerda, era necessário ganhar a batalha para a formação dos valores dos estudantes, daí a importância estratégica de treinar professores nos Estados Unidos, enviar especialistas para cá, traduzir livros americanos para uso nas escolas, estabelecer convênios entre as Universidades dos dois países etc. (MOTTA, 2014, p. 114).

Seguindo a linha de pensamento de que era necessário modernizar a educação brasileira, a “ajuda” dos técnicos norte-americanos se constituiu num importante passo na criação de indústrias e no investimento das Universidades. Com a influência do Acordo MEC-Usaid foi criado na Paraíba, especificamente, em Campina Grande o Projeto RITA (Rural Industrial Technical Assistance) em que “estudantes brasileiros e norte-americanos foram especializar-se em desenvolvimento industrial na Universidade da Califórnia em Los Angeles, parceria da Universidade Federal da Paraíba nesse programa” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 18 de agosto de 1966, p.06)¹¹⁹.

Assim, “graças a Usaid foram criadas pequenas e médias indústrias em Campina Grande” (DB, 18 de agosto de 1966, p.06). Essa assertiva era propagada na imprensa, considerando o Projeto MEC-Usaid como importante investimento à Paraíba, pois, além da assistência técnica aos professores e estudantes, estaria colocando a Paraíba nas trilhas do progresso. Partindo-se do pressuposto de que haveria melhorias no campo educacional, diga-se para a Universidade da Paraíba, o Reitor Guilardo Martins¹²⁰ “investe suas energias” na tentativa de estabelecer convênios com o governo federal e assim conseguir verbas para a Instituição.

Com o apoio da Usaid e do projeto RITA houve a formação de novos cursos na Universidade da Paraíba, como o de Engenharia Mecânica. Segundo o Ofício Nº 234/66¹²¹ houve a “possibilidade de estabelecimento de um convênio com nossa Escola para a implantação de curso de Engenharia Mecânica foi recebida com grande entusiasmo e satisfação”. Dessa forma, o referido curso contou com o apoio da “USAID e do Projeto RITA, consubstanciada na vinda de professores americanos para lecionar durante 18 meses”.

¹¹⁹ **CONTRIBUIÇÃO DA USAID E BID AO PROGRAMA DA ALIANÇA NA PARAÍBA.** 18 de agosto de 1966. IN: Diário da Borborema, p. 06.

¹²⁰ Com o golpe civil militar em 1964, vai ser indicado Reitor na Universidade da Paraíba e “estabelecer diversos convênios com órgãos federais para liberação de verbas, implantação de laboratórios, sistemas de telecomunicações construção de novas instalações físicas, o que favorecia sobremaneira a Universidade”(CITTADINO, 1999, p.20).

¹²¹ Ofício nº 234/66. Data: 16.06.1966. Do senhor Lynaldo Cavalcante de Albuquerque ao Diretor da escola de Engenharia de São Carlos, o senhor Theodoreto de Arruda Souto. Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG.

O discurso de que o projeto MEC-Usaid traria melhorias educacionais para a Paraíba foi logo propagado na imprensa local, no entanto, “nos meios universitários e intelectuais, a assinatura dos acordos gerou imediatamente desavenças e críticas que logo alcançariam repercussão pública” (MOTTA, 2014, p. 120). Assim, os estudantes universitários decidiram reunir-se em assembleia como forma de protesto a assinatura do Acordo MEC-Usaid. O jornal DB na edição de 19 de maio de 1967 anunciava a decisão dos estudantes ao tratar das questões educacionais relacionadas ao Projeto. Vejamos:

ACORDO

Hoje, às nove horas, no teatro Municipal, realizar-se-á assembleia geral dos universitários campinenses que tratarão de defender os interesses educacionais dos estudantes, pondo em discussão o Acordo MEC-USAID. Também será constituída comissão para debater com o Ministro de Educação, que breve estará em Campina Grande, assuntos de relevante importância no plano educacional do país. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 19 DE MAIO DE 1967, P. 06)¹²²

O Projeto MEC-Usaid além de representar “mudanças a serem implantadas na educação superior nos cinco anos seguintes, contava também com uma comissão montada por dez especialistas, sendo cinco nomeados pelo MEC e os outros cinco americanos” (MOTTA, 2014, p. 120). Segundo o autor, o projeto foi encarado “como insidioso plano de controlar, privatizar e desnacionalizar o ensino superior, tendo em vista que os Estados Unidos não queria apenas ajudar na modernização do Brasil, eles desejavam também influenciar na política brasileira” (MOTTA, 2014, p. 120). Ficava evidente que “o objetivo das ações desenvolvidas pelo Estado Militar era formar o indivíduo que não contestasse com as medidas empreendidas pelo governo militar” (GOMES, 2002, p. 34).

Seguindo a linha de pensamento de que o Acordo MEC-Usaid se constituiria na submissão dos estudantes brasileiros ao modelo de educação norte americana, tornando-os mão de obra qualificada para o mercado de trabalho¹²³ é que houve uma série de manifestações estudantis em relação à assinatura do Acordo. Na luta contra a dominação norte americana os estudantes organizaram passeatas, fecharam escolas e exaltaram o patriotismo, conforme podemos observar no jornal DB:

¹²² **ESTUDANTES DA POLITÉCNICA AFASTARAM GERENTE DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO.** Sexta-feira, 19 de maio de 1967. IN: Diário da Borborema, p. 06.

¹²³ Além desse fator também existia a intenção de “derrotar a influência cultural e ideológica da esquerda no sentido de ganhar a batalha para a formação dos valores dos estudantes, usando como estratégia o treinamento de professores nos Estados Unidos, o envio de especialistas para o Brasil, a tradução de livros americanos para o uso nas escolas e o estabelecimento de convênios entre as universidades dos dois países” (MOTTA, 2014, p. 114).

GREVE E PASSEATA

O movimento que eclodiu no seio dos estudantes universitários, transbordou para as ruas e contagiou os estudantes secundaristas que, de imediato, forçaram o fechamento dos colégios. Encheram as ruas da cidade clamando contra os americanos e cantando hinos patrióticos, ou mesmo, permanecendo em silêncio, sentados nos chãos das praças públicas, como em vigília cívica (DIÁRIO DA BORBOREMA, 25 DE MAIO DE 1967, P. 08)¹²⁴.

Com a realização das passeatas contra o Acordo MEC- Usaid, os estudantes afirmavam seu posicionamento de insatisfação com a educação brasileira revelando que o Acordo “destinava-se a promover a esterilização mental da juventude estudiosa do Brasil”. Assim, enquanto a bandeira dos Estados Unidos “incendiava-se, suspenso por uma vara, toda a multidão composta de estudantes e elementos de várias classes sociais, entoava o Hino Nacional Brasileiro (DIÁRIO DA BORBOREMA, 28 de maio de 1967, p. 11)¹²⁵.

Os estudantes universitários compunham as manifestações de ruas¹²⁶ e o seu “repertório de protestos incluía passeatas, comícios e pichações, muitas vezes culminando em ato de forte simbolismo, como a queima da bandeira dos Estados Unidos” (MOTTA, 2014, p.126). Os protestos contra o Acordo MEC-Usaid foram crescendo a partir de 1967¹²⁷, o que gerou insatisfação por parte dos Estados Unidos com o governo brasileiro e, nesse sentido, a onda antiamericana estaria relacionada, à “incapacidade das autoridades brasileiras que não souberam lidar de modo eficiente com os opositores, sobretudo os jovens. Falta de capacidade de dialogar e excessos repressivos, somados a incompetência administrativa” (MOTTA, 2014, p.129).

Tendo em vista que “a Universidade desde o primeiro instante da ditadura militar foi o setor mais sensível à intervenção autoritária” (GOMES, 2002, p. 25) no que toca aos estudantes brasileiros, estes se mostraram insatisfeitos com a situação educacional relacionado ao Acordo MEC-Usaid, reagindo através das “greves, boicotes, atos públicos, passeatas nas ruas ou mesmo protesto em salas de aulas” (GOMES, 2002, p. 25). O protesto dos estudantes foi ampliado e outras bandeiras se constituíram tais como a “luta contra o expurgo dos

¹²⁴ **ESTUDANTES FORAM ÀS RUAS PROTESTAR CONTRA ACORDO MEC-USAID.** 25 de maio de 1967. IN: Diário da Borborema, p. 08.

¹²⁵ A reportagem publicada intitula-se **UNIVERSITÁRIOS FAZEM COMÍCIO E QUEIMAM BANDEIRA**, 28 de maio de 1967. IN: Diário da Borborema, p.11.

¹²⁶ De acordo com Motta (2014), a “Usaid mantinha inúmeros projetos em diferentes setores, entre eles habitação, sindicalismo, agricultura e segurança pública. Mas os Acordos na área da educação superior tinham maior capacidade de mobilização, em particular, porque os estudantes universitários compunham o grupo social mais numeroso nas manifestações de rua” (MOTTA, 2014, p. 126).

¹²⁷ Nos capítulos posteriores desse trabalho evidenciaremos melhor a atuação dos estudantes na Paraíba entre os anos de 1964 e 1968, período do recorte temporal de nossa pesquisa.

professores¹²⁸ e alunos, contra a invasão dos militares as Universidades, contra o aumento do preço das refeições e o fechamento dos restaurantes” (GOMES, 2002, p. 25).

Para os estudantes de “esquerda” o que a sociedade brasileira estava vivenciando era, na verdade, um golpe civil-militar que culminou numa ditadura militar baseada em perseguição, tortura e morte daqueles que se opunham ao sistema, “a partidos políticos considerados comunistas e a movimentos sociais” (ALVES, 2005, p. 72).

A partir de 1968 “a luta contra a ditadura e o imperialismo de um lado, e do outro a luta no interior das universidades serão as principais bandeiras levantadas” (VALLE, 2008, p. 78). Porém, com o aumento da repressão da Polícia Militar sobre os estudantes considerados de esquerda e o endurecimento do regime militar, ocorre uma maior intensificação acerca da construção dos estudantes enquanto sujeitos que “provocavam alterações na ordem pública”.

Episódios começaram a ser divulgados pela imprensa paraibana no sentido de denunciar os estudantes contrários ao golpe civil militar de 1964, caracterizando-os enquanto “comunistas e agitadores da ordem pública”. Dessa forma, “os estudantes, um dos setores mais tensos das relações civis com o governo, passam a ser tratados no âmbito da segurança; seus problemas encarados como questão militar” (VALLE, 2008, p. 37).

É nesse contexto de relações tensas entre o governo e os estudantes que um caso ocorrido no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, envolvendo um estudante secundarista ganhará notória repercussão na Paraíba. Reportamo-nos ao assassinato do Edson Luís de Lima Souto¹²⁹, que em março de 1968, passa a ser considerado como o “primeiro assassinato explícito da Ditadura” (VALLE, 2008, p.48)¹³⁰, provocando a intensificação dos comícios e passeatas e, conseqüentemente, o aumento da repressão por parte da Polícia Militar aos estudantes. É interessante ressaltar que a morte do estudante ocorre no mês de aniversário da “Revolução” de 31 de março de 1964, considerando-se tal episódio perturbador para a ordem pública, tendo em vista que se tornou um marco para a luta política do movimento estudantil de esquerda contra a ditadura militar no Brasil.

¹²⁸ É interessante ressaltar que nesse período foram “instaurados inquéritos político-militares, incluindo, as universidades brasileiras, com base no Ato Institucional Nº1, com o objetivo de punir alunos, professores e funcionários contrários ao novo regime”(GOMES, 2002, p. 24).

¹²⁹ “No dia 28 de março de 68 morre Edson Luís durante o choque da Polícia Militar com os estudantes do restaurante Calabouço, que participam de mais de uma das manifestações da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço(FUEC) contra o aumento do preço da refeição, que consideram abusivo, e pela melhoria e conclusão das obras do restaurante(VALLE, 2008, p. 40).

¹³⁰ De acordo com Valle(2008), o “enterro de Edson Luís é a maior mobilização popular após o golpe de 64, pois concentra mais de 50 mil pessoas, conforme os estudantes, que a justificam não apenas pela revolta contra o primeiro assassinato explícito da ditadura”(VALLE, 2008, p. 48).

Em Campina Grande, como forma de protesto a morte do estudante Edson Luís, foi realizada uma concentração na Praça da Bandeira e o Hino Nacional foi cantado pelos estudantes em voz alta. Nessa ocasião, também os oradores, representantes do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba do DCE da Universidade Regional do Nordeste, da União Universitária Campinense no Diretório Central dos Estudantes e do Centro Estudantil Campinense, “foram todos unânimes em protestar contra o estado de coisa por que passa a Nação, vistos pelo ângulo estudantil. Todos eles aproveitaram a oportunidade para clamar por liberdade para nosso país” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 2 de abril de 1968, p.02), sendo aplaudidos pela população que se encontrava na Praça da Bandeira.

Tendo em vista a intensificação das manifestações, a imprensa paraibana continuava a divulgar os estudantes universitários como “agitadores políticos suspeitos, pessoas juntamente punidas pela Revolução e comunistas notórios” que estavam se aproveitando da morte do estudante Edson Luís para “orientar as manifestações estudantis com o objetivo de atingir as autoridades constituídas, provocar alterações da ordem, atentar contra o patrimônio público e particular e o regime democrático” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 3 de abril de 1968, p.03). No entanto, se o principal objetivo era “manter a ordem” e a tranquilidade a todo custo, as ideias de subversão foram sendo forjadas acerca dos estudantes que eram contrários a “Revolução” na Paraíba, tendo na imprensa o principal canal de desqualificação dos sujeitos, apresentando-os como “subversivos, arruaceiros e revoltosos”.

O processo de construção acerca dos estudantes enquanto “agitadores da ordem” eram desvelados na imprensa através dos discursos de autoridades que comunicavam a população sobre as possíveis manifestações de ruas, solicitando providências “contra os fatos que poderiam vir acontecer ante as provocações daqueles indivíduos”. Em Nota divulgada pelo Ministro da Justiça, Luiz da Gama e Silva, no jornal Diário da Borborema¹³¹, há um pedido para que todos os Governadores dos Estados assegurem a “tranquilidade e o trabalho pacífico da população, evitando quaisquer manifestações que possam provocar perturbações da ordem”(DIÁRIO DA BORBOREMA, 3 de abril de 1968, p.03).

Considerados “elementos perigosos”, o jornal destacava a necessidade de se tomar medidas preventivas a fim de impedir a participação ou infiltração dos estudantes, “mantendo a qualquer custo a ordem e a segurança interna como é do dever constitucional do Governo Federal, no sentido de alcançar a desejada paz do povo brasileiro” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 3 de abril de 1968, p.03). Tendo em vista as manifestações estudantis que

¹³¹Matéria intitulada **MINISTRO DA JUSTIÇA PEDE AOS GOVERNADORES QUE ASSEGUREM A TRANQUILIDADE DO POVO**. 3 de abril de 1968. IN: Diário da Borborema, p.03.

vinham se intensificando na Paraíba, o Major-Brigadeiro Firmino Aires de Araújo, Secretário de Segurança Pública do Estado, divulgou uma nota à imprensa na noite do dia 2 de abril de 1968, afirmando a população que os estudantes universitários estavam praticando desordens e atentado contra o regime político estabelecido.

Em matéria publicada pelo jornal Diário da Borborema, é possível identificarmos o seguinte esclarecimento:

NOTA

“A Secretaria de Segurança Pública, em face das comunicações recebidas do Sul do País, no sentido de que elementos estranhos a classe estudantil aproveitam-se do seu estado emocional decorrente da morte de um colega, na Guanabara para a prática de desordens, depredações, afrontas às autoridades e atentado ao regime, faz ciente que não permitirá concentrações, passeatas ou comícios neste Estado, partir de hoje, até novas instruções e manterá a ordem pública que permite o normal funcionamento do comércio, indústria, estabelecimentos de ensino e demais atividades da sociedade.

Compreendendo a justa revolta dos estudantes, face ao injustificado crime que se foi vítima o colega, a Secretaria permitiu que no dia primeiro levassem seu protesto às ruas desta cidade e de Campina Grande, em passeatas que se processaram sem qualquer acidente.

O Governo do Estado espera contar com idêntica compreensão dos estudantes paraibanos e lhes solicita ajuda para que a ordem pública não se perturbe neste Estado, como vem ocorrendo em outras Unidades da Federação (DIÁRIO DA BORBOREMA, 3 DE ABRIL DE 1968, P.03)¹³².

A Nota publicada pelo jornal Diário da Borborema traz o esclarecimento do Major-Brigadeiro Firmino ao acusar os estudantes de estarem se beneficiando da comoção provocada pela morte do estudante Edson Luís em praticar “depredações, afrontas às autoridades e atentado ao regime”. Na Paraíba, as tropas militares permaneciam de prontidão no sentido de manter a ordem pública e conter qualquer forma de ameaça, sendo que nesse período “o governo por meio da ação repressiva da Polícia Militar e das Forças Armadas utilizava-se da violência em quase todos os momentos e em todo o país” (VALLE, 2008, p. 75).

Divulgado na imprensa que “o Exército só intervirá se a Polícia for insuficiente para o integral cumprimento dessa missão”, o II Batalhão da Polícia Militar do Estado e a 4ª Companhia do 14º Regimento de Infantaria estavam colocados a postos, assumindo o discurso da manutenção da ordem pública, o que “ficou a cargo da Polícia Militar, conforme decisão

¹³² Matéria intitulada **FIRMINO NÃO ADMITE QUAISQUER CONCENTRAÇÕES DE ESTUDANTES**. 3 de abril de 1968. IN: Diário da Borborema, p.03.

do Comando da Guarnição Militar, sediada em Campina Grande” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 3 de abril de 1968, p.03)¹³³.

De acordo com o jornal Diário da Borborema na manhã de 6 de abril de 1968, a capital paraibana amanheceu tranquila sem a presença de policiais nas ruas e os estudantes universitários aproveitaram a ocasião para reunir-se no Restaurante Universitário e depois na Praça Dom Adauto, de onde iniciaram um comício de protesto. A partir desse momento uma passeata foi desencadeada, sendo divulgada na imprensa que os estudantes, tidos como manifestantes desobedeceram às determinações da secretaria de segurança Pública e “desceram, em passeata, até a Praça João Pessoa, passando a apedrejar o Palácio do Governo, arrebatando-lhe algumas vidraças” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 6 de abril de 1968, p.06). Sobre esse episódio foi divulgado o seguinte:

Ante a maior aproximação dos estudantes da calçada do Palácio, sua Guarda Policial fez diversos disparos para o alto, o que gerou confusão, gritos e correrias. Em decorrência dessa reação policial, a estudantada retirou-se do local, refugiando-se no Restaurante Universitário, o chamado “Território Livre”. Todavia, aí uma nova ameaça estava de espreita- a Polícia- que passou a só permitir no Restaurante os que conduzissem identidade estudantil, medida esta que provocou novos protestos dos estudantes ali reunidos, lançando vaias e apuros aos policiais. Os ânimos acirraram-se de lado a lado, terminando a força policial por invadir o Restaurante Universitário, evacuando a força os estudantes, usando para tanto, dos cassetetes, saindo diversas pessoas espancadas. Não satisfeita com “o espancamento e a violência praticados contra os estudantes”, a Polícia depredou alguns moveis do Restaurante Universitário, quebrando lhe um serviço de alto falante e diversos discos. Esses últimos fatos tiveram lugar já na noite de hoje ficando prevista a realização de uma nova passeata e comício ainda para esta noite. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 6 DE ABRIL DE 1968, P.06)¹³⁴.

Enquanto em João Pessoa os protestos dos estudantes continuavam, em Campina Grande o cenário de manifestações estudantis se apresentava através da suspensão das aulas e de movimentos em prol das passeatas e comícios de solidariedade aos estudantes da Capital. Assim, ao tomarem conhecimento de que os estudantes campinenses pretendiam realizar manifestações de protesto na cidade, autoridades policia começaram a enviar para as principais ruas da cidade pelotões da polícia que ficaram concentrados, principalmente em frente ao Edifício Margarida Palomo, na Rua Maciel Pinheiro, onde a aglomeração dos estudantes era maior

¹³³ Matéria intitulada **POLÍCIA DE PRONTIDÃO DESDE ONTEM À NOITE EM CAMPINA**. 3 de abril de 1968. IN: Diário da Borborema, p. 03.

¹³⁴ Matéria intitulada **ESTUDANTES DEPREMAM PALÁCIO E POLÍCIA REAGE A CACETETES**. 6 de abril de 1968. IN: Diário da Borborema, p.06.

Assim, desde as primeiras horas da manhã do dia 7 de abril de 1968, os soldados que faziam parte do Serviço de Trânsito também passaram a patrulhar as ruas de Campina Grande, “trocando seus apitos por cassetetes”. Nessa mesma manhã a Rua Maciel Pinheiro estava transformada numa verdadeira “praça de guerra com os soldados do II Batalhão da Polícia Militar guarnecendo aquela artéria de baionetas caladas” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 7 de abril de 1968, p.07).

Devido a forte presença da polícia militar na Rua Maciel Pinheiro, os estudantes desistiram, naquela manhã da realização da manifestação e passaram a realizar pequenos comícios relâmpagos em diversos pontos da cidade como forma de despistamento, mas com a chegada destes, tais movimentos foram desfeitos. Comícios relâmpagos também foram realizados na Estação Rodoviária Cristiano Laurintzen pelos estudantes, mas logo chegou ao fim quando foram descobertos e acirraram-se os conflitos entre eles e os soldados. Sobre esse acontecimento foi publicado a seguinte matéria:

POLÍCIA RESOLVEU COLOCAR UM PONTO FINAL

Os jovens foram, então, para a frente do Teatro Municipal, sempre dando continuidade aos comícios relâmpagos. Cerca de dez minutos depois, chegava ao local a Polícia Militar e, desta vez, os Delegados Joaquim Sinfrônio da Silva e João Valdevino da Silva, que a comandavam, resolveram colocar um ponto final na tática de despistamento adotada pelos estudantes para a realização dos comícios relâmpagos (DIÁRIO DA BORBOREMA, 7 DE ABRIL DE 1968, P.07)¹³⁵.

Seja em João Pessoa ou Campina Grande as manifestações continuavam dando lugar as chamadas “passeata monstro de protesto”¹³⁶ que seguiam pelas principais ruas das cidades concentrando um número considerável de estudantes. Assim, durante os comícios relâmpagos ocorridos na capital paraibana, os líderes estudantis estiveram em faculdades e colégios da cidade convocando a participação de toda a classe nas passeatas de protestos e sempre que havia uma concentração de estudantes a polícia dispersava o movimento através da chegada de viaturas com soldados armados a cassetetes. Sobre esse acontecimento ocorrido em João Pessoa, o jornal Diário da Borborema publicou a seguinte informação:

Estudantes formaram grupos na calçada do Paraíba Pálace Hotel vaiando os soldados da Polícia militar, que passaram a ocupar os pontos estratégicos daquela praça.

Às dezoito horas, quando era mais intenso o movimento no Centro da cidade, cerca de mil estudantes realizaram uma concentração na confluência da Rua Padre Meira e

¹³⁵ Matéria intitulada **ESTUDANTES ADOTAM TÁTICA PARA DRIBLAR A POLÍCIA**. 7 de abril de 1968. IN: Diário da Borborema, p.07.

¹³⁶ Termo encontrado no jornal Diário da Borborema para se referir as passeatas de protestos realizadas pelos estudantes em João Pessoa e Campina Grande.

Praça Vidal de Negreiros, oportunidade em que diversos oradores dirigiram-se aos presidentes, conclamando o povo, os trabalhadores, pais e mães de família a participarem da passeata anunciada para amanhã.

Em meio a concentração os estudantes queimaram uma Bandeira dos Estados Unidos, não se registrando, desta feita, a interferência da força policial (DIÁRIO DA BORBOREMA, 22 DE OUTUBRO DE 1968, P.03)¹³⁷.

Em Campina Grande também foi anunciada, a exemplo do que se propagava na capital, que haveria a realização de uma passeata para o dia 23 de outubro de 1968, que contaria com a participação dos estudantes universitários e secundaristas da cidade. Segundo o que foi afirmado pelos estudantes, a passeata serviria de protesto as atitudes do governo pelo ocorrido durante a realização do XXX Congresso da ex-UNE. De acordo com Ridenti (2010), o XXX Congresso foi realizado de forma clandestina, “com a presença de cerca de setecentos delegados estudantis de todos os pontos do país, num sítio em Ibiúna, interior de São Paulo. A polícia prendeu quase todos os presentes, impedindo a realização do Congresso, organizado pela UEE-SP” (RIDENTI, 2010, p. 127).

As lideranças estudantis esperavam contar com a participação de todos os estudantes, intelectuais e do povo em geral, para que “a manifestação se revista de pleno êxito”. Dessa forma, os estudantes percorreriam as principais ruas da cidade de Campina Grande, “conduzindo faixas e cartazes, realizando comícios relâmpagos nos pontos mais centrais, onde os oradores deveriam conscientizar o povo acerca das ocorrências que culminaram com a prisão dos estudantes em São Paulo, e da atual situação nacional” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 23 de outubro de 1968, p.04)¹³⁸.

Dessa forma, o ano de 1968 foi marcado pela retomada da luta estudantil de esquerda no Brasil, especialmente no cenário paraibano. Para Ridenti (2010) o movimento estudantil tinha uma “tradição de luta na defesa das liberdades democráticas, das reformas de base, principalmente no sentido da conquista da reforma universitária, que implicava, dentre outras coisas, a extensão do ensino público e gratuito” (RIDENTI, 2010, p. 121), o que não era aceitável pelo regime militar. Porém, passado o golpe civil militar de 1964, “os estudantes reorganizaram-se, retomando seus lugares de destaques no movimento estudantil desde o final dos anos 1950, perdido principalmente em razão da repressão pós-golpe” (RIDENTI, 2010, p. 124).

¹³⁷ Matéria intitulada **ESTUDANTES EM JP QUEIMAM BANDEIRA NORTE-AMERICANA**. 22 de outubro de 1968. IN: Diário da Borborema, p. 03.

¹³⁸ Matéria intitulada **ESTUDANTES CAMPINENSES ANUNCIAM PASSEATA-PROTESTO**. 23 de outubro de 1968. IN: Diário da Borborema, p.04.

Nesse sentido, com a retomada das lutas estudantis se consagraram a partir de 1968 com manifestações em que as greves e passeatas se tornaram notórios atos públicos de resistência à instalação do golpe civil e a ditadura militar brasileira. Assim, resistência era necessário em tempos pós-golpe civil militar, haja vista que nos primeiros meses após a “tomada de poder cerca de 50 mil pessoas foram presas em todo o país, principalmente aquelas que não conseguiam provar sua inocência ou apresentar documentos de identificação” (ALVES, 2005, p. 72).

Assim, apesar das perseguições, torturas e mortes próprias do período ditatorial no Brasil, o movimento estudantil de esquerda buscou avançar “por entre as brechas abertas no interior do regime militar, o que oscilava entre uma “redemocratização” e o “endurecimento” total, com a militarização do aparelho de Estado e a repressão política da ordem vigente” (RIDENTI, 2010, p. 127). Dessa forma, o momento efervescente que se vivia em 1968 no Brasil, desde o golpe civil militar em 1964, contribuiu no sentido dos estudantes encontrarem apoio junto às organizações de esquerda na resistência contra o sistema ditatorial que se instalou por longos 21 anos no cenário brasileiro (1964-1985).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como eram representados os discursos de cunho conservador à direita a partir da atuação dos estudantes, das mulheres e da imprensa que se mobilizaram em apoio ao golpe civil militar de 1964 (considerado por eles enquanto “Revolução de 1964”) foram preocupações centrais desse estudo. Conhecer através das pesquisas realizadas (nesse caso, jornais impressos e oralidade) e escrever sobre essa temática foi um desafio pela inexistência de trabalhos realizados.

Em tempos em que são divulgadas pelos mais diversos meios de comunicações uma verdadeira exaltação a uma parcela da sociedade que apoiou a Ditadura Militar no Brasil, com discursos de que no país foram estabelecidos a “ordem” e o “progresso”, o nosso sentimento é de resistência a toda forma de discurso que insiste em “amenizar” as arbitrariedades cometidas com a deflagração do golpe civil militar de 1964 que culminaram na instauração de um regime militar e, posteriormente, em perseguições, torturas e mortes.

Apesar de nosso estudo lançar um olhar sobre o “*Golpe civil-militar: apoio dos estudantes, mulheres e imprensa*”, ele não se constitui num modelo de enaltecimento ao regime ditatorial no Brasil, mas relaciona a necessidade de entender como num contexto político de luta contra a instauração da Ditadura Militar outras “vozes” são (re) apresentadas em defesa de um discurso conservador no sentido de legitimar a ação dos militares e da sociedade civil (os grandes empresários, por exemplo) no movimento golpista de 1964.

É necessário que a memória acerca dos discursos conservadores não seja esquecida, bem como as atrocidades cometidas pelo regime militar e seus apoiadores para que esse tipo de acontecimento não venha a se repetir na sociedade. Dessa forma, trazer outras versões acerca desses acontecimentos históricos se faz importante no sentido de entender como tal discurso ganhou força e adesão na Paraíba através, especificamente, dos estudantes, de mulheres e da própria imprensa.

Relacionando a própria operação historiográfica em que o ofício do historiador em sua prática está intimamente ligado a um lugar social e sua pesquisa tem como base a documentação, buscamos através das entrevistas e da documentação impressa (jornais como Diário da Borborema, Correio da Paraíba, A União e O Norte) um confronto de fontes que nos permitiram deslindar o cenário que culminou no golpe civil militar de 1964. Além disso, observamos o discurso propagado em defesa da “Revolução” de 1964 sendo construído pela sociedade conservadora à direita na tentativa de legitimação desse momento histórico enquanto “Revolução” benéfica à Paraíba e aos brasileiros, de uma maneira geral.

Para tanto, no percurso da construção do nosso trabalho nos debruçamos teoricamente sobre a Nova História Política e a Nova História Cultural por compreendermos ser possível pensar a ação dos sujeitos, valorizando as suas experiências humanas na construção da história. Entender como foram construídos os discursos conservadores à direita no sentido de legitimar o golpe civil-militar se constitui numa contribuição importante no processo do conhecimento histórico.

Ao longo de nossa trajetória o diálogo com autores nos possibilitaram a apropriação de conceitos necessários à construção do nosso estudo. Os conceitos de cultura política tendo como base os autores Bernstein, Motta e Gomes, bem como, o conceito de representação enveredado nos caminhos da história cultural a partir de Roger Chartier. No campo da história oral, abordado metodologicamente, nos apropriamos dos discursos em torno da memória, o qual contamos com a contribuição de autores como Le Goff, Halbwachs, Bosi e Pollak.

Definimos como caminho metodológico uma verdadeira operação historiográfica com base no que preconiza Michel de Certeau por assim compreender que na construção da história o trabalho do historiador está relacionado necessariamente a uma escrita, a uma prática e a um lugar social. Para tanto, ao construirmos as narrativas, a nossa investigação buscou seguir os fios e os rastros dos discursos produzidos em torno do apelo a “Revolução de 64” no sentido de compreendermos como tais discursos foram se legitimando na sociedade da época.

Nesse sentido, analisamos alguns movimentos que antecederam o período ditatorial no Brasil, haja vista que essas mobilizações de cunho conservador à direita, contribuíram com campanhas de desestabilização do governo Goulart e em defesa da ordem familiar tradicional. Assim, o primeiro movimento que relacionamos em nosso estudo foi a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), surgida em 1962 e que envolvia mulheres civis, esposas de militares e religiosas conservadoras que se utilizavam de sua condição de “mãe” em defesa da família tradicional, contrárias a supostas implantações de ideias comunistas no país.

Desse modo, os apelos a “Revolução de 64” foram fundamentais no processo de legitimação do golpe, tendo em vista que a referida campanha feminina se deu através de comícios e passeatas como forma de mobilização da sociedade no apoio a intervenção militar o Brasil.

Dentre os movimentos sociais que surgiram no período pré-1964 que não apoiavam a instauração de um governo militar, mas foi alvo de repressão na Paraíba destacamos a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), considerado pela ala conservadora à direita, como um movimento subversivo que pensava para além do processo de alfabetização de

jovens e adultos. Essa campanha educacional que surgiu na Paraíba em 1962 teve sua expansão interrompida quando da instauração do golpe civil de 1964 prejudicando no processo de alfabetização jovens e adultos que faziam parte das camadas mais carentes da sociedade, haja vista que a CEPLAR atuava em bairros marcados pela pobreza e pelo analfabetismo.

Dessa forma, a campanha educacional passou a ser vista como uma ameaça no sentido de atuação ao combate a miserabilidade existente em bairros pobres da capital paraibana. Mesmo com o surgimento de novos núcleos nos anos posteriores e as ideias de expansão do projeto educacional apoiadas pela Secretaria de Educação da Paraíba, houve preocupação por parte das oligarquias rurais com a expansão da CEPLAR, o que certamente contribuiu com o seu declínio, sob a acusação de que era um projeto de atuação subversiva e comunista, dado o envolvimento de estudantes, trabalhadores urbanos e camponeses caracterizados enquanto organização de esquerda na Paraíba.

A sede da CEPLAR foi invadida em Campina Grande e os documentos queimados. Quando da instauração do golpe civil militar essa foi uma das preocupações, desmontar as campanhas de alfabetização identificadas com as classes mais pobres da sociedade e que punham no processo alfabetizador as discussões sobre a realidade social brasileira numa perspectiva histórico-política.

Dentre os movimentos de resistência à instauração do golpe civil militar na Paraíba teve a atuação dos estudantes universitários que, no campo educacional, reivindicavam mudanças na estrutura física da universidade, aumento do número de matrículas e melhores condições de ensino. Esses estudantes considerados de esquerda engajaram-se na luta contra o desmonte da educação pública e considerava a greve uma maneira de conseguir suas reivindicações no campo educacional. Assim, nesse panorama de reivindicações, a luta contra o bloqueio de verbas para a universidade e as greves que culminaram em passeatas e comícios eram manifestações próprias desse período.

Assim sendo, os anos que antecederam o golpe civil militar de 1964 são marcados no campo educacional pela luta dos estudantes por uma educação de qualidade num período em que o governo Goulart estava sofrendo tentativas de destituição do poder. A ideia de combate ao comunismo e a preservação da ordem e da tranquilidade na sociedade serviram de base na legitimação do golpe com a participação de setores da sociedade tais como generais, parlamentares e empresários.

Nesse sentido, a queda do Presidente Goulart estava nos planos do movimento golpista de 1964, tendo em vista que as forças conservadoras contribuíram na desestabilização de seu

governo, sob a acusação de comunista e esquerdista forjando-se, aos poucos, o cenário do golpe civil no Brasil. Na Paraíba quando o governador Pedro Gondim assumiu a posição de apoio ao conservadorismo, demonstrou também seu interesse em apoiar as forças armadas o que contribuiu no processo do golpe e na instauração do regime militar.

Como forma de apoio a posição assumida pelo governador Pedro Gondim, os estudantes conservadores à direita passaram a difundir a ideia de “Revolução” associada ao discurso de progresso na Paraíba na tentativa de legitimação do golpe civil militar de 1964. Assim, mensagens de congratulações eram divulgadas pela imprensa paraibana em defesa da “ordem e das liberdades democráticas” e os discursos acerca da “Revolução de 64” tinha relação com o conservadorismo, tendo os estudantes de espectro “direita” importante papel na construção dessa representação.

Ao finalizarmos essa pesquisa percebemos que, apesar de todos os percalços da caminhada, conseguimos atingir em nosso estudo uma relevante contribuição para o campo da história da educação. Por se constituir numa temática que ainda não fora estudada, nosso trabalho é o primeiro da Linha de Pesquisa História da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB a discutir sobre a temática. Sabemos que esse resultado é apenas uma entre as inúmeras possibilidades de abordagens e, nesse sentido, esperamos que outras inquietações surjam sobre a temática configurando em novos estudos e contribuições para a referida Linha de Pesquisa e para o campo do conhecimento histórico como um todo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Joabe Barbosa. **“Cassar e caçar”**: o golpe civil-militar de 1964 em Campina Grande. In: Revista Paraibana de História, ano I, n. 1, 2º semestre de 2014.

ALBERTI, Verena. **O lugar da história oral**: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: Ouvir Contar. RJ: ED. FGV, 22004, p. 13-32.

_____. **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. **Histórias dentro da História**. In: Fontes Históricas/ Carla Bassanezi Pinsky. (Organizadoras)- 2. ed, 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Introdução. **Da terceira Margem eu so(u)rrio**: sobre história e invenção. In: História: A Arte de Inventar o Passado. Ensaios de teoria da História. Bauru: EDUSC, 2007. P19-39

ALMEIDA, Agassiz, 1938- **A ditadura dos generais**: estado militar na América Latina: o calvário na prisão/ Agassiz Almeida.-2ºed.-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**/ Maria Helena Moreira Alves.- Bauru, SP: Edusc, 2005. 424p.

ANDRADE, Manuel Correia de, **1922- 1964 e o Nordeste**: golpe, revolução ou contra-revolução? / Manuel Correia de Andrade.-São Paulo: Contexto, 1989.-(Coleção repensando a história).

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**/ Maria Lúcia de Arruda Aranha- 2 ed. Ver e atual. - São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, Railane Martins de. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba**: imprensa, imaginário e representações (1958-65)/ Railane Martins de Araújo.- João Pessoa, 2009. 139p.

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**/ Fátima Araújo. João Pessoa: A União, 1983. FHFFGH

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **40 anos do golpe militar:** oportunidade para uma reflexão histórica e historiográfica sobre a ditadura e a resistência no Brasil. Universidade Federal do Espírito Santo- Departamento de História. Dimensões Vol 16. 2004

ASSIS, Luismar Resende de. **A Revolução e o Desenvolvimento Nacional.** In: O Jogo da Verdade/ GUEDES, Nonato(Org). João Pessoa, Ed. A UNIÃO, 1994.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François.

(direção). **Para uma História Cultural.** 1ª Ed. Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BLOCH, Marc. **A apologia da história, ou, o ofício do historiador.** Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto,1909- **Direita e esquerda:** razões e significados de uma distinção política/ Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira.- São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.- (Ariadne).

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembranças de velhos/ Ecléa Bosi- 3º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A Imprensa periódica como fonte para a história do Brasil.** In: Portos, Rotas e Comércio. Vol. II. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Org. Professor Eurípedes Simões de Paula. ANPUH • Campinas, setembro, 1969.

CAPELATO, Maria Helena. **História do tempo presente: A grande imprensa como fonte e como objeto de estudo.** IN: História do tempo presente/ Lucília de Almeida Neves Delgado, Marieta de Moraes Ferreira(Org.).- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Os discursos de celebração da “Revolução de 64”.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 117-140 – 2011.

CARVALHO, José Murilo de, 1939 – **Forças Armadas e política no Brasil/** José Murilo de Carvalho.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, José Manoel de. **1964- o ano que não terminou/** José Manoel de Cravalho. In: O jogo da verdade: revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa: A União Editora, 1994.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena:** a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE- 1960 – 1968) – Recife, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história/** tradução de Maria de Lourdes Menezes. revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 22^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** Entre Práticas e Representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: **Um Governador entre Deus e o Diabo.** In: Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania/ Elder Dantas, Paulo Giovanni Antonino Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, organizadores.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, 344p.

CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar:** O Governo João Agripino-Paraíba(1965-1971)/ Monique Cittadino.- Bauru, SP: EDUSC, 2006. 424 p. (Coleção História).

CODATO, Adriano Nervo. **O Golpe de 1964 e o Regime de 1968:** Aspectos conjunturais e variáveis historiográficas

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento:** a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil/ Janaína Martins Cordeiro- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 202 p.

COSTA, André de Souza Cleber; CARVALHO, Lisiane. **As reformas de base e o golpe de 64.** Em Debat: Rev. Dig., ISSN 1980-3532, Florianópolis, n 3, p. 1-9, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do historiador:** conversas sobre história e imprensa. In: Projeto História, São Paulo, n.35, dez. 2007.

CRUZ, Sebastião Velasco e. **Reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual.** In: Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político

brasileiro. Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas(organizadores).- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio, 1943 **A Universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior/** Luiz Antônio Cunha.- 2. Ed.- São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luíz Antônio, 1943- **O golpe na educação/** Luís Antônio Cunha, Moacyr de Góes.- 11.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

DECCA, Edgar de, **1930 O silêncio dos vencidos- Memória, História e Revolução.** Edgar Salvadori de Decca. 6ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O governo João Goulart e o Golpe de 1964:** da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. Revista Grafia Vol. 9 dezembro 2012 pp. 175-191.

_____ 1964: temporalidades e interpretações. IN: O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois(1964- 2004)? Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta (Orgs.). – Bauru, SP: Edusc, 2004.

DIAMICO, Manuela de Souza. **Reformas de Base:** Goulart e a Estrutura Agrária. Em Debat: Rev. Dig., ISSNe 1980-3532, Florianópolis,n 3, p.69-86, 2007.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981

DUTRA, Fernando. **Imprensa e História:** O período 64. In: O Jogo da Verdade/ GUEDES, Nonato (Org). João Pessoa, Ed. A UNIÃO, 1994.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (Orgs). **8º Sessão de Depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar,** realizada em 31.03.2011. Auditório da Central de Aulas/ UFPB. Coordenação: Rosa Maria Godoy Silveira. Expositora: Maria Salete

Van der Poel. Projeto: Compartilhando Memórias: Repressão e Resistência na Paraíba. Vol. 8- Maria Salete Van der Poel João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. 12 v.

FICO, Carlos. **Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24 nº 47, p. 29-60. 2004.

_____. **Como eles agiam/** Carlos Fico.- Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O golpe de 64: momentos decisivos/** Carlos Fico.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. 148p.- (Coleção FGV de bolso. Série História).

FILHO, Henrique Espada Lima. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p.

_____. 1939- **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história/** Carlo Ginzburg; tradução Frederico Carotti.- São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. II Volume, 1982.

GOMES, Maria José Teixeira Lopes. **Ditadura na Universidade Federal da Paraíba(1964-1971): memória de professores/** Maria José Teixeira Lopes Gomes- João Pessoa: CEFET/PB, 2002. 126p.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões**. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEIA, Maria de Fátima S. (Orgs.) **Cultura Política: ensaios de história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas- A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 3º ed. São Paulo: Ática, 1985.

GUEDES, Nonato. et al. **Pedro Gondim: Um Governo entre a Tolerância e a (In) Decisão**. In: O jogo da verdade: revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa: A União Editora, 1994.

JULLIARD, Jacques. A política. In. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: 1995, p. 180-196.

KAYSEL, André. **Regressando ao Regresso**: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Cotas (organizadores).- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamim- Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A Legislação na Educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985)**: um espaço de disputas- Tese (Doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: Fontes Históricas/ Carla Bassanezi Pinsky.(Organizadoras)- 2.ed, 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

LUSTOSA, Kelyana da Silva. **Quando a educação é tomada como “Ato Subversivo”**: a Campanha de Educação Popular- CEPLAR e as ligas camponesas na Paraíba/ Kelyana da Silva Lustosa. – Campina Grande , 2018. 154f.: il color.

MACHADO. Charliton José dos Santos. **Histórias e memórias do conservadorismo feminino no Brasil**: Do golpe aos primeiros anos da ditadura militar questões políticas e educacionais (1962-1967). Editora Universitária da UFPB. João Pessoa, 2009.

MARTINS FILHO, José Roberto, 1958. **Movimento estudantil e ditadura militar**: 1964-1968/ João Roberto Martins Filho.- Campinas, SP: Papirus, 1987.

MARQUES, Giovanna Lopes. **Quem nasce em Campina Grande é campinense**: futebol e sociabilidade na “Rainha da Borborema”(1954-1965)/ Giovanna Lopes Marques. Natal-RN, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Humanidades, 2011

MATTOS, Marcelo Badaró. **O Governo João Goulart**: novos rumos da produção historiográfica. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 245-263, 2008.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **História Oral:** uma metodologia para o estudo da memória. In: Vivência, nº28, 2005, p.23-36.

MORAES, João Quartin de. **A esquerda militar no Brasil/** João Quartin de Moraes- 2. Ed. Ver. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **As Universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária/ Rodrigo Patto Sá Motta. 1º ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____ Desafios e possibilidades na apropriação de culturas políticas pela historiografia. In: _____. (org.). **Culturas Políticas na História:** Novos Estudos. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

MUDROVCIC, María Inés. **Por que Clio retornou a Mnemosine?** In: Cultura política, memória e historiografia/ Orgs. Cecília Azevedo...[et al.]- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

NAPOLITANO, Marco. **O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro-** Apontamentos para uma revisão historiográfica. Historia y problemas del siglo XX/ Volumen 2, Año 2, 2011;

NÓVOA, António. **Por que a História da Educação?** In: História e memórias da educação no Brasil - Vol. III - Século XX. Maria Stephanou e Maria Helena Câmara Bastos (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2005, p. 9.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Golpe civil-militar na Paraíba.** In: Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania/ Elder Dantas, Paulo Giovanni Antonino Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, organizadores.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, 344p.

_____ **Ataque ao Parlamento:** As cassações de Mandatos durante a Ditadura Militar no Estado da Paraíba(1964-1969). sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA [31]; João Pessoa, jul./dez. 2014.

_____ **Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba.** In: OLIVEIRA, TB., org. Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 179-214.

PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Relatório final** / Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da

Memória do Estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017. 748p. :il.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **As Novas Abordagens no Campo da História da Educação Brasileira**. In: XAVIER, Libânia, TAMBARA, Eleomar e PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira(Orgs). História da educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagebs e fontes predominantes na primeira década do século XXI. Vitória, ES: EDUFES/SBHE, 2011.(Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação, V. 5); p.252.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. **Histórias da educação da Paraíba: Rememorar e Comemorar**. /Antônio Carlos Ferreira Pinheiro; Cláudia Engler Cury(organizadores). João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2012; p.9

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, pp. 03-15.

PORTELLI, Alessandro. **Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; RAMOS, Carla Michelle- Resenha- **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**- REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá (Orgs). Bauru, SP: Edusc, 2004, 334 p.

PORTO, Maria das Dores Paiva de Lucena; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR HISTÓRIA DE UM SONHO COLETIVO: Uma experiência de educação popular na Paraíba destruída pelo golpe de Estado de 1964**. Conselho Estadual de Educação- SEC, 1995.

RAMOS, Erica Lins. **Da convivência ao despertar militante: o movimento universitário na cidade de Campina Grande PB (1964 1968)**. 2013. 268 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória**. IN: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rorigo Patto Sá. (Orgs). **O Golpe e a Ditadura: 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo, EDUSC, 2004, p. 40.

RIBEIRO, Luís Augusto de Mendonça. **O educacional no discurso político: história e memória do movimento estudantil da UFPB (1964-1969)**/ Luís Augusto de Mendonça Ribeiro. – João Pessoa, 2017. 97f.: il.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2º ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e subversivos- a aventura estudantil (1950-1999)**/ Cláudio José Lopes Rodrigues.- João Pessoa: Ideia, 2000.

SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. **Entre práticas e representações: o Centro Estudantal Campinense como espaço de formação (1948-1964)**/ Ajanayr Michelly Sobral Santana. – Campina Grande, 2015. 180. : il

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência do Golpe de 64**. São Paulo: Alínea, 2009.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; (São Paulo): Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000.

_____. **Educação Popular: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. 2º edição. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. **Sociedade, cultura e educação popular na Paraíba (1930-1964): histórias e memórias seletivas**: IN: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide(org). **EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

_____. **POPULISMO, DITADURA E EDUCAÇÃO: Brasil/ Paraíba, anos 1960**. João Pessoa; Editora Universitária da UFPB, 2009.

_____. **CEPLAR: Memória de um movimento de cultura e Educação Popular**. Em Aberto, Brasília, ano 11, nº 56, out./dez. 1992

SILVA, Rosicleide Henrique da. **Cultura, lazer e resistência: os estudantes campinenses entram em cena em tempos de ditadura militar na Paraíba(década de 60)**/ Rosicleide Henrique da Silva. -2014, 37p Monografia(Especialização em Fundamentos da educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares)- Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014. Orientação: Profª Silvânia Karla de Farias Lima, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais.

_____, **Memórias Estudantis:** Um estudo sobre a participação dos jovens no Movimento Estudantil de Campina Grande (1970- 1980) / Rosicleide Henrique da Silva. – Campina Grande, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2011.

_____, **O movimento estudantil em Campina Grande-PB:** entre sonhos, frustrações e lutas(década de 60)/ Rosicleide Henrique da Silva. – Campina Grande, 2014. Dissertação(Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família:** mulheres no golpe de 1964. Petrópolis, Vozes, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964/ Thomas E. Skidmore; apresentação de Francisco de Assis. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas- 7º ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Tradução de: Políticas in Brasil, 1930-1964: na experimente in democracy.

TOLEDO, Caio. N. de. **1964:** Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. Crítica Marxista; BENEVIDES, Maria Victoria. 64, um golpe de Classe? (Sobre um livro de René Dreifuss);

_____. **1964:** o golpe contra as reformas e a democracia. IN: O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois(1964- 2004)? Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta (Orgs.). – Bauru, SP: Edusc, 2004.

VALLE, Maria Ribeiro do **1968:** o diálogo é a violência-movimento estudantil e ditadura **militar no Brasil/** Maria Ribeiro do Valle.- 2º ed.- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

VENTURA, Zuenir. **1968:** o ano que não terminou. / Zuenir Ventura; apresentação de Heloísa Buarque de Hollanda. – 3. Ed. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil/ Diana Gonçalves Vidal, Luciano Mendes de Faria Filho.- Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da educação:** um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 1920. In: Cinco estudos em História e Historiografia da educação/Organizado por Marcus Aurélio Taborda de Oliveira. -Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FONTES**JORNAIS**

A União

Correio da Paraíba

Diário da Borborema

O Norte

ENTREVISTAS

Arlindo Pereira de Almeida

João de Deus Diniz

José Tarcísio Fernandes

Manuel Batista de Medeiros

Mauro Nunes Pereira

Severino Ramalho Leite

DOCUMENTOS

DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)

Estatuto da Campanha de Educação Popular- CEPLAR

Estatuto e Regulamento do Club

Relatório final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Projeto Compartilhando Memórias. Vol. 08

SITES

<https://temp.lionsclubs.org/PO/pdfs/la2.pdf> , acesso em 09 de abril de 2018.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joacil-de-brito-pereira-1>,
acesso em 18 de abril de 2018.

<ftp://ftp.ufv.br/dea/Coordena%E7ao%20Gradua%E7ao/projeto%20pedagogico%206.pdf>
acesso em 26 de junho de 2018.

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oliveira_brito, acesso em 17 de
fevereiro de 2019.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Arquivo do Jornal Diário da Borborema

Arquivo Geral da UFCG

Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte- Fundação Espaço Cultural (FUNESC)

Biblioteca Átila de Almeida, da Universidade Estadual da Paraíba

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (dissertações e teses)

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP)

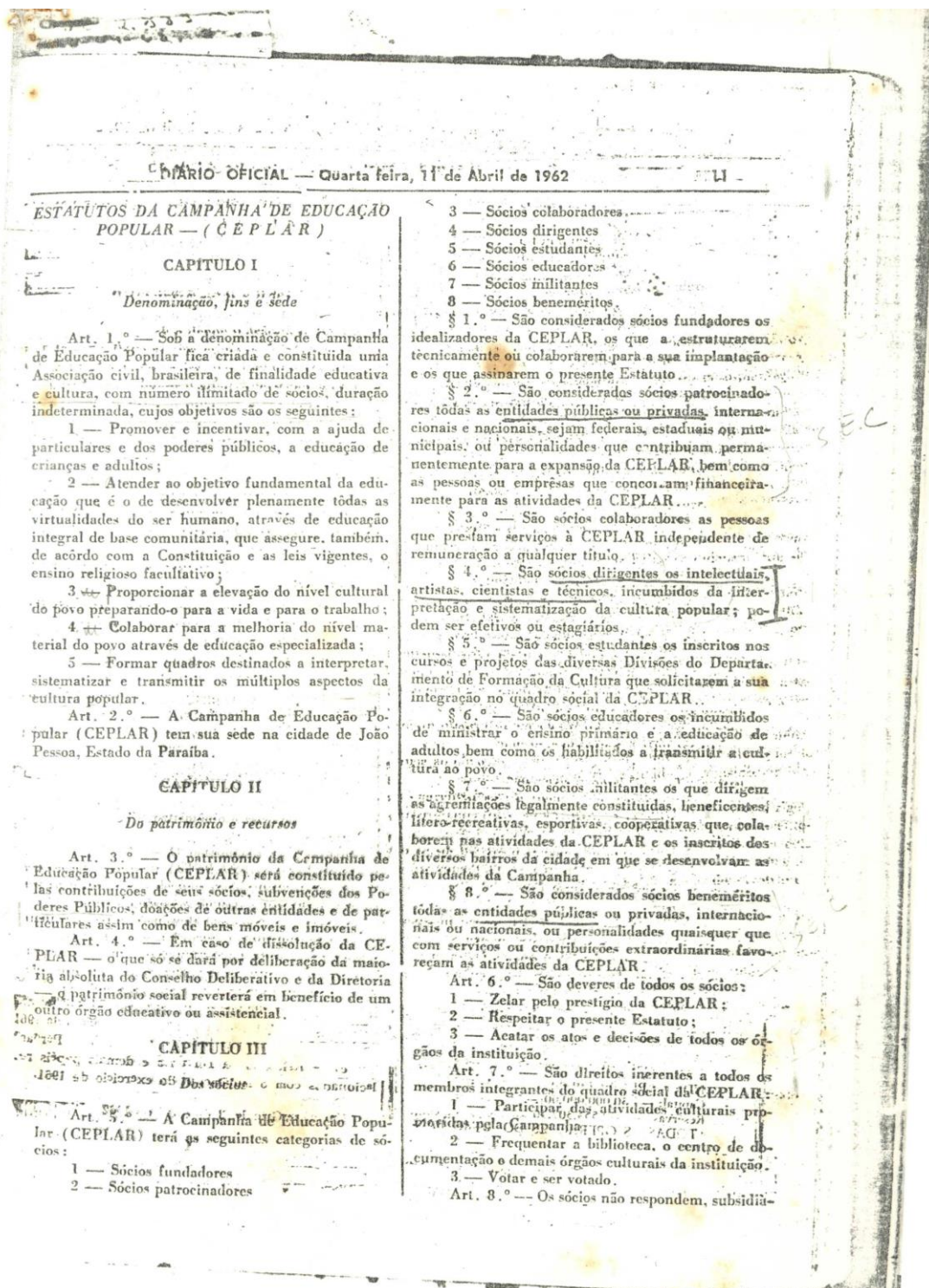
APÊNDICE

I. ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Qual o seu nome completo?
2. Qual a sua formação?
3. Em que ano iniciou seu curso?
4. Como foi sua trajetória no curso?
5. Como foi a sua chegada à Universidade?
6. Como se envolveu no Movimento Estudantil de Direita?
7. Qual seu pensamento sobre o movimento estudantil de direita na época?
8. Quais eram as suas ideologias defendidas?
9. Como ocorriam as eleições dentro da Universidade?
10. Em sua opinião, quem era Guilardo Martins?
11. Como se dava a relação de Guilardo Martins com os estudantes interventores?
12. Como se dava a relação de Guilardo Martins com os demais estudantes?
13. Por que foi escolhido para ser aluno interventor?
14. Quais partidos políticos predominantes na época?
15. Em sua opinião, em 1964 houve no Brasil um golpe ou Revolução?
16. Houve a participação em algum Congresso?

ANEXOS

ESTATUTOS DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR-CEPLAR



riamente, pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO IV

Da administração

Art. 9.º — Os órgãos da CEPLAR são os seguintes:

- 1.º — Conselho Deliberativo (CD) —
- 2.º — Diretoria (D) —
- 3.º — Serviço de Administração (SA) —
- 4.º — Departamento de Formação da Cultura (DFC) —
- 5.º — Departamento de Documentação e Informação (DDI) —
- 6.º — Departamento de Difusão da Cultura (DDC) —

Art. 10.º — O Conselho Deliberativo será constituído pelo Secretário Geral da CEPLAR, pelos representantes de cada uma das 14 entidades integrantes e 1 representante eleito entre os sócios das várias categorias.

§ 1.º — O Conselho Deliberativo deverá reunir-se no mínimo uma vez por mês.

Art. 11.º — A Diretoria, órgão executivo máximo da associação, será constituída pelo Secretário Geral da CEPLAR, eleito pelos membros do Conselho Deliberativo dentre os Diretores de Divisão do Departamento de Formação da Cultura, com mandato de dois anos, a contar da data da posse, podendo ser reconduzido apenas uma vez.

§ 1.º — Compete ao Secretário Geral representar a CEPLAR ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, ou indicar sócios dirigentes do quadro efetivo da CEPLAR para representações ocasionais.

§ 2.º — De acordo com as necessidades do serviço, o Secretário Geral da CEPLAR designará assessores imediatos mediante aprovação do Conselho Deliberativo.

Art. 12.º — O Serviço de Administração, órgão administrativo auxiliar da Diretoria, tem por objetivo prestar todos os serviços de natureza administrativa necessários à execução dos trabalhos da CEPLAR.

§ único — O Serviço de Administração compreenderá:

- 1 — Secretaria
- 2 — Secção de Contabilidade
- 3 — Secção do Pessoal
- 4 — Secção do Material

Art. 13.º — O Departamento de Formação da Cultura, órgão técnico da CEPLAR, tem por objetivo:

- 1 — Interpretar, desenvolver e sistematizar a cultura popular;

2 — Criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular;

3 — Formar pessoal habilitado a transmitir a cultura ao povo.

§ 1.º — O Departamento de Formação da Cultura será constituído de tantas divisões quantas forem necessárias à consecução de seus objetivos, e o órgão do Conselho Deliberativo.

§ 2.º — Os Diretores das respectivas Divisões elegerão entre si o Diretor do DFC e um suplente, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

§ 3.º — Os sócios dirigentes efetivos, integrantes do quadro de cada Divisão, elegerão entre si os Diretores das Divisões do DFC e respectivos Suplentes, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

§ 4.º — O ingresso na categoria de sócio dirigente estagiário dependerá da aprovação do Conselho Deliberativo preenchidas as seguintes condições:

- 1 — Título;
- 2 — Exposição dos motivos de seu ingresso na CEPLAR;

3 — Entrevista pessoal com o Secretário Geral da CEPLAR; e com o Diretor da Divisão do DFC de interesse do candidato;

- 4 — Idoneidade moral;
- 5 — Aptidão para estágio.

§ 5.º — O sócio dirigente estagiário ascenderá à categoria de efetivo após um ano de estágio no Departamento de Formação da Cultura, mediante aprovação do Conselho Deliberativo.

§ 6.º — Cada equipe de estudantes vinculada a uma Divisão terá um monitor indicado pelo Diretor da mesma: os monitores elegerão entre si um representante dos estudantes junto a D, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

§ 7.º — Os sócios educadores elegerão entre si o seu representante junto a Diretoria, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

Art. 14.º — O Departamento de Documentação e Informação, órgão técnico auxiliar da Diretoria e dos demais Departamentos, tem por objetivos:

1 — Reunir, classificar, catalogar e difundir documentos de todo o género, que interessem direta ou indiretamente aos objetivos da CEPLAR.

2 — Fornecer as informações e a documentação necessárias aos trabalhos técnicos, científicos, artísticos e didáticos da CEPLAR.

3 — Preparar e divulgar os trabalhos da CEPLAR.

4 — Estabelecer intercâmbio com instituições congêneres internacionais e nacionais, elaborando convênios sempre que necessários à permuta de informações e de documentação.

§ 1.º — O Departamento de Documentação e Informação compreenderá:

- 1 — Biblioteca
- 2 — Divisão de Informação
- 3 — Divisão de Documentação

§ 2.º — O Diretor do Departamento de Documentação e Informação será documentalista ou bibliotecário especializado nos problemas afetos a CEPLAR, designado pelo Secretário Geral da CEPLAR, "ad referendum" do Conselho Deliberativo.

Art. 15.º — O Departamento de Difusão da Cultura, órgão coordenador da CEPLAR junto aos núcleos e às associações de cultura popular, tem as seguintes atribuições:

- 1 — Encaminhar aos órgãos de Direção e aos Departamentos as solicitações das Associações e dos Núcleos de Cultura Popular.
- 2 — Levar a orientação e os serviços dos órgãos de Direção e dos Departamentos de Formação da Cultura e de Documentação e Informação aos Núcleos e às Associações de Educação Popular.

§ 1.º — O Departamento de Difusão da Cultura compreenderá:

- 1 — Divisão de coordenação
- 2 — Divisão de Obras

§ 2.º — O Departamento de Difusão da Cultura integrará:

- 1 — Associações de Educação Popular, entidades básicas.
- 2 — Núcleos de Educação Popular, entidades aglutinadoras das Associações de uma zona de influência.

§ 3.º — As Associações de Educação Popular, de qualquer natureza, não instaladas pela CEPLAR, terão seus responsáveis eleitos pelos organismos existentes, independente da direção da CEPLAR.

§ 4.º — As Associações de Educação Popular instaladas por iniciativa da CEPLAR, terão uma direção colegiada constituída de três representantes eleitos pelos sócios militantes locais da CEPLAR, sendo um deles professor da escola da Associação.

§ 5.º — Os responsáveis pelas Associações de Educação Popular elegerão o responsável pelos Núcleos de Educação Popular e um suplente.

§ 6.º — Os responsáveis pelos Núcleos de Educação Popular elegerão entre si o representante dos sócios militantes junto a Diretoria, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

§ 7.º — O Diretor do Departamento de Difusão da Cultura será escolhido pelo Conselho Deliberativo dentre os sócios dirigentes efetivos do Departamento de Formação da Cultura e do Departamento de Documentação e Informação, indicados em lista triplíce pelos responsáveis pelos Núcleos de

Educação Popular, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

CAPÍTULO V

Do regime disciplinar e das substituições

Art. 16.º — Cabe ao Secretário Geral da CEPLAR a responsabilidade pela estrita observância dos preceitos de dignidade, de boa ordem e cumprimento dos deveres nos diversos órgãos da entidade.

Art. 17.º — Pela violação da disciplina, os sócios e o pessoal a serviço da CEPLAR estão sujeitos às seguintes penas:

- 1.º — Advertência
- 2.º — Repreensão
- 3.º — Suspensão
- 4.º — Destituição

§ 1.º — Na aplicação das referidas penas disciplinares serão observados os seguintes princípios:

1.º — Impor-se-á pena de advertência em caso de falta leve;

2.º — Impor-se-á pena de repreensão por escrito em caso de impontualidade, desídia ou ausência injustificada, sendo o faltoso desde logo notificado de que a reincidência do fato constituirá falta grave;

3.º — Impor-se-á pena de suspensão em caso de faltas consideradas graves;

4.º — Impor-se-á pena de destituição quando a natureza da falta e sua gravidade, apuradas em inquérito competente, recomendem a exclusão definitiva do faltoso.

§ 2.º — Serão apurados em inquérito presidido por sócio dirigente do quadro efetivo da associação, designado pelo Secretário Geral da CEPLAR, com defesa do acusado, os casos de abandono de serviço, indisciplina, insubordinação e ainda atos ou fatos que possam afetar o procedimento, a probidade, a honra e a boa fama do membro da CEPLAR.

Art. 18.º — A competência para aplicação das penas disciplinares, subordina-se às seguintes disposições:

1.º — As penas de advertência e repreensão serão aplicadas pelo Secretário Geral da CEPLAR;

2.º — As penas de suspensão e destituição serão aplicadas pelo Conselho Deliberativo.

§ único — A aplicação das penas disciplinares previstas neste Estatuto não isenta o faltoso da apuração das responsabilidades civis e criminais, em que haja porventura incorrido, na forma da lei.

Art. 19.º — Serão substituídos em suas faltas e impedimentos eventuais:

1.º — O Secretário Geral da CEPLAR pelo Diretor do Departamento de Formação da Cultura;